



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

MARIA CAROLINE CAVALCANTE DOS SANTOS

**FINANCEIRIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NA
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR**

BELÉM-PARÁ
2023

MARIA CAROLINE CAVALCANTE DOS SANTOS

**FINANCEIRIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NA
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Edilene da Silva Ribeiro.

BELÉM-PARÁ
2023

MARIA CAROLINE CAVALCANTE DOS SANTOS

**FINANCEIRIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NA
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR**

Dissertação submetida à apreciação da Banca Examinadora com vistas à obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Edilene da Silva Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Edilene da Silva Ribeiro – Orientadora
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Jacob Chaves – Examinadora interna
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof.^a Dr.^a Maria Rosimary Soares dos Santos – Examinadora externa
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237f Santos, Maria Caroline Cavalcante dos.
Financeirização e Expansão do Ensino a Distância na
Universidade Pitágoras Unopar / Maria Caroline Cavalcante dos
Santos. — 2023.
177 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Maria Edilene da Silva Ribeiro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Belém, 2023.

1. Financeirização. 2. Expansão do Ensino a Distância. 3.
Universidade Pitágoras Unopar. 4. Unopar. 5. Cogna/Kroton.
I. Título.

CDD 379

À minha querida mãe Vera Cavalcante, por todo amor e apoio nos estudos que tive no decorrer da minha vida.

A todas as pessoas que acreditam que a educação não é mercadoria, pois ela faz parte de um processo de conquistas de um direito social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe Vera Cavalcante por sempre acreditar em mim e me incentivar nos estudos. Foi ela quem trabalhou por muitos anos de forma autônoma e se dedicou ao meu sustento, além de ter financiado meus estudos desde criança. Com ela, eu aprendi a ser uma mulher determinada e corajosa. Sem ela, nada disso seria possível.

Agradeço à minha família pelo constante incentivo à pós-graduação, em especial ao meu irmão Pedro Romão e ao meu cunhado Antônio Soares Júnior, por me acolherem em sua residência na cidade de Belém para cursar o mestrado, dando-me todo suporte necessário para permanecer nos estudos, mesmo enfrentando uma pandemia no início das aulas. Sempre serei grata por tudo que fizeram por mim. Agradeço também à minha irmã Catarina Cavalcante por todo amor e incentivo.

Agradeço ao meu jovem companheiro de vida Nonato Sousa, que me acompanhou de perto nessa caminhada da vida acadêmica, desde a graduação e a pós-graduação, nunca me deixando desamparada nos momentos mais difíceis que passei distante da minha família. Foi ele quem me deu forças para nunca desistir.

Agradeço às minhas amigas “mulheres super poderosas”: Leila Maria, Ana Paula Brito Pania Pires e Samantha Souza, por estarem ao meu lado sempre que preciso, por todo amor, carinho, paciência e confiança que foram repassados a mim. Agradeço por me acompanharem em todo o processo do mestrado, presenciando os momentos mais difíceis de angústias, enxugando minhas lágrimas e me incentivando a sempre continuar estudando. Vocês foram primordiais na minha vida pessoal e acadêmica, tornaram-na “menos” dolorosa e mais proveitosa.

Não poderia deixar de expressar minha eterna gratidão à minha amiga Samantha Souza, por ter me ajudando em todo o desenvolvimento da pesquisa, desde a definição do objeto até as últimas palavras deste texto. Agradeço pelas madrugadas acordadas estudando comigo, pela coleta de dados da pesquisa, pela sua amizade, pelas nossas histórias parecidas, cujo desafio de morar distante de nossas famílias influencia na dificuldade e na permanência nos estudos. Agradeço também pelos momentos de lazer que me proporcionou e que fizeram toda diferença em minha vida.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino Superior (GEPES), por todo conhecimento construído ao longo do mestrado, pelos debates e pelas seções de estudo sobre a financeirização do ensino superior. Sem o suporte teórico desse grupo, não seria possível o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também aos colegas do grupo, em especial ao Ítalo

Laredo, por vivenciar esse mestrado ao meu lado, pela constante ajuda com os dados quantitativos da pesquisa e pela amizade que construímos nesse período de construção de conhecimento. Agradeço também aos demais integrantes do GEPES, que me ajudaram nessa caminhada do mestrado: Reinaldo, Dayse Camargo, Carolina Costa, Amanda Almeida, Evanilde Costa, Tarcísio Cordeiro e Lennon Pereira.

Agradeço às minhas amigas e parceiras de orientação, Luani Lobo, Fáyda Lorena e Heloisa Brasil, pelo acolhimento nos momentos difíceis da pesquisa, por todo carinho e incentivo que me deram para a conclusão do texto.

Agradeço à minha querida colega de turma, M^a Madalena Vieira pela parceria nas disciplinas cursadas, trabalhos, conselhos e por todo carinho. Foi quem segurou minha mão no dia da entrevista do processo seletivo e nunca mais soltou. Gratidão eterna!

Agradeço à minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Maria Edilene da Silva Ribeiro, pelo carinho e pela compreensão nas mudanças que ocorreram na pesquisa, por acreditar em meu potencial e acompanhar minha trajetória na pós-graduação.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Vera Jacob, por aceitar participar da banca de defesa, pelas excelentes contribuições no momento de qualificação da pesquisa, que foram primordiais para o desenvolvimento e a conclusão deste estudo. Agradeço também pelas orientações nas sessões de estudo do GEPES, pelo exemplo de mulher pesquisadora que luta incansavelmente pela defesa da pesquisa científica no Brasil. Saiba que a senhora é um exemplo de profissional na Educação.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Maria Rosimary, por compor a banca de defesa e pelas contribuições valiosas na qualificação da pesquisa, que foram fundamentais para a conclusão do estudo.

Agradeço à Prof.^a Msc. Mônica Ferreira, que foi minha professora na graduação e me incentivou a pós-graduação *stricto sensu*, e desde o início esteve ao meu lado me apoiando nos estudos.

Estendo meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), por proporcionar um mestrado acadêmico de qualidade e com seriedade à pesquisa científica no nosso país, mesmo enfrentando os constantes ataques à Universidade Pública. Agradeço também aos servidores públicos que compõem a UFPA e o PPGED, desde o corpo técnico até os docentes, pela aprendizagem das disciplinas cursadas.

Por fim, agradeço à CAPES pelo custeio financeiro que me proporcionou cursar uma pós-graduação e me dedicar à pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar como a financeirização do ensino superior privado-mercantil contribuiu para a expansão do Ensino a Distância (EAD) na Universidade Pitágoras Unopar e no grupo Kroton/Cogna no período de 2011 a 2020. Tem como objetivos específicos investigar os mecanismos regulatórios que colaboraram para a expansão do ensino superior privado-mercantil a distância no contexto da financeirização e da Reforma do Estado brasileiro; investigar a constituição da Universidade Pitágoras Unopar e a sua relação com grupo Kroton/Cogna; e analisar como a marca Unopar participa da expansão do Ensino a Distância da Kroton e a forma como contribui para a valorização das suas ações no mercado de capitais. A metodologia adotada na pesquisa é qualitativa e documental, tendo como categorias centrais: financeirização, expansão, Ensino a Distância e privado-mercantil. Os resultados evidenciam que a Universidade Pitágoras Unopar possui grande participação no Ensino a Distância no Brasil, representando, aproximadamente, 12%, e 13% entre as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas-mercantis. Em 2019, posicionou-se como a maior instituição privada em número de matrículas a distância e, em 2020, ocupou o segundo lugar. O estudo identificou que a predominância de matrículas na modalidade EaD influenciou a Kroton/Cogna a criar, nos anos de 2019 e 2020, oito faculdades com a marca Unopar em busca de fortalecê-la no mercado educacional. A participação da marca Unopar nas atividades da Kroton é expressiva por representar, aproximadamente, 73% do total de matrículas a distância da Kroton/Cogna do ano de 2020. Além disso, a pesquisa também evidenciou que a Kroton/Cogna, por meio das suas marcas, em especial a Unopar, iniciou a oferta dos cursos da área da saúde com o *marketing* “EaD Premium” e as criações de plataformas digitais, a Kroton Learning System 2.0 e o Canal Conecta, com o objetivo de fortalecer o mercado EaD com expressivo investimento em *marketing* para essas tecnologias de, aproximadamente, R\$ 2,29 bilhões em 2020. Os resultados demonstram que as receitas financeiras da Kroton/Cogna também cresceram após a aquisição da Unopar: em 2020, o lucro líquido representou R\$ 5,59 bilhões. Conclui-se que o processo de financeirização tem contribuído para a expansão dos grandes conglomerados, como a Kroton/Cogna, que detém a Unopar, por meio dos processos de Fusões e Aquisições (F&A) e da intensificação da oferta de cursos a distância, tornando-a uma das líderes do mercado do ensino superior a distância no Brasil.

Palavras-chave: Financeirização. Expansão do Ensino a Distância. Universidade Pitágoras Unopar. Unopar. Cogna/Kroton.

ABSTRACT

The general objective of this research is to investigate how the financialization of private-mercantile higher education contributed to the expansion of Distance Learning (DL) at Pitágoras Unopar University and in the Kroton/Cogna group from 2011 to 2020. Its specific objectives are to investigate the regulatory mechanisms that collaborated for the expansion of distance private-commercial higher education in the context of financialization and the Reform of the Brazilian State; to investigate the constitution of the Pitágoras Unopar University and its relationship with the Kroton/Cogna group; and analyze how the Unopar brand participates in the expansion of Kroton's Distance Learning and how it contributes to the appreciation of its shares in the capital Market. The methodology adopted in the research is qualitative and documental, having as central categories: financialization, expansion, Distance Learning and private-mercantile. The results show that Pitágoras Unopar University has a great participation in Distance Learning in Brazil, representing approximately 12%, and 13% among private-mercantile Higher Education Institutions (HEIs). In 2019, it ranked as the largest private institution in the number of distance enrollments and, in 2020, ranked second. The study identified that the predominance of enrollments in the "EaD" modality influenced Kroton/Cogna to create, in 2019 and 2020, eight colleges with the Unopar brand, seeking to strengthen it in the educational Market. The Participation of the Unopar brand in Kroton's activities is significant, as it represents approximately 73% of total distance enrollments at Kroton/Cogna in 2020. In addition, the survey also showed that Kroton/Cogna, through its brands, especially Unopar, launched an offer of courses in the area of health with the marketing "EaD Premium" and creations of digital platforms, Kroton Learning System 2.0 and "Canal Conecta", with the objective of strengthening the "EaD" market with significant investment in marketing for these technologies of approximately R\$ 2,29 billion in 2020. The results show that Kroton/Cogna financial income also grew after the acquisition of Unopar: in 2020, net income represented R\$ 5,59 billion. It is concluded that the financialization process has contributed to the expansion of large conglomerates, such as Kroton/Cogna, which owns Unopar, through Mergers and Acquisitions (M&A) processes and the intensification of the supply of distance courses, making becomes one of the leaders in the higher distance education market in Brazil.

Keywords: Financialization. Expansion of distance learning. Pitágoras Unopar University. Unopar. Cogna/Kroton

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
B3	Brasil Bolsa Balcão
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAMA	Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda
CF	Constituição Federal
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CREDOC	Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
EAD	Ensino a Distância
FAMA	Faculdade Atenas Maranhense
F&A	Fusões e Aquisições
FEFI	Faculdade de Educação Física do Norte do Paraná
FERESP	Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEPES	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior
IED	Investimentos Externos Diretos
IES	Instituições de Ensino Superior

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
KPMG	Klynveld Peat Marwick Goerdeler
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NUP	Número Único de Protocolo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIs	Organismos Internacionais
OMC	Organização Mundial do Comércio
PA	Pará
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PEP	Parcelamento Estudantil Privado
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRAVALER	Crédito Universitário – PRAVALER
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC-GO	Universidade Católica Pontifícia de Goiás
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
S.A.	Sociedades Anônimas
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SEMESP	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
SESU	Secretaria de Educação Superior
SPSS	Software Statistical Package for the Social Science
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCB	Universidade Católica de Brasília
UCP	Universidade Católica de Petrópolis
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPA	Universidade do Estado do Pará

UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIC	Universidade de Cuiabá
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIMEPM-SP	Universidade Metodista de São Paulo
UNICESUMAR	Centro Universitário de Maringá
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIP	Universidade Paulista
UNIREDE	Rede de Educação Superior a Distância
UNIT	Universidade Tiradentes
UNP	Universidade Potiguar
USE	União Sorrisense de Educação Ltda
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 – Documentos selecionados na pesquisa	38
Quadro 2 – <i>Ranking</i> das 20 maiores instituições em número de matrículas a distância (EAD) do ensino superior no Brasil – 2019	73
Quadro 3 – <i>Ranking</i> das 20 maiores instituições em número de matrículas a distância (EAD) do ensino superior no Brasil – 2020	74
Quadro 4 – Criação de faculdades – Unopar	78
Quadro 5 – Centros Universitários – Unopar	79
Quadro 6 – Aquisições realizadas pela Kroton	82
Quadro 7 – Capital social da Kroton antes e depois da aquisição com a Unopar	94
Quadro 8 – Patrimônio líquido da Kroton antes e depois da aquisição com a Unopar	95
Quadro 9 – Portarias registradas no MEC pós-aquisição da Unopar	101
Quadro 10 – Resumo da lista de mantenedoras e mantidas Kroton/Cogna – 2020.....	102
Quadro 11 – IES com a marca Unopar.....	103
Quadro 12 – Mudanças jurídicas de IES com a marca Unopar.....	104
Quadro 13 – Oferta dos cursos de licenciaturas – Unopar	108
Quadro 14 – Oferta dos cursos bacharelados – Unopar	108
Quadro 15 – Oferta dos cursos tecnológicos – Unopar	109

TABELAS

Tabela 1 – Entrada dos grupos educacionais na BM&FBovespa.....	55
Tabela 2 – Fusões e Aquisições no setor da Educação no Brasil (2007 a 2020).....	57
Tabela 3 – Evolução do número de matrículas de graduação por modalidade de ensino nas IES públicas e privadas – Brasil (2011 a 2020).....	72
Tabela 4 – Divisão do capital social – Unopar.....	93
Tabela 5 – Junção da Kroton – Unopar (2011)	96
Tabela 6 – Evolução do número de matrículas por modalidade de ensino (presencial x EaD) – Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020).....	115
Tabela 7 – Matrículas EaD – Universidade Pitágoras Unopar x Brasil (2011 a 2020).....	116
Tabela 8 – Evolução do número de matrículas por grau acadêmico – Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020).....	117
Tabela 9 – Docentes x discentes – Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020)	118
Tabela 10 – Tipo de ingresso dos estudantes da Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020)	121
Tabela 11 – Evolução do número de matrículas presenciais e a distância da Universidade Pitágoras Unopar por tipo de financiamento (2011 a 2020).....	123
Tabela 12 – Matrículas presenciais e a distância por tipo de financiamento estudantil – Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020).....	124
Tabela 13 – Matrículas EaD – Kroton x Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020)	139
Tabela 14 – Receita líquida da Kroton/Cogna do ensino superior (presencial x EaD) no período de 2011 a 2020.....	142
Tabela 15 – Despesas com vendas – <i>marketing</i> e outras – Kroton/Cogna em reais – valor nominal.....	145

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do número de IES no Brasil por categoria administrativa (1997-2020)	62
Gráfico 2 – Evolução do número de matrículas em cursos de graduação por categoria administrativa presencial e a distância – Brasil (2010-2020).....	63
Gráfico 3 – Polos de EaD por região – Unopar (2020)	112
Gráfico 4 – Criação de polos de EaD por ano – Unopar (2011-2020)	113
Gráfico 5 – Projeção de matrículas com a aquisição da Unopar para o ano de 2020.....	114
Gráfico 6 – Matrículas por modalidade de ensino (presencial x EaD) – Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020).....	114

FIGURAS

Figura 1 – Hierarquia da aquisição.....	93
Figura 2 – Financiamento da aquisição Unopar-Kroton (2011).....	97
Figura 3 – 15 frentes e 80 projetos de integração Unopar-Kroton	99
Figura 4 – Fases da integração de estratégias Unopar-Kroton	100
Figura 5 – Formas de ingresso Enem – Unopar	122
Figura 6 – Financiamento via empréstimo com garantia – Universidade Pitágoras Unopar .	128
Figura 7 – Estratégias de <i>marketing</i> para captação de alunos	131
Figura 8 – Canal Conecta	133
Figura 9 – Empresas com parceria do Canal Conecta – Kroton/Cogna e Unopar	134
Figura 10 – Cursos EaD Premium.....	136
Figura 11 – Prêmio Top de Marcas Unopar	140

MAPA

Mapa 1 – Criação e distribuição de polos de EaD no Brasil – Unopar (2011-2020)	111
--	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL A DISTÂNCIA NO BRASIL	41
2.1 A financeirização do capital sob a lógica da política neoliberal	41
2.2 A financeirização do ensino superior privado-mercantil no Brasil	53
2.3 A expansão do ensino superior privado a distância e a sua regulamentação no Brasil	60
3 ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL A DISTÂNCIA NO BRASIL E A EXPANSÃO DA UNOPAR/KROTON	76
3.1 A Universidade Pitágoras Unopar no ensino superior privado-mercantil brasileiro: antecedentes históricos	76
3.2 O grupo Kroton/Cogna e a sua lógica no mercado	81
3.3 O processo de aquisição da Unopar pela Kroton.....	89
4 A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR NO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL, NO PERÍODO DE 2011 A 2020	107
4.1 A Universidade Pitágoras Unopar e a oferta de cursos superiores no Brasil	107
4.2 As matrículas em EaD na Universidade Pitágoras Unopar	113
4.3 As formas de ingresso e os tipos de financiamento da Universidade Pitágoras Unopar..	120
4.4 As estratégias de <i>marketing</i> para captação de alunos de EaD – Unopar e Kroton/Cogna	130
4.5 Os valores financeiros da Kroton/Cogna de 2011 a 2020	142
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	155
ANEXOS.....	173

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado em Educação¹ foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal do Pará (UFPA), vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais, e apresenta como objeto de pesquisa a expansão do ensino superior privado-mercantil a distância, tendo como lócus a Universidade Pitágoras Unopar no contexto da financeirização desse nível de ensino.

O estudo integra o projeto de pesquisa “Financeirização do Ensino Superior privado-mercantil no Brasil: novas estratégias de inserção do capital estrangeiro”², que visa investigar as implicações da inserção de empresas estrangeiras com fundos de capital aberto na educação superior brasileira.

Vincula-se também ao projeto “Educação Superior na Amazônia: gestão e formação em tempos de empreendedorismo”³, que analisa a concepção de empreendedorismo nas universidades sob a égide ideológica neoliberal. Com isso, está presente a atuação do Estado brasileiro, que sofreu mudanças na década de 1990, com as flexibilizações nas regulamentações das políticas do ensino superior diante dos parâmetros do mercado educacional, em especial, a expansão do Ensino a Distância.

A importância desta pesquisa está na possibilidade de desvelar as contradições existentes no modo como a educação, enquanto princípio básico indispensável na vida dos sujeitos, vem sendo transformada em mercadoria pelos detentores do capital.

O fenômeno da mercantilização do ensino superior privado-mercantil expandiu-se por meio dos processos de Fusões e Aquisições (F&A) realizados pelos grandes grupos educacionais privados, especialmente, pelas empresas de capital aberto na Bolsa de Valores (BM&FBOVESPA)⁴.

Nesse cenário, destaca-se a atuação do Estado brasileiro, que concedeu subsídios para os grupos educacionais privados – sobretudo os grupos YDUQS/Estácio, Ânima, Ser Educacional, Kroton/Cogna (detentora da Universidade Pitágoras Unopar), sendo esta última objeto de análise deste estudo – por meio de políticas como o Fundo de Financiamento

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Esse projeto é desenvolvido pelo Grupo de Estudos sobre Educação Superior (GEPES), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Jacob Chaves, no período de 2019 a 2022. Área de conhecimento: Educação. Subárea: Política Educacional. Edital MCTI/CNPq nº 28/2018 – UNIVERSAL – FAIXA B.

³ Esse projeto é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Edilene da Silva Ribeiro. Área de conhecimento: Educação. Subárea: Política Educacional. Portaria 1096-2020-ICED/UFPA.

⁴ A BM&FBovespa constitui um mercado de ações. O formato desse nome é uma fusão das antigas Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o que contribuiu para a expansão do ensino superior privado-mercantil brasileiro.

A aproximação a essa temática ocorreu, primeiramente, durante a participação no evento acadêmico denominado “15º Encontro Norte e Nordeste de estudantes de Pedagogia”, realizado em janeiro de 2018, na cidade de Altamira, no Pará (PA), o qual acompanhei como aluna da graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), *campus* Igarapé-Açu.

Dentre as discussões feitas por meio dos trabalhos apresentados nesse evento, destacou-se a apresentação de uma discente que discutia sobre as implicações do neoliberalismo nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas no Brasil. Desde lá, surgiram-me vários questionamentos acerca do assunto, o que me instigou a pesquisar produções de autores que tratam dessa temática.

No mesmo ano, em setembro, participei como ouvinte do evento acadêmico realizado pelo PPGED-UFPA, denominado “VIII Colóquio da Linha de Políticas Públicas Educacionais”, com temáticas pertinentes às questões educacionais que influenciam na formação superior, com destaque para as políticas neoliberais que subsidiaram o processo de mercantilização do ensino superior privado no Brasil. Foram diversas as discussões que me chamaram atenção, das quais destacaram-se os fenômenos da mercantilização e da financeirização do ensino superior privado-mercantil no Brasil.

Com relação ao fenômeno da mercantilização, tive a oportunidade de realizar o meu Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), em 2019, sobre a temática, tendo como objetivo analisar a mercantilização do ensino superior privado acerca da formação de professores em Castanhal-PA⁵. O estudo evidenciou que a escolha dos futuros professores pelos cursos de formação em licenciatura numa universidade privada de Castanhal se deu pela flexibilidade e pela possibilidade de conciliar o estudo com o trabalho, pois os cursos eram realizados no formato semipresencial, e pelos incentivos estatais concedidos através do ProUni.

Com a continuação em participações de eventos acadêmicos após a conclusão da graduação, tive contato com outros alunos que pesquisam sobre o assunto, o que me fez perceber que há contradições que envolvem as políticas públicas educacionais e que colaboram para a precarização do ensino superior público, das quais se destaca o constante repasse do fundo público para IES privadas, por meio dos programas assistencialistas ProUni e Fies, que

⁵ Ver Santos (2019a).

têm contribuído ainda mais para a expansão dos grandes grupos educacionais via ensino superior a distância, sobretudo, para aqueles listados na BM&FBovespa.

Diante das inquietações supracitadas e dos resultados do TCC de que o Ensino a Distância (EAD) é um dos mecanismos de expansão dos grupos educacionais privado-mercantis, devido ao fato de ser uma das formas mais acessíveis para ingresso e conclusão de um curso de graduação de nível superior e ao baixo custo das mensalidades, bem como pela possibilidade de realização em menor tempo e pela conciliação de trabalho e estudo pelos jovens e adultos trabalhadores, busquei dar prosseguimento a essa temática por meio do Mestrado em Educação. Realizei o processo seletivo do PPGED/UFPA em 2019 e fui aprovada sob orientação da professora Doutora Maria Edilene da Silva Ribeiro.

A delimitação do objeto de pesquisa se deu a partir da minha inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES)⁶, da UFPA, que se dedica a pesquisas sobre a financeirização dos conglomerados educacionais, especialmente os listados na BM&FBovespa. Dentre eles, destaca-se a Kroton/Cogna como o maior grupo educacional privado-mercantil brasileiro na oferta do ensino superior, sobretudo, na modalidade a distância.

A aproximação com os estudos sobre os grupos educacionais privados permitiu o delineamento da pesquisa sobre a oferta de cursos superiores a distância pela Universidade Pitágoras Unopar e, conseqüentemente, sobre a expansão da Kroton/Cogna no mercado educacional no contexto da financeirização desse nível de ensino. Centramo-nos numa pesquisa com estudo teórico e análise documental, dado o fato de obtermos acesso às informações, principalmente, pelos instrumentos *on-line*.

Esta pesquisa tem a sua relevância ligada ao fato de estar inserida no contexto do processo de financeirização em que há uma crescente expansão do ensino superior privado ofertado pelas IES com finalidade lucrativa. Como destaca Chaves (2019, p. 67), “[...] a educação deixou de ser direito social e foi transformada em serviço altamente lucrativo, favorecendo a expansão do setor privado-mercantil no Brasil”.

Com isso, nosso estudo possibilitará desvelar o modelo da oferta de ensino superior privado no Brasil, assim como o marco regulatório que tem contribuído para a expansão desse setor, no contexto da financeirização. Nesse interim, forneceremos elementos para uma reflexão crítica acerca dos processos que se desdobram na intensificação do mercado privado-mercantil, bem como da priorização de investimentos dos recursos públicos para IES privadas e da

⁶ O grupo foi criado em 1996, por professores e alunos do Programa de Mestrado em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, que desenvolviam estudos sobre a temática Educação Superior. É vinculado institucionalmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED (GEPES, 2020).

flexibilização da regulamentação do Ensino a Distância no país, tendo como lócus a Kroton/Cogna, sobretudo, a sua mantida/marca Unopar.

A Universidade Pitágoras Unopar teve sua origem na instituição de ensino União Norte do Paraná de Ensino Ltda., fundada no Estado do Paraná, na cidade de Londrina, em 1972. Posteriormente, passou por várias alterações de nomenclatura, como centro universitário e faculdades integradas, e mudou de nome para Faculdades Integradas Norte do Paraná – Unopar em 1992, ano em que a instituição de ensino passou a usar pela primeira vez a sigla Unopar, considerado um passo importante para sua transformação em Universidade.

No ano de 1997, a instituição se credenciou como Universidade Norte do Paraná-Unopar e, a partir dos anos 2000, sua expansão baseou-se na abertura de polos presenciais e a distância pelas cidades próximas, a exemplo da criação do *campus* na cidade de Bandeirantes (UNOPAR, 2020a). Além disso, é importante destacar que a IES obteve mudanças no nome jurídico durante o recorte temporal da pesquisa, no ano de 2016 passou a ser Universidade Pitágoras Unopar, pelo Decreto nº 422, de 2 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016a).

Para estruturar o arcabouço teórico da pesquisa, tornou-se proeminente conhecer as produções sobre o objeto de estudo por meio das pesquisas acadêmicas que tratam sobre as categorias do objeto. Com isso, realizamos a revisão da literatura com base em teses e dissertações⁷, com um levantamento sobre a produção científica acerca da financeirização no ensino superior a distância e da Unopar.

O intuito de realizar a revisão da literatura foi o de aproximação ao objeto de estudo por meio da análise das produções realizadas nos últimos anos, a fim de desvelar a forma como as pesquisas acadêmicas vêm sendo elaboradas, mas também as lacunas sobre a temática que ainda precisam ser pesquisadas. Assim, buscamos por novos elementos e informações que nos possibilitem conhecer o fenômeno e de forma contextualizada.

O recorte temporal do estudo e da revisão de literatura consiste no período entre 2011 e 2020, considerando a aquisição da Universidade Pitágoras Unopar e a sua relação com o grupo Kroton, que se tornou líder em matrículas nos cursos de graduação na modalidade a distância em 2011, até a última publicação do Censo da Educação Superior, dentro do recorte temporal desta dissertação, no ano de 2020.

⁷ Delimitamos a busca por dissertações e teses por serem pesquisas mais aprofundadas apresentando seus resultados, diferentes de artigos e resumos expandidos, que apresentam resultados parciais.

A busca de produções acadêmicas ocorreu por meio do catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁸, de forma *online*, levando em consideração as categorias de análise do objeto: financeirização; ensino superior a distância, privado-mercantil e Unopar. Foram realizadas três buscas: primeiramente, por “financeirização” e, depois, por “ensino a distância na Unopar” e “expansão privado-mercantil”.

Com a categoria financeirização, encontramos 656 trabalhos. Realizamos uma primeira filtragem por grau acadêmico, tendo sido selecionadas apenas teses e dissertações acadêmicas, e chegamos ao resultado de 642 produções. No segundo filtro, consideramos somente trabalhos com o recorte temporal de 2011 a 2020, o que totalizou 489 estudos. A terceira filtragem foi feita diante da grande área do conhecimento, tendo sido selecionadas produções das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, resultando em 438 textos. No quarto e último filtro, consideramos a área do conhecimento, centrando-nos nas áreas da Economia, do Direito, das Ciências Contábeis e da Educação, o que resultou na coleta de 145 produções.

Após as quatro filtrações sobre a categoria financeirização, realizamos a leitura dos títulos, das palavras-chave e do resumo dos 145 estudos. Desses, identificamos 17 trabalhos relacionados à financeirização no ensino superior privado; 4 dedicados à financeirização na educação básica⁹; 115 pesquisas que não tratam da categoria; e 9 trabalhos que não estavam disponíveis devido a serem anteriores à plataforma Sucupira. O Anexo A desta dissertação apresenta as 17 produções acerca da financeirização no ensino superior privado.

Nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2015, não foram encontrados estudos com esses descritores e o recorte temporal selecionado. Desses 17 trabalhos, 11 são dissertações de mestrado, sendo 9 na área de Educação, 1 em Desenvolvimento Econômico, 1 em Economia e 1 em História Social. De teses de doutorado, são seis, todas na área de Educação.

É importante destacar que, das 17 produções, 1 é de universidade privada, a Universidade Católica de Brasília (UCB), e 16 são de instituições públicas, sendo 6 da UFPA, 4 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e 2 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Do estado de São Paulo, temos pesquisas das instituições: Universidade

⁸ A CAPES é vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil e atua na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados brasileiros.

⁹ Os trabalhos que tratam da financeirização na educação básica são: I) *Financeirização da Educação Básica: tendências no período de 2010-2019*, de Hellem Balbinoth (2020); II) *Formação continuada na rede municipal de ensino de Florianópolis: financeirização da educação básica e a (con)formação docente*, de Marcia Luzia dos Santos (2019); III) *Privatização Mercantil da Educação Pública no Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte: a parceria público-privada na Educação Infantil*, de Fabio Jose Alves Garrido (2020); e IV) *A atuação e expansão da empresa Kroton Educacional na Educação Básica*, de Deysiane Farias Pontes (2020).

Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade de São Paulo (USP). E, ainda, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Dessas pesquisas, 7 estudos tiveram como lócus de investigação o grupo Kroton Educacional e as suas implicações no processo de financeirização do capital no ensino superior. Essas implicações estão relacionadas às questões do trabalho docente, à criação do financiamento privado, aos fundos de investimentos e a compra e venda de ações na Bolsa de Valores por meio de Fusões e Aquisições (SEBIM, 2014; SILVA, 2017; SOARES, 2018; SANTOS, 2018; REIS, 2019; TAVARES, 2019; SILVA, 2020).

O processo de expansão do grupo Kroton por meio de Fusões e Aquisições permitiu a sua consolidação como a maior empresa educacional do país, que utiliza a educação como mercadoria de compra e venda de cursos sob a lógica financeira, mercantilizando o ensino superior brasileiro sob o controle do capital financeiro (SEBIM, 2014; SILVA, 2017; SOARES, 2018; SANTOS, 2018; REIS, 2019; TAVARES, 2019; SILVA, 2020). Apesar de os estudos serem da Kroton, os autores não trataram do EaD como destaque nesse processo de financeirização, como também não versaram sobre a Universidade Pitágoras Unopar.

Devido às implicações advindas do processo de financeirização, Sevim (2014) investigou os impactos das mudanças sobre o trabalho docente no estado do Espírito Santo e apontou que houve a intensificação da exploração de trabalho desses profissionais, bem como a perda de autonomia dos professores em seu processo de trabalho e a baixa remuneração. E isso ocorreu devido à expansão do processo de financeirização, que adentrou o setor educacional e influenciou nas atividades docentes do grupo.

Nesse sentido, Santos (2018) buscou investigar: a rede de governança por meio do Fies, vinculada e incentivada pelos intelectuais orgânicos; e os diversos atores sociais que influenciaram no processo de transformação da educação superior. Através de documentos e relatórios da Kroton na composição do Conselho de Administração, a autora encontrou a presença de ex-ministro, ex-secretário de Educação, ex-deputado federal, ex-vice-governador, presidentes e diretores das principais associações representativas do setor educacional: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Número Único de Protocolo (NUP); Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior (FERESP); e Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP).

A tese revelou que a participação desses atores sociais nas políticas educacionais subsidiou o Fies para fortalecer as IES privadas via financiamento público. O que, conseqüentemente, contribuiu para a expansão do setor privado-mercantil por meio da adoção

de uma gestão corporativa empregada nos negócios dos grupos educacionais privados (SANTOS, 2018).

Nesse sentido, o governo sendo influenciado por interesses privados, vem se beneficiando de políticas educacionais, em especial o financiamento público por meio do Fies, que incentivou a expansão dos grupos educacionais brasileiros e também influenciou no modelo de gestão.

Em relação ao modelo de gestão corporativa, esta, por sua vez, está imbricada no processo de financeirização do ensino superior privado-mercantil, que visa persuadir todas as funções de uma instituição, como os grupos educacionais, em especial a Universidade da Amazônia (UNAMA). A IES, após ser listada na Bolsa de Valores, modificou sua gestão (que deveria ser educacional), aderindo a um modelo estudantil conforme os parâmetros do mercado, com a adoção do modelo de governança corporativa (SOUZA, 2019; CORDEIRO, 2020).

Esse modelo estudantil se tornou mais mercantil do que educacional, o que refletiu no declínio da participação de discentes nas deliberações democráticas sobre as formas de gestão empregadas na instituição de ensino (SOUZA, 2019). Enquanto isso, as mudanças impostas pela gestão corporativa na UNAMA aconteceram, principalmente, após a aquisição pelo Grupo Ser Educacional S.A., que se listou na Bolsa de Valores, fazendo parte de um cenário de mercantilização e financeirização do ensino superior privado (CORDEIRO, 2020).

Para Souza (2019) e Cordeiro (2020), a adoção da governança corporativa segue parâmetros do mercado e do processo de financeirização, que também influencia na forma de oferta de cursos superiores, mas os autores não discutiram a grande participação da modalidade de ensino.

Retomando a rede de governança do Fies, temos a tese de Santos Filho (2016), que também analisou criticamente o Fies e o ProUni, investigando três grupos educacionais: Estácio Participações S.A., Educação S.A. (Ânima) e Ser Educacional S.A. O estudo identificou que o Fies e o ProUni contribuíram para a expansão da educação superior privado-mercantil no Brasil, promovida por meio de renúncia fiscal e pelo uso do fundo público para financiar esses grupos. Apesar de a pesquisa ter analisado as atividades da Kroton nesse processo de conceção de bolsas, e do uso do financiamento público, o autor não discutiu a inserção do Ensino a Distância e a participação da Universidade Pitágoras Unopar.

O Fies e o ProUni tiveram grande destaque na atuação dos grupos educacionais, o que concedeu o seu crescimento no país, bem como serviu de objeto de investigação para as pesquisas (SANTOS FILHO, 2016; ANDRADE, 2018; REKSUA, 2020).

Com isso, Andrade (2018) teve um enfoque nos governos Lula e Dilma, que subsidiaram a política de financiamento estudantil por meio do Fies, e desvelou que esse programa possui contradições, uma vez que “possibilitou” o custeio de um curso superior, mas deixou o endividamento para o estudante, e implicou a redução da arrecadação do Estado por meio do ProUni pela isenção de impostos de IES privadas. Já Reksua (2019) identificou que esses programas, apesar de assegurarem o acesso da população que, historicamente, foi desfavorecida do ensino superior, ao mesmo tempo contribuem de maneira significativa para o processo de mercantilização e financeirização desse nível de ensino.

Nesse sentido, o ProUni e o Fies são subsídios para a expansão dos grupos educacionais brasileiros que passam a se inserir conforme o mercado capitalista, buscando, constantemente, a valorização acionária no mercado de ações em Bolsa de Valores. (SANTOS FILHO, 2016; ANDRADE, 2018; SANTOS, 2018; REKSUA, 2019).

As políticas de financiamento público, em especial o Fies, influenciaram na criação do financiamento privado das instituições de caráter mercantil, sobretudo das listadas em Bolsa de Valores. Além disso, o financiamento privado se configurou como alternativa dos grupos educacionais quando as regras do Fies, a partir de 2015, tiveram mudanças nos contratos (SOARES, 2018; SOUSA, 2019; REIS, 2019).

Conforme Soares (2018), o financiamento estudantil privado utilizado pelo grupo Kroton possui contradições quanto ao fornecimento da formação de nível superior. Por um lado, tende a formar o aluno para ser capacitado para o mercado de trabalho e, por outro, comercializa seus cursos superiores, causando um forte endividamento de discentes pertencentes a famílias da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o financiamento estudantil privado utilizado pelos grupos educacionais, em especial, a Kroton Educacional e a Estácio Participações, possui forte relação com o processo de financeirização do ensino superior, que, por meio da venda de cursos superiores, influencia na forma como o ensino vem sendo comercializado pelos detentores do capital, tornando a educação mercantilizada (SOUSA, 2019; REIS, 2019).

A mercantilização do ensino superior privado brasileiro advém de uma série de acontecimentos influenciados pelo sistema capitalista e, a partir de 2007, com a entrada dos grupos educacionais na Bolsa de Valores, assumiu a forma de financeirização do setor privado-mercantil. Com isso, houve uma intensa transformação da educação superior em mercadoria pelo número expressivo de instituições de ensino superior pelos fundos de investimentos (*private equity*), evidenciando que a educação de nível superior é um novo tipo, controlada pelo capital financeiro (TAVARES, 2014, 2019).

O processo de financeirização do capital se inseriu no ensino superior privado no Brasil pela abertura de capital dos grupos educacionais em 2007, o que subsidiou objetos de estudos (COSTA, 2016; SEKI, 2020).

Costa (2016) teve como lócus de investigação três grupos: Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A. e Kroton Educacional S.A. Já Seki (2020) analisou quatro grupos: Kroton, Estácio, Ser Educacional e Ânima.

Destacamos o estudo de Seki (2020), que se constituiu numa pesquisa aprofundada acerca das receitas fiscais em relação à lucratividade dos grupos educacionais privados, destacando a formação de oligopólio no ensino superior, bem como as formas de financiamento utilizadas por esses grupos: o Fies, o uso da inserção fiscal pela adoção do ProUni e os financiamentos privados de cada grupo.

Conforme os autores, a financeirização no ensino superior privado modifica as formas de atuação dos grupos na oferta de cursos por meio da gestão corporativa – que são inseridas pela lógica mercantil e financeira –, bem como revela que os programas Fies e ProUni tratam de uma política estruturada de transferências dos fundos públicos para a acumulação de capitais, que está atrelada à financeirização da participação dos grupos educacionais (COSTA, 2016; SEKI, 2020).

Em relação à atuação desses grupos na educação superior no Brasil, Sousa (2018) analisou a (des)regulamentação relacionada aos aspectos legais/normativos que subsidiam a atual etapa da financeirização no ensino superior privado-mercantil. O autor identificou que não há uma política de regulamentação/supervisão para essa expansão de grupos educacionais privados no país, bem como apontou a constante expansão de instituições estrangeiras, mercantilizando o ensino superior privado sob a égide do capital financeiro (SOUSA, 2018).

Todos os estudos apresentados evidenciam que a financeirização do capital no ensino superior privado tem ganhado força para tal atuação, e revelam a grande participação do Estado brasileiro no favorecimento da entrada dessas IES privado-mercantis devido à flexibilização da legislação educacional ao permitir que esses grupos listados na Bolsa de Valores possam ofertar cursos de formação na lógica mercantil e não propriamente na educacional. Apesar de as pesquisas tratarem da financeirização no ensino superior, não evidenciaram a participação da Universidade Pitágoras Unopar.

Com a categoria Ensino a Distância na Unopar, encontramos 807 trabalhos. Desses, realizamos as seguintes filtrações: grau acadêmico (teses e dissertações), que resultou em 707 produções; ano (2011 a 2020), que totalizou em 574 estudos; grande área do conhecimento,

tendo sido selecionadas produções das Ciências Sociais aplicadas e das Ciências Humanas, resultando em 16 trabalhos.

Após as filtragens, realizamos a leitura dos títulos, das palavras-chave e dos resumos, e selecionamos apenas sete pesquisas que tratam especificamente de EaD na Unopar. Com isso, as demais foram desconsideradas para análise da revisão, por discutirem o Ensino a Distância em instituições públicas e na educação básica. Nos anos 2011, 2012, 2014, 2015, 2018 e 2020, não foram encontrados estudos com esses descritores e no tempo escolhido da pesquisa, como pode ser observado no Anexo B desta dissertação.

A utilização apenas da sigla Unopar nos descritores justifica-se pelo fato de a instituição manter a marca mesmo após a alteração do nome jurídico durante o recorte temporal da pesquisa, como mencionado anteriormente.

Desses sete trabalhos, cinco são dissertações de mestrado, sendo três em Educação e duas em Serviço Social. Os outros dois estudos são teses de doutorado, sendo uma em Educação e a outra em Comunicação Social.

Com relação às instituições onde estão localizadas, quatro são oriundas de universidades públicas, quais sejam: Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Estadual de Maringá (UEM). De instituições privadas são: Universidade Católica de Petrópolis (UCP); Universidade Metodista de São Paulo (UNIMEPM-SP) e Universidade Católica Pontifícia de Goiás (PUC-GO).

Dessas pesquisas, três tiveram o mesmo objeto de estudo: o curso de Serviço Social na modalidade a distância (SILVA, 2013; ALMEIDA, 2016; SILVA, 2019).

As pesquisas do Ensino a Distância na Unopar apresentam sua participação no mercado a distância, de cursos de licenciaturas e bacharelados, de como a formação de nível superior tende a ser precarizada por priorizar o EaD como principal meio de formação profissional. O curso de Serviço Social a distância serviu de objeto em três estudos (SILVA, 2013; ALMEIDA, 2016; SILVA, 2019).

Nesse sentido, Almeida (2016) analisou a precarização do trabalho docente na modalidade a distância em cinco IES privadas: Universidade Potiguar (UNP), Universidade Paulista (UNIP), Universidade Tiradentes (UNIT), Universidade Anhanguera e Unopar, todas localizadas na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

A cidade de Mossoró se constituiu como a cidade que mais oferta cursos superiores na modalidade de Ensino a Distância, por deter mais de cinco IES privadas. Essas IES são responsáveis pela precarização do trabalho docente, cuja instabilidade ocorre devido à falta de

proteção trabalhista e ao aumento da proporcionalidade de alunos por docentes, por possuírem turmas lotadas para poucos docentes. E a Unopar se configura como uma IES que precariza o trabalho realizado pelo professor e carece de qualidade na formação a distância (ALMEIDA, 2016).

Nesse sentido, Silva (2013) analisou a formação acadêmica do curso de Serviço Social de um polo de EaD, em uma turma específica da cidade de Paulo Afonso, revelando que, no ano de 2012, esse curso se constituiu como um dos mais ofertados e matriculados de alunos na modalidade a distância, e evidenciou a precarização desse formato de ensino na formação acadêmica.

Em relação ao curso de Serviço Social, este se destaca na Unopar, pela flexibilização do uso desse curso superior, por permitir disciplinas que deveriam ser presenciais e foram realizadas na modalidade de Ensino a Distância, mesmo obtendo regimentos para serem realizadas de forma presencial. A Unopar vem se favorecendo dessas estratégias a distância e, conseqüentemente, vem se expandindo no mercado educacional de EaD (SILVA, 2019).

Com isso, o Ensino a Distância na Unopar se constitui em estratégia de massificação e mercantilização do ensino superior privado, comprometendo a qualidade da formação profissional em Serviço Social (ALMEIDA, 2016; SILVA, 2013; SILVA, 2019). Esses estudos, apesar de evidenciarem a Unopar no mercado de EaD, não mostraram uma análise da Unopar de forma geral diante do processo de financeirização, bem como não mencionaram a aquisição realizada e as mudanças que a instituição sofreu após ser adquirida pela Kroton.

A Unopar, como instituição forte no uso do Ensino a Distância, serviu de objeto para outras pesquisas, como também serviu a evasão do curso de Administração a distância e do curso de Educação Física nessa modalidade de ensino (SIQUEIRA, 2017; PIMENTEL, 2017).

Assim, o estudo de Pimentel (2017) investigou o curso de Educação Física a distância em duas IES diferentes, a Unopar e a Universidade Federal de Goiás (UFG), a fim de comparar a formação do curso de Educação Física na mesma modalidade de ensino, em uma IES pública e outra privada.

Os resultados apontam que a evasão dos alunos no curso de Administração não se dá efetivamente pela modalidade a distância, mas devido às dificuldades financeiras, bem como aos problemas com a equipe de docentes que não possuem formação técnica para lidar com as novas tecnologias digitais, dificultando o acompanhamento de atividades propostas pelo formato *on-line* (SIQUEIRA, 2017).

O estudo de Pimentel (2017) evidenciou que a relação dos professores entre as duas IES é bem diferente. Na UFG, há uma preocupação em formar alunos com qualidade, em

contrapartida, na Unopar, há um despreparo intelectual e tecnológico, tanto da parte da instituição de ensino quanto da parte dos tutores (*on-line*) e dos professores presenciais (uma vez na semana).

O estudo de Biazon (2017) se diferenciou pela pesquisa sobre como as formas de comunicação mercadológica influenciam no consumo da educação superior privada e teve como lócus de investigação a Unopar, apesar de, no título, estar denominado Kroton. O autor apontou que os cursos ofertados pela Unopar são para atender à lógica do consumo, cujos cursos são produtos e cujos alunos são clientes.

De acordo com o autor, a instituição utiliza estratégias persuasivas para captar alunos, desde o emprego de sujeitos famosos até o financiamento privado, tratando os cursos superiores como um mercado de compra e venda, com vistas ao lucro. As táticas adotadas em *marketing* destacam o baixo custo do Ensino a Distância, cuja propaganda apresenta flexibilidade para alcançar o diploma de nível superior. Acessível tanto para os que vendem os cursos quanto para os que compram. Portanto, a comunicação assume uma posição decisiva para a atração da indústria, bem como para a expansão e a consolidação de matrículas a distância no ensino superior privado (BIAZON, 2017).

Gonçalves (2019) identificou as regularidades discursivas na publicidade de cursos a distância no setor privado, analisando 14 comerciais publicitários de 3 IES privadas que ofertam cursos superiores a distância: Unopar, Centro Universitário Internacional (UNINTER) e Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR), todas com sede no estado do Paraná. O autor concluiu que os discursos empregados pelas propagandas midiáticas destacam a garantia da autorização do Ministério da Educação (MEC), para reforçar a validade do diploma em todo o território nacional, em prol de convencer o público-alvo a partir de um discurso acerca da facilidade da modalidade de ensino no processo de formação superior para o mercado de trabalho.

Os trabalhos que apresentam a Unopar como lócus de investigação evidenciam que ela se constitui como uma das principais instituições a distância nos cursos superiores, mas não ressaltam sua relação com o grupo Kroton diante da financeirização do capital no ensino superior a distância (SILVA, 2013; ALMEIDA, 2016; SIQUEIRA, 2017; PIMENTEL, 2017; BIAZON, 2017; SILVA, 2019; GONÇALVES, 2019).

Com a categoria expansão privado-mercantil, encontramos 28.365 trabalhos. E realizamos a primeira filtragem por grau acadêmico, tendo sido selecionadas apenas teses e dissertações acadêmicas, chegando ao resultado de 26.569 produções. No segundo filtro,

consideramos somente trabalhos com o recorte temporal de 2011 a 2020, o que totalizou 5.338 estudos.

A terceira filtragem foi diante da grande área do conhecimento, tendo sido selecionadas produções das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, resultando em 1.268 textos. No quarto filtro, consideramos a área do conhecimento, centrando-nos nas áreas da Economia, do Direito, das Ciências Contábeis e da Educação, o que resultou na coleta de 559 produções. Devido ao grande número de produções para analisar, realizamos a quinta e última filtragem por área de concentração em Educação, totalizando 63 trabalhos.

Após as cinco filtragens sobre a categoria expansão privado-mercantil, realizamos a leitura dos títulos, das palavras-chave e do resumo das 63 pesquisas. E identificamos que apenas dez tratavam especificamente da expansão privado-mercantil.

No decorrer da busca com essa categoria, seis produções se repetiram na primeira busca por “financeirização” (ver Anexo A desta dissertação). São elas: *Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais*, de Santos Filho (2016); *Financeirização da Educação Superior Privado-Mercantil e sua (Não) Legalidade*, de José Sousa (2018); *Financiamento Estudantil nas Instituições Privado-Mercantis de Ensino Superior no Brasil: o caso da Kroton Educacional*, de Tayanne Reis (2019); *Financeirização da Educação Superior Privado-Mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S.A.*, de Leila Sousa (2019); *Determinações do capital financeiro no ensino superior brasileiro: expansão privada e formação dos oligopólios de ensino (1990-2018)*, de Alan Seki (2020); e *Modelo de gestão da UNAMA com a sua aquisição pelo Grupo Ser Educacional S.A. (2014-2018)*, de Tarcísio Cordeiro (2020).

O Anexo C desta dissertação apresenta as quatro produções selecionadas (as seis que se repetiram já constam nas análises). Nos anos de 2011, 2012, 2014 e 2017, não foram encontrados estudos com esses descritores e o recorte temporal selecionado. Os quatro trabalhos são dissertações de mestrado, sendo duas na área de Educação, uma em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade e uma em Serviço Social.

Das quatro produções, uma é de instituição privada, a PUC-GO, e três são pesquisas de universidades públicas federais, sendo uma da UFPA, uma da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e uma da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em sua dissertação, Barbosa (2013) analisou o processo de expansão do ensino superior privado no Brasil no período de 1990 a 2010 e identificou que o governo Lula foi o que mais favoreceu a expansão desse nível de ensino, tendo em vista que houve maior participação do Estado na implementação de políticas públicas de expansão. No entanto, ao mesmo tempo que

promoveu a expansão do ensino superior, favoreceu o setor privado por meio de programas assistencialistas, em especial o financiamento estudantil público Fies, e o programa de bolsas ProUni.

A pesquisa constatou que as transformações políticas influenciaram na expansão da rede privada de ensino devido às flexibilizações de leis e decretos, iniciando pela Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988), pela LDB 9.394/1996 (BRASIL, 1996), e pelos Decretos nº 2.207/1997 (BRASIL, 1997), nº 2.306/1997 (BRASIL, 1997) e nº 3.860/2001 (BRASIL, 2001). Todos formalizando a livre iniciativa privada, sobretudo o ensino superior privado-mercantil (BARBOSA, 2013).

Almeida (2015) também analisou a expansão do setor privado de nível superior, revelando que tal expansão se deu pelo uso do discurso do direito à educação como dever do Estado, como estratégia de expansão e consolidação no mercado educacional. Esse processo se tornou possível devido às políticas do Estado brasileiro por “efetivar esse direito” por meio da atuação e da expansão da rede privada de ensino superior.

O estudo constatou a existência de influências dos Organismos Internacionais (OIs), em especial das diretrizes do Banco Mundial (BM), cujo objetivo era manter a hegemonia dos países desenvolvidos, por meio de empréstimos para financiar projetos na área da Educação, com o disfarce de assistência técnica, sendo, na verdade, um empréstimo “normal” com juros e regras rígidas. E concluiu que, apesar de o Brasil mudar de presidentes, por partidos diferentes, as políticas de privatização e liberalização são as mesmas, por priorizarem o desenvolvimento da educação superior através da privatização (ALMEIDA, 2015).

Em sua pesquisa, Arruda (2019) buscou analisar o ensino superior privado-mercantil no processo da formação de oligopólio em meio a Fusões e Aquisições, e a atuação do Fies, constatando que o Estado Brasileiro induz o processo de oligopolização do setor privado-mercantil, em especial, do grupo Kroton Educacional.

Contudo, a pesquisa evidenciou grande repasse de recursos públicos para o setor privado-mercantil mediante os contratos firmados com o Fies, o que contraria a “democratização” da educação, por omitir a essência desse projeto: o aprofundamento do empresariamento e da lucratividade para as IES privado-mercantis (ARRUDA, 2019).

Monteiro (2020), ao investigar o ensino superior a distância numa instituição privado-mercantil estrangeira, a Laureate, evidenciou que essa modalidade de ensino se destaca na oferta de cursos de graduação tecnológicos, caracterizando-se pela formação aligeirada, flexível e subespecializada para a fração da classe trabalhadora. Em contrapartida, para os detentores

dos grandes conglomerados, o Ensino a Distância se configura como um meio lucrativo de aumentar o número de matrículas e, conseqüentemente, seu capital (MONTEIRO, 2020).

A partir das análises das produções selecionadas na revisão de literatura, notamos que as universidades públicas são as que realizam pesquisas científicas na pós-graduação *stricto sensu* com os descritores escolhidos, tanto nas produções de financeirização (Anexo A desta dissertação) quanto nas de EaD na Unopar (Anexo B) e nas de expansão privado-mercantil (Anexo C). Com isso, foi possível identificar, por meio da revisão de literatura, que há trabalhos que tratam sobre o Ensino a Distância na Unopar, mas não evidenciam o processo de financeirização sob a égide do capital financeiro no ensino superior privado a distância.

Além disso, identificamos que há uma escassez de trabalhos relacionados à financeirização do ensino superior a distância, em especial na Unopar, bem como de trabalhos que relatem sobre as marcas dos grupos educacionais listados na BM&FBovespa, tendo em vista que é por meio da expansão das marcas que os grupos se consolidam no mercado e no *ranking* de matrículas. Logo, consideramos fundamental analisar a participação da Unopar como marca segmentada da Kroton na expansão do ensino superior a distância.

O ensino superior a distância no Brasil, nas últimas décadas, vem sendo utilizado pelos grandes conglomerados educacionais como ferramenta para aumentar o número de matrículas no ensino superior, ultrapassando o total de ingressos em cursos de graduação presencial em 2020. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), “dos mais de 3,7 milhões de ingressantes de 2020 (instituições públicas e privadas), mais de 2 milhões (53,4%) optaram por cursos a distância e 1,7 milhão (46,6%), pelos presenciais” (BRASIL, 2022a).

Para Santos (2018, p. 59), a entrada de grandes empresas privadas internacionais no país teve influência dos Organismos Internacionais e dos agentes de mercado, que induziram a adoção de formas de governança, afetando fortemente o modo de se fazer políticas educacionais nacionais, uma vez que os OIs “[...] alegam que os países não podem suportar um sistema de ensino superior somente com fundos públicos”, estimulando a entrada e a expansão de grupos educacionais privados nesse nível de ensino no contexto da financeirização.

Dessa forma, a expansão do ensino superior privado-mercantil persuadiu as parceiras público-privadas incentivadas pelo Estado e pelos OIs, a exemplo do BM, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que subsidiaram o ensino superior a ser regido em prol do mercado, com a adoção de parâmetros econômicos lucrativos (SANTOS, 2018).

O processo da financeirização está relacionado à desenvoltura do capital financeiro na sociedade. Inicialmente, centrava-se na esfera econômica, no processo de produção e, mais tarde, adentrou as áreas sociais como a Educação, em especial no ensino superior privado brasileiro, pelo processo de expansão desse nível de ensino, sobretudo a partir de 2007, quando os grandes grupos educacionais abriram seu capital na BM&FBovespa.

Conforme Chesnais (1996), a financeirização está relacionada à produção capitalista no processo da mundialização do capital, que pode ser observada como parte do processo de globalização em curso e da pretensão do capital financeiro em dominar o movimento do capital. De acordo com Brettas (2020), o capital financeiro¹⁰ é uma categoria que faz parte do processo de financeirização, permitindo a mediação entre o setor produtivo e o financeiro, que reflete o processo de concentração e de centralização do capital.

No ensino superior privado-mercantil, a financeirização pode ser observada pelas operações de F&A realizadas por fundos *private equity*¹¹ pelos grupos educacionais¹² que abriram seu capital na Bolsa de Valores brasileira a partir de 2007 por meio de Oferta Pública Inicial (IPO)¹³ (CARVALHO, 2017).

Importante mencionar que o termo privado-mercantil foi expresso, inicialmente, por Sguissardi (2008) para distinguir a forma de exploração da educação superior privada com foco na obtenção de lucro. Entretanto, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que regulamentou a possibilidade de as IES privadas obterem lucros com as vendas de serviços educacionais, passando a ser classificadas como instituições com fins lucrativos (BRASIL, 1996).

Conforme o autor, as IES privado-mercantis diferem-se de outras formas de organização em que o setor privado atua na educação brasileira, a exemplo das confessionais, que não possuem fins lucrativos, visto que as privado-mercantis se utilizam também da abertura de capital na BM&FBovespa como mais uma estratégia de intensificação da sua lucratividade em tempos de financeirização do capital.

¹⁰ “A categoria capital financeiro foi originalmente construída por Rudolf Hilferding em seu livro *O capital financeiro*. [...]” (SABADINI; CAMPOS, 2021, p. 33).

¹¹ “*Private equity* é um tipo de atividade financeira realizada por instituições que investem essencialmente em empresas que ainda não são listadas em bolsa de valores, com o objetivo de alavancar seu desenvolvimento. Esses investimentos são realizados via Fundos de *Private Equity*” (SGUISSARDI, 2015, p. 886).

¹² Os grupos educacionais são: Kroton/Cogna; Estácio/Yduqs; Ânima; Ser Educacional. Eles serão apresentados no decorrer do primeiro capítulo deste texto.

¹³ “Oferta Pública Inicial IPO (do inglês *Initial Public Offering*) é o processo pelo qual as ações de uma empresa são vendidas ao público (pessoas físicas e pessoas jurídicas) pela primeira vez, via Bolsa de Valores [no caso, BM&FBovespa]. É o processo pelo qual uma empresa torna-se uma empresa ou sociedade anônima de capital aberto” (SGUISSARDI, 2015, p. 886).

Desde 2007, as instituições privado-mercantis passaram a abrir capital na Bolsa de Valores. Os principais grupos educacionais brasileiros que realizaram essa estratégia foram: Cogna Educação¹⁴ (anteriormente denominada Kroton), Yduqs¹⁵ (anteriormente denominada Estácio Participações S.A.), Ânima¹⁶ e Ser Educacional¹⁷. Destacamos, aqui, a Cogna/Kroton por ser a controladora da Universidade Pitágoras Unopar.

Optamos por analisar a Universidade Pitágoras Unopar por ser uma das principais marcas/IES responsáveis por expandir o Ensino a Distância do grupo Kroton/Cogna, bem como por ser uma IES privado-mercantil que deteve cerca de 405.395 matrículas em 2020, e por possuir, no EaD, 395.414 matrículas, o que representou cerca de 97,5% da atuação de EaD naquele ano. Dessa forma, a Unopar é responsável por grande parte da oferta e dos ingressos de cursos superiores nessa modalidade, sobretudo pela formação dos jovens e adultos da classe trabalhadora deste país.

A Universidade Pitágoras Unopar é umas das principais instituições de ensino superior que lidera o Ensino a Distância no Brasil, bem como contribui para a lucratividade do grupo Kroton/Cogna na educação. No final do ano de 2011, a Kroton, após adquirir quatro IES, obteve um lucro líquido de R\$ 37,4 milhões de reais, o que será apresentado na terceira seção desta pesquisa. Logo, a escolha de investigação da Unopar se deve à sua atuação e à expansão do EaD em prol de lucrar em cima do ensino superior por intermédio da Kroton/Cogna, que negocia ações na Bolsa de Valores.

A Unopar se expandiu cada vez mais após a aquisição pelo grupo Kroton/Cogna, realizada no ano de 2011 (KROTON, 2012a). Após a compra, o grupo Kroton/Cogna, com a estratégia de valorizar suas marcas, criou e modificou outras instituições para carregar a sigla “Unopar” e, no atual momento deste estudo, a marca Unopar concentra nove instituições de ensino de natureza privada, com fins lucrativos, quais sejam: Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Santa Cruz do Sul; Faculdade Pitágoras Unopar de Canindé; Faculdade Pitágoras Unopar de Chapecó; Faculdade Pitágoras Unopar de Itajubá; Faculdade Unopar de Ciências

¹⁴ No final do ano de 2019, a Kroton anunciou a mudança de nome para “Cogna Educação”. No entanto, a “Kroton” não se extinguiu, apenas se tornou um segmento de marca da *holding* Cogna, que atua principalmente no ensino superior (COGNA, 2021a).

¹⁵ O grupo Yduqs está estruturado em divisões de negócios voltadas para o ensino presencial e a educação digital via EaD. A Yduqs é o maior grupo de educação superior no Brasil, com mais de 1,1 milhão de alunos e uma das organizações que mais inova e cresce no país, por meio da expansão do seu ensino e pelo ingresso de novas instituições e negócios ao grupo (YDUQS, 2021).

¹⁶ A Ânima, criada desde 2003, é uma das maiores organizações educacionais privadas de ensino superior. Em dezembro de 2020, o Ecossistema Ânima somava cerca de 140 mil estudantes (ÂNIMA, 2021).

¹⁷ O grupo Ser Educacional atua na educação desde 1994, com a criação do “Bureau Jurídico”, com o objetivo de preparar candidatos para os concursos públicos. Desde 2003, o grupo vem se expandindo de forma gradual no ensino superior no país (SER EDUCACIONAL, 2021).

Jurídicas de Petrolina; Faculdade Pitágoras Unopar de Quixeramobim; Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Sete Lagoas e Faculdade de Engenharia Unopar de Palmas. São oito faculdades as que aderiram a marca Unopar e uma universidade, considerada a principal que norteia as demais, a Universidade Pitágoras Unopar (COGNA, 2021a).

As 9 instituições atuam no ensino superior privado, com aproximadamente 1.179 polos a distância, distribuídos nos 26 estados e no Distrito Federal, ofertando diversos cursos superiores, graduações e pós-graduações na modalidade “semipresencial”. Todavia, de acordo com o Ministério da Educação e o Sistema e-MEC (MEC, 2022a), não existe modalidade semipresencial, e sim apenas duas modalidades de ensino: presencial e a distância.

É importante destacar que, no mesmo ano de 2011, a Kroton Educacional S.A. realizou quatro aquisições: do Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda. (CEAMA), sociedade mantenedora da Faculdade Atenas Maranhense (FAMA), no mês de maio; da União de ensino de Vila Velha Ltda., no mês de julho; da União Sorrisense de Educação Ltda. (USE), no mês setembro; e da Unopar, no mês de dezembro (KROTON, 2011a).

O ano de 2011 marcou o crescimento a distância do grupo Kroton/Cogna e, nesse mesmo ano, a instituição era denominada “Universidade Norte do Paraná Unopar”, adquirida em 15 de dezembro de 2011, por R\$ 1,3 bilhão, e parte desse investimento foi destinado à conta de reserva de lucros referente a R\$ 119,2 milhões (KROTON, 2013b).

Diante dessa aquisição, a Unopar é um dos mais relevantes fatos da história da Kroton, tendo em vista que a IES “[...] está alinhada à estratégia de crescimento inorgânico e ampliação de sua presença no segmento de Ensino a Distância (“EAD”), a qual foi divulgada durante a oferta pública de ações realizada em junho de 2011” (KROTON, 2013b, p. 38).

Nesse mesmo ano, a Kroton Educacional S.A. tornou-se um dos maiores grupos de ensino superior do Brasil e sexto maior do mundo, e a Unopar foi a instituição fundamental para esse alcance de o grupo terminar o ano de 2011 como líder nas matrículas a distância, o que será discutido na segunda seção desta dissertação.

Importante destacar que a grande participação da Kroton/Cogna no mercado a distância não se deu exclusivamente pela aquisição da Unopar, mas pela compra de outras IES que foram adquiridas nos anos seguintes e por investimentos das ações em Bolsa de valores.

Segundo a Kroton (2014c), as 4 aquisições realizadas em 2011 tiveram grande participação no aumento das receitas líquidas, um aumento de 91,3%, ou R\$ 671,0 milhões, assim como obtiveram as maiores receitas devido aos comerciais traduzidos em um aumento da captação de alunos nas unidades que já pertenciam ao grupo.

Dentre as IES adquiridas, temos a Uniasselvi, que foi comprada em 2012 por ser conhecida também no mercado de EaD, e a Anhanguera Educacional S.A., que realizou o processo de fusão com a Kroton em 2014. Diante dessa fusão, houve impedimento por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)¹⁸, e uma delas implicou o não funcionamento de alguns cursos de graduação da Unopar, fato este que fez com que a Anhanguera Educacional assumisse papel de destaque nesse processo, o que será apresentado com mais detalhes na segunda seção desta dissertação.

Importante esclarecer que, neste estudo, “EaD” será tratado como Ensino a Distância, tendo em vista que “Educação” parte de uma concepção mais ampla, cujo processo não está centrado nas técnicas de desenvolvimento de ensino, mas, para além disso, por possibilitar uma formação humano-crítico-emancipatória. Parte-se de uma formação omnilateral que permite ao ser educando perceber as contradições e a totalidade que estão presentes na sociedade capitalista para questioná-la e promover transformações (MÉSZÁROS, 2008).

Enquanto o “ensino” é restrito, envolve apenas o ensino propriamente dito (relação professor-aluno), o qual é utilizado pelas instituições de ensino superior privado, como na Universidade Pitágoras Unopar.

A expansão do ensino superior a distância se materializou por meio de políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo Estado, para serem implementadas nas instituições públicas e privadas. Tal processo regulatório foi possível pelos atos normativos, por leis, decretos, portarias, medidas provisórias, entre outros.

A principal formalização do Ensino a Distância é a LBDEN, Lei. nº 9.394/1996, por meio do Art. 80, que dispõe de programas de EaD em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1996). O Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente na meta 12, que dispõe sobre a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, na qual incentiva a utilização de aparelhos tecnológicos como ferramenta para a qualidade de educação, também contribuiu para a expansão do EaD (BRASIL, 2014a).

Esse marco regulatório estimulou a expansão do ensino superior privado, sobretudo, pela oferta do Ensino a Distância, favorecendo a privatização e a mercantilização do ensino superior privado brasileiro. É importante destacar que o Art. 80 da LDBEN é regulamentado pelo Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017a).

Conforme Brito (2019), esse decreto teve apoio dos intelectuais orgânicos, entre eles o FERESP, que influencia nas reformas do ensino superior no país. A Confederação Nacional da

¹⁸ Constitui-se uma autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, componente do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (CADE, 2022).

Indústria (CNI) também manifestou apoio a tais mudanças, tendo em vista que a confederação busca promover o crescimento econômico, cujo pilar é a educação para uma permanente manutenção do capital (BRITO, 2019).

A CNI prestou apoio à reforma do ensino superior, com propostas de alavancar o setor econômico na educação com a implementação do ensino de empreendedorismo. “Fazendo usufruto de investimentos públicos e privados para o desenvolvimento tecnológico, a confederação vem conseguindo concretizar a noção de empreendedorismo para a sustentação hegemônica do capital” (BRITO, 2019, p. 45).

Entre as reformas que a CNI propõe para o ensino superior, está a universalização do acesso à educação superior, cujo objetivo é expandir de 9% a 30% da população em idade universitária, sobretudo, pelos cursos a distância, por serem de curta duração e obterem resultados esperados (BRITO, 2019).

Nesse sentido, a expansão do ensino superior privado a distância funciona como uma das principais estratégias dos detentores do capital, sobretudo, pela concentração de matrículas, contribuindo para a lucratividade das IES privado-mercantis, com destaque para as inseridas na BM&FBovespa, em especial a Universidade Pitágoras Unopar.

É nesse contexto da financeirização do ensino superior e das práticas recomendadas pelos agentes externos – OIs –, subordinados à política neoliberal, que este estudo se propõe a analisar o fenômeno do ensino superior privado, principalmente, a lógica de expansão desse nível de ensino na utilização da modalidade a distância em busca do crescimento da lucratividade com a venda da mercadoria educação. Tendo em vista que as receitas financeiras do Ensino a Distância têm impactos diretos no lucro líquido da empresa, em especial, dos grupos educacionais¹⁹.

Dessa forma, nesta pesquisa, temos como problema central: como o processo da financeirização do ensino superior privado-mercantil contribuiu para a expansão da Universidade Pitágoras Unopar/Kroton, sobretudo, por meio do Ensino a Distância no período de 2011 a 2020?

O estudo está orientado pelas questões norteadoras: 1) Quais os mecanismos regulatórios, no bojo da reforma do Estado, que colaboram para o aprofundamento da financeirização das instituições privado-mercantis, sobretudo, na modalidade do Ensino a Distância?; 2) Qual a relação entre a marca Unopar e o grupo Kroton/Cogna no processo de

¹⁹ A Kroton/Cogna divulgou ao mercado por meio do relatório anual que, no ano de 2019, obteve o lucro bruto do EaD de R\$ 1,014 bilhões. Do ano de 2020, o lucro obtido do ensino superior (presencial e a distância) foi de R\$ 3.322,2 bilhões (COGNA, 2020b).

expansão do ensino superior privado – mercantil a distância?; e 3) Como o ensino superior a distância da Unopar veio contribuindo para a expansão e a lucratividade do grupo Kroton/Cogna a partir do ano de 2011 até 2020?

Como objetivo geral, este trabalho tem o propósito de investigar de que forma a financeirização do ensino superior privado-mercantil contribuiu para a expansão do Ensino a Distância na Universidade Pitágoras Unopar e no grupo Kroton/Cogna no período de 2011 a 2020.

Os objetivos específicos são: investigar os mecanismos regulatórios que colaboraram para o aprofundamento da financeirização do ensino superior privado-mercantil a distância no contexto do capital financeiro e da Reforma do Estado no Brasil; investigar a constituição da Universidade Pitágoras Unopar e a sua relação com grupo Kroton/Cogna; e analisar como a marca Unopar participa da expansão do Ensino a Distância da Kroton e contribui para a valorização das suas ações no mercado de capitais.

A metodologia adotada na pesquisa possui uma abordagem qualitativa. Para Minayo (2009), a pesquisa qualitativa corresponde a um conjunto de fatores em volta da realidade, por trabalhar com um universo de significados, cujo fenômeno é interpretado como parte da realidade social. Com isso, “A abordagem qualitativa defende uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas” (GATTI, 2004, p. 3).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa possibilita compreender e interpretar a realidade a partir de um fenômeno. Nesse caso, permite a compreensão das formas de expansão com as quais a financeirização age no ensino superior privado a distância, em especial na Universidade Pitágoras Unopar, como desvela seu processo de expansão por meio de cursos a distância de forma precária e seu impacto na realidade do processo de mercantilização da educação no Brasil.

No estudo, também realizamos um levantamento bibliográfico para proceder a um estudo teórico que fundamentará o processo da pesquisa do objeto investigado, as categorias teóricas e as análises dos dados. Nesse levantamento bibliográfico, embasamos a pesquisa em autores que discutem sobre o fenômeno da financeirização no ensino superior, como Brettas (2020), Chaves (2010, 2016, 2019), Carvalho (2013, 2017), Chesnais (1996), entre outros autores, bem como os selecionados na revisão de literatura que discutem sobre a temática.

A parte teórica constitui-se fundamental para explicar ou compreender os fenômenos envolvidos no tema das políticas educacionais relacionadas à realidade, pois “A teoria propriamente dita sempre será um conjunto de proposições, um discurso abstrato sobre a

realidade” (MINAYO, 2009, p. 17), na qual cumprem funções essenciais, afinal, a pesquisa em si vincula o pensamento à ação.

O lócus de investigação é a Universidade Pitágoras Unopar, que, de acordo com o seu *site* oficial, foi criada em 1972, mas foi credenciada como universidade em 1997, como Universidade Norte do Paraná-Unopar, e após ser adquirida em 2011 pelo grupo Kroton, mudou de nome para Universidade Pitágoras Unopar²⁰ em 2016, expandindo-se no país de forma acelerada pelos cursos a distância.

A delimitação temporal dos dados analisados compreende os anos de 2011 a 2020, considerando a aquisição da Universidade Pitágoras Unopar realizada em 2011 com o grupo Kroton, até a última publicação do Censo da Educação Superior do ano de 2020.

Além disso, realizamos um levantamento documental extraído do *site* oficial da Unopar e da sua controladora, a Kroton/Cogna. Para Minayo (2009), a análise documental constitui-se uma ferramenta indispensável pela relevância de informações para interpretação dos dados e suas articulações com a teoria.

Ademais, selecionamos para análise leis, decretos, portarias, medidas provisórias etc., bem como documentos acerca da incorporação/aquisição da Unopar pelo grupo Kroton/Cogna e relatórios extraídos do *site* oficial de ambas as instituições. Para tanto, selecionamos documentos oficiais sobre o ensino superior, dados disponibilizados pelo INEP e pelo MEC por endereços eletrônicos, tais como legislações que flexibilizam e estabelecem a expansão das IES privadas mercantis. O Quadro 1, a seguir, ilustra os principais documentos selecionados na pesquisa.

Quadro 1 – Documentos selecionados na pesquisa

NOME	ASSUNTO
LEIS - Brasil – Lei nº 6.404/1976 - Brasil – Lei nº 9.394/1996 - Brasil – Lei nº 13.005/2014	Dispõe sobre as Sociedades por Ações, Sociedades Anônimas (S.A.). Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece o Plano Nacional de Educação.
DECRETOS - Decreto nº 5.622/2005 - Decreto nº 9.057/2017	Regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/1996. Regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/1996.
UNOPAR - Estatuto Social (2016) - <i>Site</i> oficial (2020)	Dispõe sobre as normas de funcionamento e a finalidade no mercado. Dispõe sobre sua inserção no ensino superior a distância.
KROTON/COGNA - Estatuto Social da Kroton Educacional S.A. (2011)	Dispõe sobre as normas de funcionamento da empresa.

²⁰ Segundo o sistema e-MEC, em outubro do ano de 2021, a Unopar mudou de nome para Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (BRASIL, 2021). Não detalhamos essa informação na pesquisa por não estar dentro do recorte temporal do estudo.

- Relatório dos Acionistas da Kroton sobre a Unopar (2011)	Dispõe sobre o crescimento da aquisição da Unopar.
- Ata da Assembleia Geral Extraordinária (2012)	Dispõe sobre a oficialização da aquisição da Unopar pela Kroton.
- Relatórios de gestão (2013a, 2013b, 2014a, 2015, 2020a, 2020b)	Dispõem sobre os relatórios de gestão diante da lucratividade.
- Relatórios da fusão com a Anhanguera Educacional S.A. (2013a, 2014a, 2014b)	Dispõem sobre os relatórios acerca da fusão com a Anhanguera Educacional, iniciada em 2013 e finalizada em 2014, e sua relação com a Unopar.
- Relatórios de sustentabilidade (2020)	Dispõem sobre as ações desenvolvidas no grupo e suas marcas.
- Lista de mantenedoras e mantidas (2020)	Dispõe sobre todas as instituições de ensino superior pertencentes à Kroton/Cogna.
INEP/MEC Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	Dispõe sobre a criação de polos de EaD da Universidade Pitágoras Unopar pelo sistema e-MEC; Dispõe sobre a criação e a extinção de IES com a marca Unopar (2011-2020) pelo sistema e-MEC; Microdados do Censo de Educação Superior sobre as nove IES da marca Unopar (2011-2020); - Nº de matrículas por IES: presencial e a distância; - Cursos com maior número de matrículas; - Formas de ingresso; - Tipos de Financiamento dos matriculados.

Fonte: elaboração própria.

Entre os documentos emitidos pelo Ministério da Educação, os principais analisados foram os Decretos de nº 5.622/2005 (BRASIL, 2005) e nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017a), que regulamentam o Art. 80 da LDBEN acerca do Ensino a Distância no ensino superior. E também o documento internacional do Banco Mundial acerca do Ensino a Distância *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1994).

No lócus da pesquisa, os documentos analisados foram o Estatuto Social da Unopar, em que constam as finalidades e os objetivos da instituição, e os relatórios do grupo Kroton/Cogna, no que se refere aos motivos da materialização da aquisição com a Unopar presentes nos relatórios dos acionistas da Kroton, realizados em 2011, e na Ata da Assembleia Geral da Extraordinária divulgada em 2012.

Analizamos também a criação de polos de EaD da Universidade Pitágoras Unopar pelo sistema e-MEC, a criação e a extinção de IES com a marca Unopar, bem como a oferta dos cursos de graduação pelas IES referentes ao ano de 2020, extraídos do *site* oficial da instituição.

O texto está estruturado em cinco seções, contendo introdução, seções do texto, considerações finais, referências e os elementos pré-textuais.

A primeira seção é composta pela introdução. A segunda seção apresenta a financeirização do capital e do ensino superior privado-mercantil e sua influência na expansão do EaD no Brasil. Dividindo-se em três subseções: 2.1 A financeirização do capital sob a lógica

da política neoliberal; 2.2 A financeirização do ensino superior privado-mercantil no Brasil; e 2.3 A expansão do ensino superior privado a distância e a sua regulamentação no Brasil.

A terceira seção versa sobre o ensino superior privado-mercantil a distância no Brasil e a expansão da Universidade Pitágoras Unopar pela sua controladora Kroton/Cogna. Dividindo-se em três subseções: 3.1 A Universidade Pitágoras Unopar no ensino superior privado-mercantil brasileiro: antecedentes históricos; 3.2 O grupo Kroton/Cogna Educação e a sua lógica no mercado; e 3.3 O processo de aquisição da Unopar pela Kroton.

A quarta seção evidencia a constituição da Universidade Pitágoras Unopar no ensino superior a distância no Brasil, no período de 2011 a 2020, e divide-se em cinco subseções: 4.1 A Universidade Pitágoras Unopar e a oferta de cursos superiores no Brasil; 4.2 As matrículas em EaD na Universidade Pitágoras Unopar; 4.3 As formas de ingresso e os tipos de financiamento da Universidade Pitágoras Unopar; 4.4 As estratégias de *marketing* para captação de alunos de EaD – Unopar e Kroton/Cogna; e 4.5 Os valores financeiros da Kroton/Cogna de 2011 a 2020.

2 A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL A DISTÂNCIA NO BRASIL

Nesta seção, analisaremos a expansão do ensino superior privado-mercantil a distância no Brasil sob a predominância financeira do capital, no contexto da política neoliberal, bem como os mecanismos regulatórios que contribuíram para o crescimento desenfreado de matrículas no setor privado.

Para tanto, construímos uma base teórica acerca da financeirização do capital e de suas repercussões na educação. E apresentamos o marco regulatório do Ensino a Distância no ensino superior a partir de 1996, materializado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, utilizando dados coletados do Censo de Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A seção está dividida em três subseções: 2.1 A financeirização do capital sob a lógica da política neoliberal; 2.2 A financeirização do ensino superior privado-mercantil no Brasil; e 2.3 A expansão do ensino superior privado a distância e a sua regulamentação no Brasil.

2.1 A financeirização do capital sob a lógica da política neoliberal

Antes de iniciarmos a discussão sobre a financeirização, especificamente no ensino superior privado-mercantil no Brasil, convém situá-la na configuração do sistema capitalista, visto que o processo de financeirização não é um processo recente, pois advém da fase do capital imperialista,²¹ período marcado pelo movimento de alta concentração e centralização do capital.

Para Brettas, a financeirização constitui uma das “características fundamentais do projeto burguês de dominação que desaguou no neoliberalismo²²” (BRETTAS, 2020, p. 22) em curso e na rentabilidade financeira das grandes corporações com foco no lucro.

Para a autora, a financeirização é uma das estratégias postas em prática “[...] por empresários ou governos pouco preocupados com o desenvolvimento do país, e não passaria de escolhas individuais de quem não se preocupa com a sociedade” (BRETTAS, 2020, p. 19).

A financeirização está relacionada à produção capitalista no processo da mundialização do capital, que pode ser observada como parte do processo de globalização em curso e da

²¹ “O imperialismo é uma fase de desenvolvimento do capitalismo marcado pela concentração, centralização e internacionalização do capital, que tem no aumento das disputas interimperialistas e no desenvolvimento desigual e combinado a expressão do movimento do capital na busca da mais-valia extraordinária” (LENNIN, 2012 *apud* BRETTAS, 2020, p. 37).

²² Trataremos da política neoliberal no decorrer do texto.

pretensão do capital financeiro em dominar o movimento do capital, mas, em sua totalidade, não apaga a existência dos Estados nacionais, conhecida por capitalismo dependente, cujos fatores são acentuados pelo processo de hierarquização entre os países ao mesmo tempo que redesenham sua configuração (CHESNAIS, 1996).

Para Santos (2021, p. 14), a globalização em curso é “fábrica de perversidades”, pois compactua com a degradação das políticas sociais, bem como acentua o desemprego e a pobreza extrema, cuja centralidade é a maximização de lucros²³.

Segundo Chesnais (1996), a globalização está relacionada, no sentido de internacionalizar mercados, com liberações e desregulamentações, movimento chamado pelo autor de mundialização do capital, que teve início na década de 1980 e ficou marcado pelo aumento da centralização e da concentração do capital, da interpenetração das finanças e da indústria, como também pelo crescimento de Investimentos Externos Diretos (IED)²⁴, a exemplo do capital estrangeiro que busca a valorização no mercado brasileiro.

Sousa (2019) elucida que a mundialização do capital passou a se valorizar no movimento do capital financeiro, sobrepujando-se ao capital investido no setor produtivo. Nesse sentido, a financeirização encontra-se em meio ao processo de acumulação de riquezas, como uma etapa do capitalismo que busca novos rumos para se expandir, seja pelo movimento do capital industrial, comercial e/ou portador de juros (SOUSA, 2019).

Capital financeiro é a categoria central do processo de financeirização, por permitir a mediação entre o setor produtivo e o financeiro, que reflete o desenvolvimento de concentração e centralização do capital (BRETTAS, 2020). As categorias nesse processo de financeirização assumem formas de capital: capital produtivo, capital monetário, e capital portador de juros. São formas nas quais o capitalismo se reorganiza na busca de produção e apropriação de excedente sob a extração da mais-valia (SABADINI; CAMPOS, 2021).

Cabe ressaltar que a base de toda riqueza capitalista advém do processo de trabalho, uma vez que toda produção realizada pelos trabalhadores é expropriada pelos capitalistas em troca de um salário (MARX, 2002). Entre o final do século XX e o início do século XXI, o capital vem aprofundando as relações de apropriação da mais-valia pelo trabalho na esfera produtiva, para maximizá-lo por meio das aplicações financeiras no mercado de capitais (BRETTAS, 2020).

Chesnais salienta que é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações, visto que “A ascensão do capital

²³ Para melhor entendimento, ver Santos (2021).

²⁴ Para melhor entendimento, ver Chesnais (1996).

financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico a começar pela produtividade do trabalho” (CHESNAIS, 1996, p. 16).

O processo da criação da mais-valia é compreendido por Marx (2002, 2008) e Brettas (2020) da seguinte forma: o capitalista, para iniciar qualquer produção, dispõe de uma quantia em dinheiro adiantada, usada na compra de mercadorias (M), como, por exemplo, comprar máquinas para produzir algo. No entanto, essa mercadoria é composta pelos materiais de produção (Mp), a exemplo dos maquinários, e pela força de trabalho (F) (para operar a máquina, é necessário um trabalhador que vende sua força de trabalho). Passa-se, assim, para o processo produtivo. A partir daí, acontece o processo de produção propriamente dito (P), por meio do qual se obtêm mercadorias cujo valor é acrescido de mais-valia (M'), que é a força de trabalho não paga, o excedente. Posteriormente, essa mercadora irá para o comércio (meio de circulação), que permite a realização desse valor gerado a partir da sua venda, transformando-se em dinheiro acrescido novamente (D'). Então, temos: D- M- Mp- F- P- M'- D'.

Segundo Marx, o processo de produção capitalista, em sua totalidade, é unidade constituída por desenvolvimento de produção e processo de circulação, na qual existem duas magnitudes diversas: “[...] primeiro a mercadoria que custa ao capitalista, segundo o custo para produzi-la. [...] O custo capitalista da mercadoria mede-se pelo dispêndio do capital, e o custo real, pelo dispêndio do trabalho” (MARX, 2008, p. 42).

É nítido que o ponto de partida do capital seja a esfera da produção, mas é somente na esfera da circulação que o capital investido na produção das mercadorias se realiza e vai para o comércio como forma desenvolvida da circulação de mercadorias, sendo base constituinte das condições históricas que dão origem ao capital (MARX, 2002). A mercadoria no processo de circulação:

[...] tende a deixar a forma de mercadoria e reverte a de capital produtivo; o preço de custo da mercadoria deve, portanto, readquirir sempre os elementos de produção consumidos para produzi-la. Por outro lado, a categoria preço de custo nada tem a ver com a produção do valor da mercadoria ou com o processo de valorização do capital. (MARX, 2008, p. 43).

Conforme o autor, o preço de custo da produção (Mp + F) de uma determinada mercadoria difere-se da produção do valor final da mercadoria, devido ao valor excedente denominado mais-valia (M'), produzido e não pago ao trabalhador, e valorizado no processo de consumo na esfera da circulação. Nessa perspectiva, o custo real advém do trabalho, logo, a

força de trabalho gera valor, seja em sua forma inicial, seja no retorno da venda de mercadorias, pois a força de trabalho,

[...] é *valor* com referência ao adiantamento de capital, mas no processo de produção, tem a função de criar *valor*. O valor da força de trabalho figura no adiantamento do capital, sendo, porém, substituído, quando o capital produtivo realmente *funciona*, pela força de trabalho viva, que cria valor. (MARX, 2008, p. 44, grifos do autor).

Assim, a mercadoria que, inicialmente, entrou por parte do empresário/dono e depois passou pelo processo de produção e, em seguida, foi à venda, gera o excedente, o trabalho não pago M' (mais-valia). Quando aplicado esse excedente, com mais os juros, tem-se o D' (dinheiro que gera mais dinheiro).

Em relação aos juros, este se materializa na esfera financeira através de empréstimos de bancos, seguradoras, entre outros meios que geram uma valorização financeira. Com isso, o dinheiro adquire outras proporções de valor, de forma autônoma, passando por uma espécie de metamorfose, que passa de um valor dito original para aquilo que valoriza a si mesmo, no retorno desse dinheiro acrescido de juros (MARX, 2008).

Para Nakatani (2021), o capital portador de juros constitui uma das formas que o capital em dinheiro assume:

O capital, sob a forma de capital de juros, é acumulado no sistema de crédito – em particular, no sistema bancário – por meio dos depósitos de poupança, depósitos a prazo, em fundos de investimentos, em títulos de dívida privada, como letras financeiras, letras de crédito do agronegócio ou letras de crédito imobiliárias, e em títulos da dívida pública. (NAKATANI, 2021, p. 105).

O processo de juros está relacionado ao sistema de crédito. Na aparência, apresenta-se como autônomo, como se o próprio capital fosse uma mercadoria capaz de se autovalorizar, já na essência, “[...] seu valor de uso é criar lucro, colocando-se como uma categoria específica, cuja forma de manifestação oculta o processo de exploração e alienação do mais-valor, estabelecendo-se o automatismo do valor” (TRINDADE, 2017, p. 75).

Harvey ressalta que nem todo dinheiro é capital e, portanto, as suas formas de valorização são diversificadas. O dinheiro adquire a função de gerar lucro, e o capital é uma porção da totalidade do dinheiro usada de determinada maneira, e só pode se originar no interior do sistema de circulação de dinheiro, mercadorias e trabalho assalariado pré-estabelecido, fazendo com que o valor sofra uma espécie de metamorfose (HARVEY, 2018).

Logo, o dinheiro sozinho não consegue fazer esse movimento, pois:

O dinheiro passa a ter um valor adicional e a funcionar como capital, gerando lucro, garantindo o crescimento e acumulação do capital com sua circulação. E quanto mais liberdade, mais amplitude em diferentes ramos, melhor para sua completude e garantia do retorno pecuniário dos grupos investidores com a estupenda valorização em linhas de crédito de ações na bolsa de valores. (SOUSA; KATO; PEREIRA, 2019, p. 110).

Consequentemente, produzir valor gera mais dinheiro, e o capital portador de juros adquire a forma de “comerciante de dinheiro” (BRETTAS, 2020, p. 47). Para a autora, “[...] o debate do capital portador de juros e do capital fictício são o pano de fundo sem o qual fica difícil apreender as especificidades do momento atual” (BRETTAS, 2020, p. 38).

O capital fictício, para Carcanholo e Sabadini (2009, p. 43), “[...] nasce como consequência da existência generalizada do capital a juros, porém, é o resultado de uma ilusão social”. Essa denominação de fictício “[...] reside no fato de que, por trás dele, não há nenhum conteúdo real, assim como, por não ser real, não colabora para a produção nem para a circulação da riqueza, embora tenha um impacto na produção e circulação” (SEBIM, 2014, p. 33).

Sebim (2014) reforça que o capital fictício, embora tenha sua origem em decorrência do capital a juros, não pode ser confundido com ele. A diferença entre os dois reside no fato de que o capital portador de juros cumpre a função de financiar a produção ou a circulação.

Portanto, o capital fictício não gera riqueza do ponto de vista da totalidade. Já do ponto de vista individual, o capital fictício pode gerar riqueza; por exemplo, as ações têm uma certa base real que é o capital social da empresa. Entretanto, no mercado secundário de ações, a tendência é que o capital fictício cresça de tal maneira que o capital social da empresa, por exemplo, sua base real, represente apenas 30% da companhia. Assim, os 70% não terão uma base real que lhes corresponda [...] (SEBIM, 2014, p. 34).

Nesse sentido, o capital fictício torna-se uma estratégia importante no processo de financeirização do capital, por possibilitar novas formas de valorização do dinheiro excedente na esfera financeira para além dos investimentos na esfera produtiva, a exemplo de investimentos, ativos financeiros, empréstimos etc. (CHESNAIS, 1996).

Assim como Chesnais (1996) já observava a liberdade do capital financeiro, Paulani (2008), ao relacionar esse sistema com a educação, afirma que: “[...] o capital financeiro só funciona adequadamente se tiver liberdade de ir e vir, se não tiver de enfrentar, a cada passo de sua peregrinação em busca de valorização, regulamentos, normas e regras que limitem seus movimentos” (PAULANI, 2008, p. 75).

As nuances do capital financeiro encontram-se nesse processo, que era nítido nas indústrias e na economia dos mercados desde o período imperialista. E, posteriormente, o

capital financeiro encontrou a possibilidade de se mercantilizar e de se expandir por meio da educação, sobretudo no ensino superior privado.

Isso se tornou possível pela atuação do Estado brasileiro na condução de políticas educacionais, que favoreceu, por meio da regulamentação, a atuação de empresas educacionais na oferta de cursos superiores, em especial na modalidade de EaD.

A partir das apreensões feitas por Mészáros, compreendemos que o Estado foi instituído para assegurar os interesses do capital e que ele é uma “[...] estrutura totalizadora de comando político do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 48), mesmo que com grandes contradições, uma vez que existe uma correlação de forças entre as classes sociais. Nesse sentido, conforme Sousa (2019, p. 30), “[...] é preciso posicionar o papel do Estado, como força ativa e não passiva a este processo, e que tem se caracterizado como financiador do capital e de seus interesses”.

Para Dardot e Laval, o Estado enquanto nação passou por transformações da ação pública a partir de 1980:

O Estado foi reestruturado de duas maneiras que tendemos a confundir: de fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao “Estado produtor”, mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 273).

As mudanças ocorridas no Estado facilitaram as privatizações nos setores públicos, em especial, a partir dos anos 1980, com o Estado gerencial, que obteve influência da OCDE, ao determinar que o Estado fosse “[...] flexível, reativo, fundamentado no mercado e orientado para o consumidor” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 274).

Posteriormente, o Estado passou a atuar sob a ideologia neoliberal “[...] sustentando a necessidade de ‘diminuir’ o Estado e cortar as ‘gorduras’, justificando o ataque que o grande capital vem movendo contra as *dimensões democráticas* [...]” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 227, grifo dos autores). Nesse interim, o Estado enquanto nação passou a ser regido pela política neoliberal, que favoreceu a entrada das IES privado-mercantis no país, as quais ganharam apoio governamental para se expandirem e tinham como objetivo central a obtenção de lucros com a venda dos cursos superiores, em especial os realizados a distância.

Conforme Brettas (2020), a financeirização do capital é um fenômeno que se materializa no contexto da política neoliberal, esta que se constitui como parte de um projeto de dominação de classe, interligado a um conjunto de mudanças que passam pela reestruturação produtiva e se materializam na reorganização do trabalho e do Estado.

Nesse sentido, a política neoliberal estabelece relações acerca da mundialização do capital devido às suas finalidades similares, pois,

A mundialização é o resultado de *dois* movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de dismantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1996, p. 34, grifo do autor).

A década de 1980 foi marcada pela consolidação do neoliberalismo a partir do projeto econômico no período pós-guerra, com o declínio da teoria keynesiana do Estado do Bem-Estar Social e com o triunfo das ideologias de Friedrich Hayek²⁵ (menos Estado, mais privatização), com o intuito de minimizar a presença do Estado na administração pública (PAULANI, 2008).

Segundo a autora, o liberalismo nasceu como doutrina, e não como ciência, como Hayek pregava a partir da teoria neoclássica, quando, em sua essência, tinha o objetivo além de derrubar o keynesianismo, buscava atingir um estágio em que o mercado comandaria o âmbito da reprodução material da sociedade. Para tanto, era preciso:

[...] limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para atingir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico um determinado setor; e abrir complemente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade [...] (PAULANI, 2008, p. 71).

A implementação desse modelo econômico se deu a partir de um processo de grandes mudanças que se tornaram cada vez mais intensas, especialmente nos países localizados nos limites da economia mundial, influenciando as políticas públicas educacionais implementadas conforme as leis do mercado capitalista. Suas diretrizes apontam a liberdade individual e a propriedade privada.

Para Gentili (1996), a política neoliberal emerge como um modelo hegemônico do capital que suscita uma força política a favor do mercado, e sua ideologia é favorável aos acordos políticos, voltada aos fatores estratégicos de capital. Tal política expressa o processo da construção da hegemonia por transformações que são regulamentadas tanto pela lei do

²⁵ Friedrich Hayek era um intelectual economista da história do neoliberalismo, tinha uma ideia contrária ao keynesianismo (Estado-Bem-Estar Social) (PAULANI, 2008).

mercado capitalista quanto pelas reconstruções discursivas ideológicas, alienadoras e excludentes na sociedade.

O neoliberalismo, para Dardot e Laval (2016, p. 7), “[...] não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”.

O neoliberalismo enquanto modelo hegemônico defende ideologicamente o discurso de que o Estado “atrasa” o desenvolvimento político e econômico dos países para justificar maior participação do mercado por meio das chamadas parcerias público-privadas. Assim, há uma forte intervenção nos setores estatais, sobretudo nas flexibilizações de leis que regem o campo educacional, sucedendo um processo intenso de privatizações, como forma de melhorar a posição competitiva do Estado-nação no mercado a nível global (HARVEY, 2005).

Conforme Dardot e Laval, o neoliberalismo, ao mesmo tempo que utiliza em seus discursos a necessidade de redução do Estado, rejeita qualquer interferência governamental em limitar suas ações de expansão de mercado, logo, “[...] os neoliberais opõem-se a qualquer ação que entrave o jogo da concorrência entre interesses privados [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

Segundo Brettas, o neoliberalismo é amparado por um tripé que o fortalece, é a “[...] privatização/mercantilização, a focalização/seletividade e a descentralização destrutiva [...]” (BRETTAS, 2020, p. 18). Para Chaves (2016), o projeto neoliberal inserido na educação e as influências dos Organismos Internacionais para os países periféricos do capital são caracterizados pelo aprofundamento da privatização, pela desnacionalização da educação e pela consolidação de um novo mercado educativo global.

Santos (2018) enfatiza que a mediação dos OIs cresceu após a década de 1970, com o reflexo dos discursos intergovernamentais oriundos da política neoliberal, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização para cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para a autora, os OIs se apropriam de discursos que visam à desregulação e à privatização por meio de reformas nos setores estatais:

O objetivo era promover um conjunto de reformas, tais como: concentração de gastos públicos em atividades prioritárias (educação, saúde, infraestrutura); reforma tributária; liberalização financeira, eliminação das restrições legais à entrada de capitais estrangeiros; privatização das empresas estatais; desregulamentação do trabalho e da legislação; entre outras. (SANTOS, 2018, p. 50).

A configuração do conjunto de reformas descendeu desses OIs, sobretudo, das recomendações definidas no Consenso de Washington. Para Batista (2009), o Consenso ocorreu em 1989, na cidade de Washington, capital dos Estados Unidos, onde estavam funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais e representantes do FMI, do BM²⁶ e do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países latino-americanos.

Além disso, o Consenso se estendeu à conveniência de prosseguir com políticas já recomendadas pela política neoliberal sem esmorecimento, um caminho aberto para possibilidades de países aderirem às orientações (BATISTA, 2009).

Dentre os documentos dos OIs mencionados, destaca-se o do Banco Mundial *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em 1995, no qual foi realizado um diagnóstico da crise da educação superior, que assumiu proporções mundiais, recomendando uma diversidade de instituições na oferta desse nível de ensino. E destacando que, embora essa oferta não seja realizada exclusivamente pelo Estado, ela enaltece o crescimento do setor privado.

Las instituciones privadas constituyen un elemento importante de algunos de los sistemas de enseñanza superior más eficaces que existen actualmente em los países en desarrollo. Pueden responder de manera eficiente y flexible a las demandas cambiantes de los estudiantes y a las condiciones también cambiantes de los mercados laborales. Además, mediante el suministro privado de educación postsecundaria se amplían las posibilidades educacionales con poco o ningún costo directo para el Estado, especialmente en los países donde las instituciones estatales son muy selectivas. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 37).

Essa passagem do documento elucida o crescimento e a expansão de instituições privadas para os países em desenvolvimento, caracterizando-as como pilares essenciais para a eficácia dos sistemas educacionais, defendendo a flexibilidade de demandas dos alunos sob as condições do mercado de trabalho, em que deve ser adotado o modelo de IES adaptável às mudanças do desenvolvimento econômico (BANCO MUNDIAL, 1995).

Esses Organismos²⁷ foram decisivos para a elaboração de diretrizes que fossem ao encontro de reformas na educação, em consonância com o mercado capitalista. Desde então,

²⁶ O BM e o FMI nasceram na conferência de Bretton Woods, em 1944, e visavam à cooperação econômica em suas versões monetária e financeira, cujas organizações mundiais eram de caráter intergovernamental, para obtenção de finalidades concretas de caráter econômico (SGUISSARDI, 2008).

²⁷ Os Organismos Internacionais supramencionados surgiram após a Segunda Guerra Mundial, em busca da organização de instituições internacionais para disciplinar países latino-americanos por meio de acordos, nos quais haveria intervenção em diversos setores econômicos e sociais (BATISTA, 2009).

foram realizadas diversas outras reuniões²⁸ acerca das mudanças às quais a educação básica e a superior deveriam se adequar para tal desenvolvimento, caso contrário, os países estariam se aprofundando mais às crises na educação e ficando atrasados diante do desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, algumas recomendações desse Consenso chegaram por meio do livro *Livre para crescer – proposta para um Brasil moderno*²⁹, publicado em agosto de 1990 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), no qual a entidade sugere a adoção de reformas para a melhoria dos mercados de setores econômicos no país (BATISTA, 2009).

No livro, o FIESP afirma:

Aqui se faz uma opção: por um Brasil moderno, eficiente e competitivo, adulto e sem paternalismo; inserido no Primeiro Mundo, respeitando os valores fundamentais da comunidade internacional, que também são os nossos; por uma economia que funcione sob o regime de mercado, reconhecendo a função indelegável do Estado de coordenar a atividade econômica, mas respeitando as leis de mercado, a livre iniciativa e a liberdade de preços, tendo como prioritário o interesse do consumidor. Aqui se faz a opção pelo estado de direito, em que a lei não se ajusta ao líder político da ocasião, mas é a expressão dos princípios da sociedade, que só muda vagarosamente, com a sua transformação. (FIESP, 1990 *apud* DEO, 2010, p. 53).

Esse discurso defende um Brasil de mudanças, regido pela liberdade econômica. Nesse sentido, Campos (2009) enfatiza que esses indicadores dos OIs lançam instruções como fórmulas para serem aplicadas às realidades nacionais e regionais, incentivando a comparação internacional de indicadores educacionais, sem levar em consideração as diversidades regionais, bem como acentua as desigualdades sociais, tendo em vista que o Brasil possui culturas diversificadas com realidades diferentes nos estados nacionais brasileiros.

Nessa perspectiva, Silva (2009) evidencia que as relações econômicas e diretrizes para o mercado de trabalho assolam o desenvolvimento da educação, no qual o sistema econômico para os parâmetros de qualidade se regula por compra e venda de mercadorias, geradas pelas necessidades de desenvolvimento, que impulsionaram as práticas comerciais, intensificando um mercado competitivo: “[...] no campo econômico, o conceito de qualidade dispõe de parâmetros de utilidade, praticidade e comparabilidade, utilizando medidas e níveis

²⁸ Foram realizadas diversas conferências internacionais em países capitalistas, com base nas políticas educacionais, para que fosse implementado um modelo de gestão gerencial, contendo: a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos (1990); a Conferência de Cúpula de Nova Dehli (1993), entre outras (CHAVES, 2008).

²⁹ O documento não está publicado no formato *on-line*, por isso utilizamos fontes secundárias, de autores que analisaram este texto (DEO, 2010).

mensuráveis, padrões, rankings [...] e standardização próprias do âmbito mercantil” (SILVA, 2009, p. 219).

Com isso, regem a qualidade da educação como uma mercadoria na adoção de insumos que deverão conduzir resultados a serem avaliados por meio de índices de desempenho e de rendimento escolar (SILVA, 2009). Não é à toa que, a partir do século XXI, a educação se tornou um campo fértil para o sistema capitalista, com influências diretas da política neoliberal sob o aspecto da financeirização do capital, que tem colocado a educação pública em torno da qualidade impregnada por empresas, com base no gerencialismo, nas parcerias público-privadas, estabelecendo o crescimento do setor privado com a utilização de recursos públicos.

Em relação aos aspectos de qualidade na educação, os preceitos do mercado os empregam em forma de oferta sob mercadoria-serviço. Cabral (2020) aponta que as propagandas midiáticas das IES privadas que ofertam cursos a distância salientam que a qualidade do ensino não é afetada pelo distanciamento entre professores e alunos.

Monteiro destaca que a qualidade da educação na perspectiva do Ensino a Distância pode ser afetada pela maneira com a qual é utilizada pelas IES privadas, “[...] que reduzem os custos e traz sérios prejuízos para a própria qualidade, pela forma como ela é executada, por meio de tutores e por falta de estrutura” (MONTEIRO, 2020, p. 72).

Antes de adentrarmos a adoção do Ensino a Distância na educação, é importante mencionar que os entrelaçamentos da política neoliberal e dos OIs refletiram na nova configuração pública de políticas de privatização dos setores estatais por meio da Reforma do Estado brasileiro. Para Chaves (2010), a Reforma do Estado ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sendo estabelecida em novembro do ano de 1995, com emissão no documento Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

Este “Plano Diretor” procura criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas racionais [...] baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado. (BRASIL, 1995, p. 10).

O PDRAE reflete a agenda neoliberal, além de atender às demandas dos mercados, incide sobre a descentralização da administração pública nas mudanças de empresas estatais para não estatais, favorecendo o setor privado por meio de serviços prestados pelo Estado. Também incide sobre a educação superior e respalda a expansão do setor privado, o que atende aos interesses dos empresários que disputam o mercado, que é lucrativo, uma vez que o Estado

diminui a oferta do serviço educacional gratuito e contribui para o enfraquecimento da sua qualidade (BRASIL, 1995).

Para Nascimento e Melo (2011), a Reforma do Estado brasileiro faz parte de um processo bem mais amplo, caracterizado pelo projeto econômico que está inserido em um contexto mundial dos negócios que visam redefinir o Estado sob parâmetros de privatizações, desregulamentação e liberalização comercial, sendo necessário reduzir a gestão do Estado para atender ao sistema capitalista.

O governo de FHC materializou a reforma, na qual sucedeu a abertura para empresas privadas educacionais no Brasil, como as IES privado-mercantis, possibilitando o caráter mercadológico (CHAVES, 2010). Para os defensores da ideologia neoliberal, era necessário promover reformas na educação superior, alegando que, por ter um sistema rígido e controlado pelo Estado, não era atrativa para novos investidores, esses, por sua vez, poderiam estabelecer avanços no cenário educacional.

Por um lado, havia o mercado de trabalho ávido por capital humano qualificado e uma demanda reprimida de alunos formados pelo ensino médio que queriam fazer um curso superior. Por outro, existia um sistema de educação superior rígido com inelasticidade na criação de novas vagas e pouco atrativo para novos investidores. O sistema de educação superior no país precisava ser transformado. (CALEFFI; MATHIAS, 2017, p. 15).

O discurso de avanço traz, em sua essência, a necessidade de criar mecanismos para favorecer o crescimento e a consolidação do setor privado, por meio de menos controle do Estado e de abertura irrestrita para o mercado, a fim de beneficiar os detentores do capital.

Os argumentos a favor da abertura de mercado da educação para exploração capitalista se justificavam pela necessidade de reduzir a ação do Estado nas políticas sociais, para que o setor privado crescesse. Tendo em vista que “[...] a hegemonia do capital financeiro se dá com forte sustentação do fundo público, ou seja, de que o neoliberalismo não requisita menos Estado, muito pelo contrário, tem neste último um pilar fundamental” (BRETTAS, 2020, p. 17). Logo, o Estado é central nas mudanças impostas pelas demandas do capital, uma vez que é por intermédio dele que as finanças e as parcerias governamentais fortalecem a esfera privada financeira.

Diante disso, o avanço dos detentores do capital a adentrar a educação constituiu-se pela forte presença de recursos públicos e aplicações financeiras com a compra e a venda de IES no Brasil, conhecidas precisamente pelo processo de financeirização no ensino superior privado mercantil, o que será apresentado na próxima subseção da pesquisa.

2.2 A financeirização do ensino superior privado-mercantil no Brasil

Devido à influência do capital financeiro em sua “nova” etapa do capitalismo, a financeirização encontra-se no ensino superior privado brasileiro e se redesenha pela transformação da educação em objeto de interesse do capital, cujo objetivo central é, declaradamente, o lucro.

Para Seki (2020), a financeirização envolve um conjunto de movimentos na esfera financeira, começando pela produção, seguindo à circulação do valor e à sua repartição sob a forma de lucro, juros e renda da terra entre todos os setores e departamentos da economia burguesa. E chegou no nível de ensino superior pela forte presença de constelação de capitais, a exemplo de bancos, fundos de investimentos, seguradoras, entre outros investidores institucionais que estão no mercado educacional.

Brettas afirma que a produção de riquezas tem como base a exploração da força de trabalho:

Esta gigantesca massa de dinheiro que circula mundo afora em busca de remunerações cada vez mais altas provoca, dentre outras coisas, uma reorganização das relações de produção com vistas à redução dos custos, especialmente com a força de trabalho [...] (BRETTAS, 2020, p. 20).

A autora enfatiza que a financeirização sob as bases do capital financeiro possui relação entre o setor produtivo e as instituições financeiras no movimento do real, em busca da rentabilidade, por isso a importância de analisar as instituições financeiras de capital aberto em Bolsa de Valores, por estarem imbricadas nas alterações da base produtiva e na produção da mais-valia.

Nesse sentido, os modos de extração da mais-valia nas IES privado-mercantis estão presentes em diversas formas, uma delas é a ausência de investimentos em seus aspectos físicos, seja em casas/prédios, salas, cadeiras, quadros, laboratórios materiais didáticos etc. E, ainda, para aumentarem a oferta de vagas pelo Ensino a Distância, essas IES reduzem a quantidade de profissionais nos setores (docentes, agentes administrativos, serviços gerais etc.), barateiam as mensalidades e comprometem a qualidade do ensino.

Essa relação entre mais-valia e força de trabalho do setor educacional está diretamente ligada ao desenvolvimento do movimento de financeirização na educação, em especial, em IES privado-mercantis.

Os grupos educacionais privados brasileiros estão inseridos nessa relação devido à adoção de gestão que reduz investimentos na educação, precarizando o trabalho docente no

setor privado³⁰. Essa precarização envolve o aumento de demissões em massa de docentes mais qualificados, a intensificação da carga horária de trabalho, a redução de salários, o aumento do número de alunos por turma, entre outros (SEBIM, 2014).

Para Brettas, o processo de mais-valia está relacionado com a valorização do capital, como base essencial do modo de produção capitalista, no qual a rentabilidade financeira se tornou o novo padrão de acumulação dos grandes conglomerados. Tendo em vista que “O fenômeno da financeirização pressiona a reorganização da base produtiva, *locus* da geração da riqueza” (BRETTAS, 2020, p. 163).

A partir disso, com base no processo de concentração de capital em sua forma de financeirização, materializada no Brasil a partir de 2007, houve uma grande movimentação no mercado de ações na BM&FBovespa, conhecida também por Brasil Bolsa Balcão (B3), com a abertura de capital de quatro empresas educacionais que atuam no ensino superior privado.

A BM&FBovespa³¹ é um mercado de ações em que grandes empresas compram e vendem ações. A Bolsa constitui um mercado de títulos que tem a função de dar liquidez a eles, por meio da criação de um mercado em que possam ser negociados (BRETTAS, 2020). Essas ações na B3 podem ser observadas pela ocorrência de F&A no mercado educacional.

Na BM&FBovespa, há a espécie de Oferta Pública Inicial, na qual a empresa recebe novos sócios, realizando uma oferta de ações ao mercado. A adoção de IPO pelos grupos educacionais na educação é a manifestação mais significativa do fenômeno de mercantilização e financeirização do ensino superior brasileiro (CARVALHO, 2013).

Ao abrir seu capital com oferta pública, para maior empreendimento de novos acionistas, a empresa deve se adequar aos processos internos na adoção de uma gestão corporativa, e obter transparência sobre as suas operações e os seus resultados, como estratégia de deixar públicos os investimentos da empresa, para que os investidores tenham acesso aos objetivos da companhia, e assim decidirem sobre manter seus recursos ou não (INFOMONEY, 2022).

Nesse ramo, há empresas³² que atuam em Bolsa de Valores e passam a ser Sociedades Anônimas (S.A.). Nesse setor, as empresas podem ser denominadas “Companhias”, bem como em sua formalização em compra ou venda de ações. No entanto, para que ocorra de fato a

³⁰ Para melhor entendimento, ver Sebim (2014).

³¹ Segundo a InfoMoney, no Brasil, a única Bolsa de Valores existente é a B3, que constitui a principal instituição de intermediação do mercado de capitais, “[...] a B3 desenvolve, implanta e provê sistemas para a negociação de ações, derivativos de ações, títulos de renda fixa, títulos públicos federais, derivativos financeiros, moedas à vista e commodities agropecuárias” (INFOMONEY, 2022).

³² Vale (VALE5), Petrobras (PETR4) etc.

movimentação, é necessário abrir seu capital na Bolsa, permitindo que os interessados participem do mercado e se tornem sócios da empresa (INFOMONEY, 2022).

Para Teixeira e Gomes (2021), as ações pelas Sociedades Anônimas são compradas e vendidas nas Bolsas de Valores e os seus preços são definidos pela especulação acerca do volume de dividendos que podem resultar da sua posse no futuro.

Carvalho (2013) menciona que, por se tratar de estabelecimentos de grande porte, as operações são emblemáticas, pois causam um intenso movimento de oligopolização do setor, no formato de conglomerados educacionais, cuja mantenedora, a empresa *holding*, controla os negócios das demais. A organização de *holding* visa “[...] fortalecer as posições conquistadas e impulsionar o processo de monopolização do setor industrial e das atividades de serviços. Garante-se, assim, o acesso às finanças em escala internacional e o exercício do poder econômico” (BRETTAS, 2020, p. 75).

Para Lima e Miranda, *holding* é definida como “[...] aquela que participa do capital de outras sociedades em nível tal que lhe garanta o controle delas” (LIMA; MIRANDA, 2009 *apud* SEBIM, 2014, p. 79). Logo, “[...] a empresa como *holding* não está no exercício do poder de controle, mas na titularização de ações ou cotas em outras empresas, já que a titularização é o meio necessário para se assumir o controle de outras empresas” (SEBIM, 2014, p. 79).

Os quatro grupos educacionais que deram início à abertura de capital na BM&FBovespa foram: Ananguera Educacional S.A.; Estácio Participações; Kroton Educacional e a empresa Sistema Educacional Brasileiro (SEB)³³ (CHAVES, 2010). Posteriormente, os grupos Somos Educação, Ser Educacional e Ânima também abriram seu capital na Bolsa de Valores (SANTOS, 2018), conforme mostra a Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Entrada dos grupos educacionais na BM&FBovespa

EMPRESA	DATA	VALOR IPO ³⁴ (R\$ MILHÕES)	CAPITAL
ANHANGUERA	14/03/2007	R\$ 360,0	Pulverizado ³⁵
KROTON	23/07/2007	R\$ 334,4	Pulverizado
Estácio (1ª IPO)	30/07/2007	R\$ 251,0	Não pulverizado ³⁶
ESTÁCIO	23/01/2013	R\$ 768,6	Pulverizado
SER EDUCACIONAL	25/10/2013	R\$ 619,4	Não pulverizado
ÂNIMA	25/10/2013	R\$ 468,0	Pulverizado

Fonte: Caleffi e Mathias, 2017, p. 36.

³³ Também conhecida por Sistema COC de Educação e Comunicação (CHAVES, 2010).

³⁴ Oferta Pública Inicial em Bolsa de Valores- BM&FBovespa. (CARVALHO, 2017).

³⁵ Capital pulverizado se caracteriza por sua inexistência, uma vez que é administrado por um grupo de controle, no âmbito da companhia aberta.

³⁶ Capital não pulverizado é aquele que ainda não concluiu todo o processo.

Além desses, há os grupos estrangeiros que passaram a adquirir instituições de ensino superior privada no país: a Laureate Education e a Wyden Educacional. Há também grupos que atuam no ensino superior privado que ainda não abriram seu capital no mercado de ações, como a UNIP³⁷, a Universidade Nove de Julho (UNINOVE)³⁸, a Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)³⁹ e a UNIT⁴⁰ (CHAVES, 2019).

De 2007 para 2020, houve mudanças referentes a esses grupos. A Anhanguera Educacional S.A. realizou a fusão com a Kroton Educacional S.A. em 2014⁴¹, o SEB⁴² deixou de ter cotação de suas ações no mercado acionário em 2011 e, no ano de 2013, foi vendido para a Estácio. Em 2019, a Estácio Participações passou a ser a *holding* YDUQS. E a Kroton passou a ser marca segmentada da Cogna Educação em dezembro de 2019. Nesse mesmo ano, o grupo estrangeiro norte-americano Wyden Educacional foi adquirido pela YDUQS⁴³.

Por se tratar de um mercado altamente concorrente, as movimentações nesse setor são constantes, na compra ou na venda de IES, ocorrendo mudanças nos nomes, de mantenedora, de marcas, de novos acionistas etc.

A abertura de capital requer mudanças obrigatórias na BM&FBovespa. Devem aderir à sigla das Sociedades Anônimas (S.A.) e cumprir outras funções e requisitos para se registrar como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)⁴⁴. Foi o que ocorreu com

³⁷ A Universidade Paulista está presente em mais de 900 localidades no Brasil e oferece vários cursos de graduação e pós-graduação, nas duas modalidades de ensino: presencial e a distância (UNIP, 2022).

³⁸ A Universidade Nove de Julho está em atividade desde 1997, oferta vários cursos superiores, graduação, especialização MBA, cursos livres, mestrado e doutorado nas duas modalidades de ensino: presencial e a distância (UNINOVE, 2022).

³⁹ A Universidade Cruzeiro do Sul faz parte da Cruzeiro do Sul Educacional. Está em atividade desde 1965 e oferece vários cursos de graduação e pós-graduação, técnico EAD, cursos livres nas duas modalidades de ensino: presencial e a distância. Como também é composta por colégios na educação básica (SOUZA; CHAVES, 2020).

⁴⁰ A Universidade Tiradentes é uma instituição de ensino superior privada, credenciada pelo MEC em 1972, possui sede em Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Oferta cursos nas duas modalidades de ensino: presencial e a distância (UNIT, 2022).

⁴¹ A fusão interferiu na operação de cursos e municípios da Unopar, o que será explicado no decorrer do texto, especialmente na segunda seção.

⁴² Segundo Sguissardi (2016, p. 47), “O SEB, em sua divisão de ensino superior representada pelo Centro Universitário UNISEB, foi vendido para a Estácio Participações, por R\$ 615 milhões em 2013”. Vale, Carvalho e Chaves (2014, p. 205) apontam que “A aquisição da UNISEB pela Estácio Participações S.A. foi aprovada pelo CADE em maio de 2014, com restrições por meio de um instrumento chamado Acordo de Controle de Concentrações (ACC)”.

⁴³ A Wyden pertencia à Adtalem Global Education e foi adquirida pela YDUQS no final do ano de 2019 por R\$ 1,92 bilhão. Para melhor entendimento, ver Souza e Chaves (2020).

⁴⁴ A Comissão de Valores Mobiliários é uma entidade reguladora, está vinculada ao Ministério da Economia Brasileira, foi instituída pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976) e alterada pela Lei nº 6.422, de 8 de junho de 1977 (BRASIL, 1977). Segundo o InfoMoney (2022), “As atividades da CVM têm como objetivo proteger os investidores contra emissões irregulares de valores mobiliários, contra atos ilegais de administradores e acionistas das companhias abertas e também contra o uso de informação privilegiada não divulgada a todo o mercado”.

a Vale S.A. e com os grupos educacionais (BRETTAS, 2020). O registro das empresas em S.A. aumenta a possibilidade de o capitalista comandar o capital alheio:

A organização da empresa na forma de sociedade anônima potencializa a capacidade de produção dos que dominam o setor produtivo de uma forma muito mais intensa do que a empresa individual, a qual precisaria acumular o seu próprio lucro para garantir as condições necessárias para viabilizar a produção futura. (BRETTAS, 2020, p. 49).

Com isso, o mercado da Bolsa de Valores situa-se na busca da rentabilidade, no entanto, o “Rentismo está em mãos de pessoas que não produzem nada” (DOWBOR, 2020, p. 17), mas que lucram em cima dele. Para Silva Júnior e Sguissardi (2013), a rentabilidade faz parte do processo de valorização financeira que se apropria da renda gerada no setor produtivo para obter, no curto prazo, a máxima rentabilidade e a maior liquidez possível.

Do ponto de vista da dinâmica econômica, a comercialização de ações na bolsa é um dos mecanismos pelo qual a financeirização se apropria das atividades educacionais, fazendo com que estas empresas sejam regidas não apenas pela lógica do lucro, provindo da venda de produtos e serviços, mas também pela lógica financeira e especulativa do comércio de títulos. (TRICONTINENTAL, 2020, p. 5).

Nesse sentido, esses processos são características da financeirização no ensino superior privado-mercantil, inserindo as empresas educacionais sob a lógica financeira, sendo elas regidas pela busca da lucratividade.

Com isso, o movimento dos grupos educacionais na BM&FBovespa utiliza estratégias de adquirir outras instituições de ensino, de concentrar o número de alunos, bem como de atrair novos acionistas para consolidar seus negócios no mercado de ações. Diante disso, a Tabela 2, a seguir, apresenta a eferescência de F&A desse setor, de 2007 a 2020.

Tabela 2 – Fusões e Aquisições no setor da Educação no Brasil (2007 a 2020)

ANO	FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR EDUCACIONAL	RANKING ANUAL NO SETOR EDUCACIONAL
2007 ⁴⁵	19	-
2008	53	3º
2009	12	12º
2010	20	12º
2011	27	11º
2012	19	12º
2013	24	10º
2014	26	8º
2015	27	7º
2016	19	12º

⁴⁵ No ano de 2007, primeiro ano de participação das empresas educacionais na Bolsa, elas ficaram no setor de classificação *outros*.

2017	30	8º
2018	29	10º
2019	32	11º
2020	27	10º
TOTAL	364	-

Fonte: adaptado de KPMG, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020.

O lançamento desses dados é feito pela KPMG⁴⁶, empresa responsável pela publicação sobre a trajetória das Fusões e Aquisições na economia brasileira. Percebe-se a efervescência no setor educacional, que ocupou as primeiras colocações no *ranking* de F&A. Das 53 operações realizadas em 2008, o setor educacional “[...] foi classificado em terceiro lugar no conjunto de fusões e aquisições entre todos os setores econômicos no Brasil” (CHAVES, 2019, p. 68).

Conforme destaca Chaves (2016, p. 6): “Em 2009, em virtude da crise internacional que assolou o mercado financeiro em geral, e o setor educacional em especial, houve redução acentuada para 12 operações. Ainda assim, o setor educacional ocupou a 12ª posição entre os setores econômicos”.

Em 2011, foram realizadas 27 operações, dentre elas, a aquisição da Unopar pela Kroton, que será apresentada no decorrer no texto. Destacam-se os anos de 2015, 2017 e 2019, devido ao número de operações. Em 2015, o setor educacional ocupou o sétimo lugar no *ranking* no âmbito do setor econômico, em 2017, realizou 30 operações e, em 2019, ocorreram 32 Fusões e Aquisições.

Dessa forma, a ocorrência de F&A pelo setor educacional é constante, e o total de F&A de 2007 a 2020 corresponde a 364 operações, ou seja, esses processos tendem a aumentar a cada ano. Essas transações são um dos principais efeitos colaterais da predominância do capital financeiro, por não haver uma regulação formativa que impeça tais acontecimentos, como a venda e a compra de IES via ações em Bolsa de Valores (SOUSA, 2018).

Os dados acima revelam a concorrência do setor educacional no Brasil e que há uma competição acirrada nesse mercado empresarial, bem como revela a falta de regulação formativa (SOUSA, 2018), e isso fortalece a atuação dos grupos educacionais listados na BM&FBovespa.

⁴⁶ “A KPMG Corporate Finance é uma rede global de empresas independentes que prestam serviços profissionais de *audit, tax e advisory* e é responsável pela publicação trimestral sobre a trajetória das fusões e aquisições na economia brasileira” (CARVALHO, 2013, p. 769, grifo da autora).

Dowbor (2020) enfatiza que, no ramo empresarial, com a presença de grandes corporações, seja na economia, seja em indústrias etc., a concorrência de mercado é intensa. Não é muito diferente do que ocorre no ensino superior privado-mercantil brasileiro: onde houver a oportunidade de comprar/adquirir/incorporar outras instituições, as *holdings* no mercado de ações não perdem tempo. Elas agem sob a lógica segundo “[...] a qual quem não adquire é adquirido, ou quem não compra é comprado” (CALEFFI; MATHIAS, 2017, p. 37).

Chaves (2010, 2016) e Carvalho (2013, 2017) elucidam o resultado desse processo intenso de Fusões e Aquisições de IES, no qual a tendência é a formação de oligopólio, um número reduzido de grandes empresas que atuam no mercado e que passarão a ter o controle da educação superior do país. Esse processo tem levado à expansão do setor privado-mercantil com a oferta de cursos, principalmente a distância “[...] uma vez que esta modalidade se tornou uma das principais estratégias de expansão de matrículas a baixo custo” (CARVALHO, 2017, p. 115).

Brettas enfatiza que a financeirização, observada tanto na saúde quanto na educação, pela forma que vem sendo prestada, como mercadoria, incide no real objetivo desses grandes conglomerados, que “[...] não é vender ‘educação’ ou ‘saúde’, mas produzir lucros, o que, no contexto da financeirização, significa comprimir os custos para remunerar os investidores, mesmo que isso comprometa a qualidade da atividade-fim da empresa” (BRETTAS, 2020, p. 28).

As Fusões e Aquisições ocorrem nesse setor com grande frequência, mas, para serem concretizadas, devem atender aos requisitos de regulação e, nesse caso, devem passar pela supervisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, após a aprovação dele, é efetivada a operação. O CADE age na fiscalização do risco de monopólio nos setores⁴⁷ (SOUSA, 2018).

Na ideologia privatista de Caleffi e Mathias (2017), a entrada dos grupos educacionais pelos fundos de investimentos revolucionou o setor educacional, e a implementação de instituições investidas com estratégias, metodologias e práticas de gestão corporativa fez diferença na modernização do setor e na valorização da educação como potencial negócio. Na visão deles:

⁴⁷ O CADE é uma autarquia com jurisdição em todo o território nacional. Foi criado pela Lei nº 4.137/1962. Em maio de 2012, com a entrada em vigor da nova Lei de Defesa da Concorrência, Lei nº 12.529/2011, o CADE passou a ser responsável por instruir os processos administrativos de apuração de infrações à ordem econômica, assim como os processos de análise de atos de concentração, oriundos dos processos de Fusões e Aquisições de empresas. “A obrigatoriedade de submeter ao CADE, em decorrência do risco de monopólio [...]” (CALEFFI; MATHIAS, 2017, p. 37).

Os fundos mapearam a nova oportunidade de investir em instituições de ensino com a estratégia de valorizarem-nas por meio da melhoria de suas gestões, implantando novas estratégias corporativas, reestruturando e controlando custos, melhorando a governança e preparando-se para um crescimento orgânico e inorgânico ou via aquisições [...] consolidação de um setor altamente pulverizado. (CALEFFI; MATHIAS, 2017, p. 28).

A contradição pode ser observada pela maneira com a qual os fundos de investimentos, na tentativa de investir massivamente em instituições privadas, sobretudo, pelo mercado de ações, frisam a adoção de uma gestão corporativa, que atenda aos interesses da empresa, em ser ágil, competitiva e profissional. A aparência é vista pela forma com que aceitam esses parâmetros como requisitos de “bons” e/ou favoráveis ao mercado, quando a essência atende aos acionistas que apostaram as suas ações em determinada empresa ou grupo.

Diante disso, os grupos educacionais passaram a comandar grande parte das IES privadas no país, pelas constantes operações ocorridas em Bolsa de Valores por meio de F&A. É nesse contexto que, na próxima subseção, apresentaremos como se deu a regulamentação que formalizou a entrada dos grupos educacionais na BM&FBovespa no ensino superior brasileiro, em especial no uso da modalidade de EaD, que se tornou a principal ferramenta de expansão desses grupos.

2.3 A expansão do ensino superior privado a distância e a sua regulamentação no Brasil

No Brasil, a expansão do ensino superior privado a distância se deu, principalmente, pelas flexibilizações nos regulamentos acerca da criação de instituições de nível superior. Foram orientadas pelas políticas econômicas do Estado neoliberal, bem como pelos agentes externos, os OIs, que influenciam até o presente momento. Nessa perspectiva, as IES privado-mercantis aproveitaram para investir seu capital na educação em busca de crescimento, sobretudo, pela modalidade de Ensino a Distância.

Inicialmente, o regulamento dessa expansão do ensino superior a distância se deu pela CF de 1988, que autoriza, no Art. 209, a livre iniciativa do setor privado na oferta do ensino (BRASIL, 1988). No entanto, para Chaves (2010) e Sguissardi (2008, 2016, 2020), o que materializou a expansão das IES privado-mercantis foi a LDBEN, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), sancionada por FHC, que atribuiu o marco principal da expansão do ensino superior privado com finalidade lucrativa.

Nesse sentido, destacamos o Art. 7º:

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal. (BRASIL, 1996, n.p).

Salientamos, também, o Art. 20, que regulamentava as instituições privadas de ensino em: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas, e que foi revogado pela Lei nº 13.868, de 3 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019a), no governo Bolsonaro, condensando as informações no Art. 19 da LDBEN:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas 1) - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; 2) - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. 3) - comunitárias, na forma da lei. § 1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas. § 2º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem ser certificadas como filantrópicas, na forma da lei. (BRASIL, 2019a, n.p)

A revogação do Art. 20 evidencia a fragilidade no controle das criações de IES privadas no país, cuja expansão, que já era demasiadamente grande, foi acentuada por meio das instituições com fins lucrativos. Essa flexibilização permitiu a entrada do capital financeiro para investir na educação por meio do ensino privado, ao admitir a existência e o funcionamento delas (SGUISSARDI, 2008).

Para o autor, o modelo de expansão do ensino superior ocorre pela acelerada mercadorização e pela predominância de IES privado-mercantis na oferta do ensino superior brasileiro a partir da LDBEN, que, “[...] aprovada como uma espécie de ‘guarda-chuva jurídico’, possibilitou a edição de diversos decretos normalizadores imbuídos do espírito dessas recomendações” (SGUISSARDI, 2008, p. 1000).

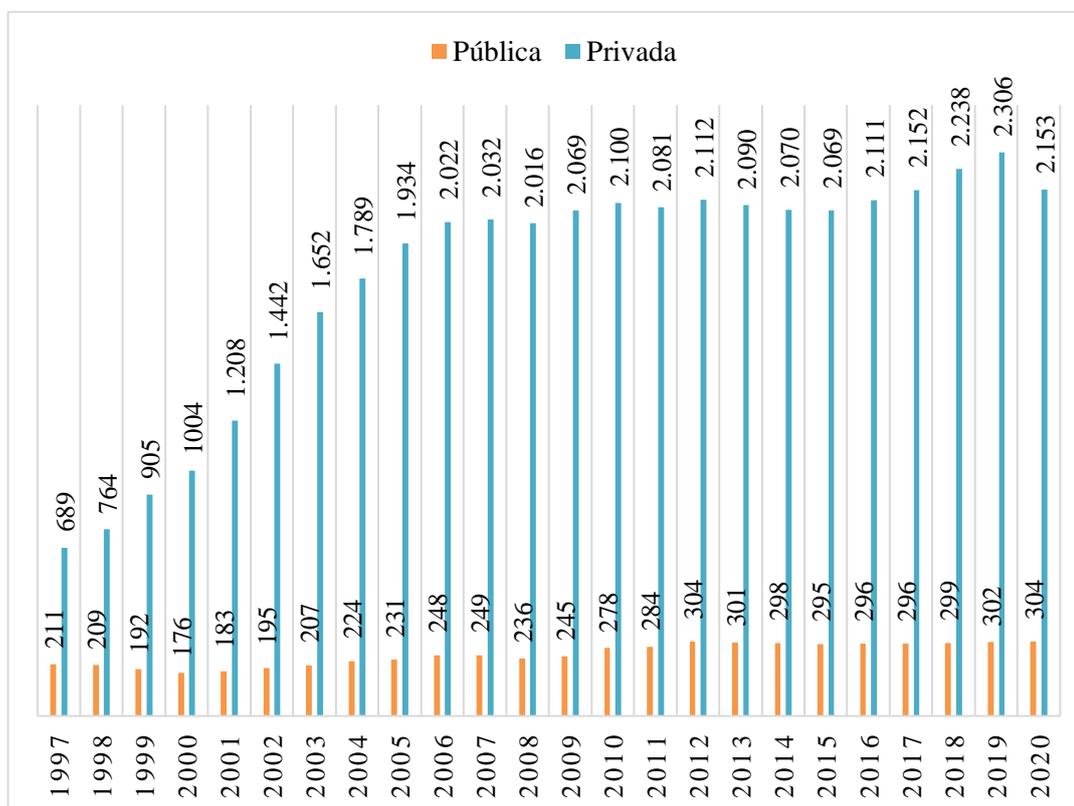
Nesse sentido, destacam-se os Decretos nº 2.306/1997⁴⁸ (BRASIL, 1997a) e nº 2.207/1997 (BRASIL, 1997b), que reconheceram a educação superior como um bem de serviço comercializável, ao inferirem que as instituições privadas podem ter finalidade lucrativa (SGUISSARDI, 2008, 2016).

Dessa forma, a LDBEN foi pilar fundamental para a expansão das IES privado-mercantis, por ter regulamentado e diversificado as formas da oferta de vagas, bem como sua criação, cujo objetivo é a expansão das instituições por meio da concentração de matrículas.

⁴⁸ Esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 3.860, de 2001, revogado pelo Decreto nº 5.773, de 2006, e revogado pelo Decreto nº 9.235, de 2017 (BRASIL, 1997; 2001; 2006; 2017).

Conseqüentemente, o setor privado cresceu demasiadamente após a LDBEN, como pode ser observado no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Evolução do número de IES no Brasil por categoria administrativa (1997-2020)



Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

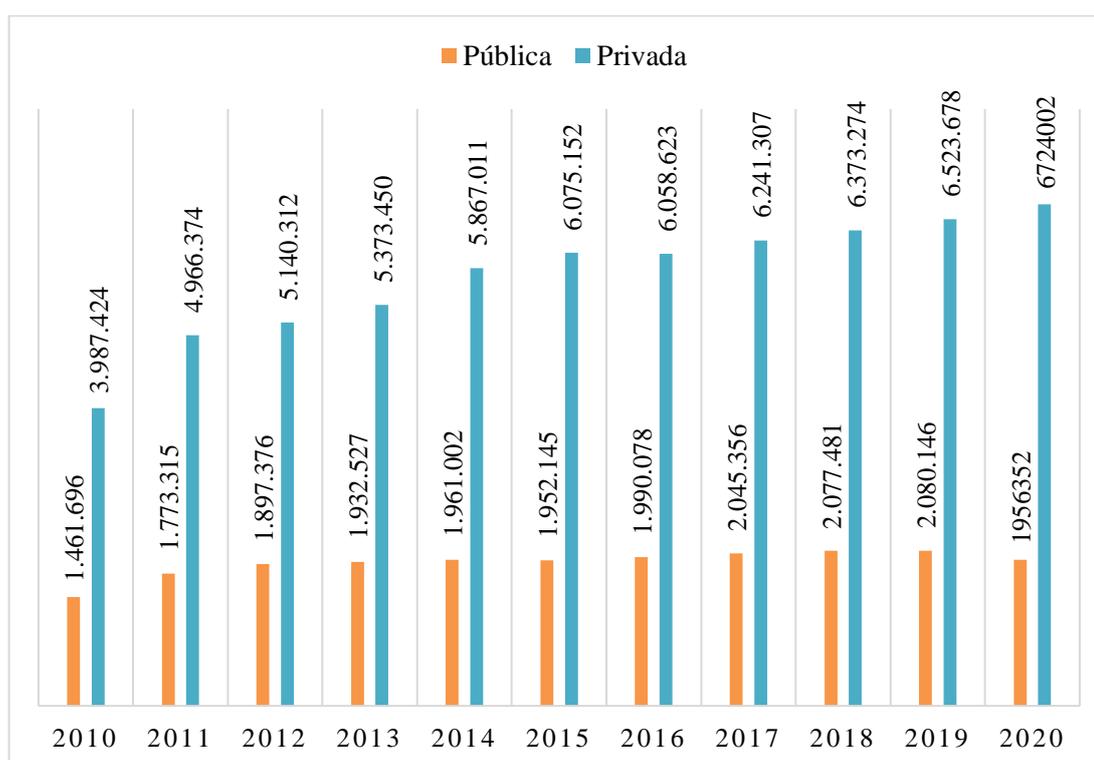
Em 1997, o número de IES privadas era 689 e passou para 2.153 em 2020, um crescimento de 212,6%. Comparando o setor público com o setor privado, em 1997, o número das IES públicas detinha 211 e passou para 304 em 2020, correspondendo a um crescimento de apenas 44,1%. Observamos que o setor privado, em 2019, detinha 2.306 IES e, em 2020, passou a ter 2.153, uma diminuição de 6,63%. Essa diminuição de IES privadas pode estar relacionada ao intenso processo de Fusões e Aquisições, no qual os grupos educacionais vêm tentando monopolizar o setor educacional privado.

A evolução das IES privadas de 1997 a 2002 corresponde ao governo de FHC, que ficou marcado “[...] pelo início de abertura da educação superior para atuação da iniciativa privada com fins lucrativos e pelo incentivo governamental para o crescimento da educação a distância” (MUGNOL, 2016, p. 12). Em contrapartida, o setor público, em 1997, detinha 211 e, em 2002, apenas 195 IES, ou seja, devido às políticas de austeridade e privatização da educação, houve uma diminuição na criação de IES públicas nesse período, que corresponde a 7,58%.

Apesar da pequena diminuição (6,63%) de IES privadas de 2019 a 2020, o setor privado continua em constante crescimento de matrículas no ensino superior. Essa evolução pode ser observada pela regulamentação da atuação de IES privadas no país, seja pela flexibilização por meio da criação dessas IES, seja pela presença dos grandes grupos educacionais privados de capital aberto na BM&FBovespa.

Conseqüentemente, a tendência das matrículas no ensino superior é no setor privado, como ilustrado no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Evolução do número de matrículas em cursos de graduação por categoria administrativa presencial e a distância – Brasil (2010-2020)



Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

A evolução das matrículas nas IES privadas dispõe de 77,5% no total de matrículas de graduação. Enquanto no setor público, a participação das IES públicas é de apenas 22,5% (BRASIL, 2020a).

O Censo da educação superior evidencia que, ao comparar os anos de 2010 e 2020, “observa-se um aumento no número de matrículas de 42,0% na rede privada e de 19,1% na rede pública” (BRASIL, 2020b, p. 21). Isso mostra que o número de matriculados na rede privada em 2020 continua em ritmo de crescimento, enquanto as matrículas no setor público vêm diminuindo.

A diminuição de IES públicas no ano de 2020 pode estar relacionada à flexibilização das legislações educacionais, em especial o Decreto 9.057/2017, acerca da expansão de IES privadas no país via polos EaD sem a fiscalização em lócus, apenas na sede da instituição já credenciada. (BRASIL, 2017a).

Com isso, o aumento de IES privadas e a concentração de matrículas no setor privado têm relação com o que afirmam Vale, Carvalho e Chaves (2014, p. 201):

O estímulo à expansão do setor privado vem sendo efetivado pelo governo federal por meio da adoção de uma série de mecanismos, tais como: a liberação dos serviços educacionais; inserção do pagamento do salário educação; programa do crédito educativo hoje transformado em FIES; empréstimos financeiros a juros subsidiários por instituições bancárias oficiais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; o Programa Universidade para Todos – PROUNI. (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014, p. 201).

A implementação dos programas ProUni⁴⁹ e Fies⁵⁰ foi regulamentada para conceder o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior. Para Santos Filho (2016), Sousa (2019), Santos, Chaves e Paixão (2021), o Fies favoreceu grandes empresários, fortalecendo o setor privado com contratos bilionários. Os autores afirmam que a educação, nesse cenário de financiamento, está no campo de disputas pelo fundo público, mercantilizando o ensino superior.

Para eles, há grande “sucesso” desse programa para os grandes empresários/acionistas e uma forte incidência do endividamento familiar, tendo em vista que muitos estudantes não conseguem quitar suas mensalidades acumuladas, deixando uma grande dívida para o Estado.

Souza e Chaves (2021) evidenciam que a inadimplência dos alunos que se “beneficiam” do Fies pode ser explicada por diversos motivos, um deles, se não o principal, diz respeito às mudanças nas regras do financiamento estudantil que houve em 2005, passando este a não exigir fiador nos contratos, assim como à flexibilidade nos critérios de aprovação do crédito, contudo:

A única certeza que os egressos beneficiados pelo FIES possuem ao término dos cursos é o da dívida contraída. Sendo mais problemáticos os casos dos egressos que realizaram cursos em IES com qualidade duvidosa, pois, além da dívida, são responsáveis por sua (con)formação, seu (des)emprego e/ou seu (in)sucesso profissional. (SOUZA; CHAVES, 2021, p. 9).

⁴⁹ O ProUni, instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei nº 11.096/2005 e regulamentada pelo Decreto nº 5.493/2005, é um programa do governo federal que se destina à extensão dos benefícios fiscais (BRASIL, 2005b).

⁵⁰ “O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) estabelecido pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, estabelecido pela Lei nº 11.096, de 13 janeiro de 2005” (BRASIL, 2005a).

Não daremos destaque principal às implicações do Fies, por não ser objeto de pesquisa. No entanto, esse programa, bem como o ProUni, intensificou a expansão do ensino superior a distância, e atende às demandas dos detentores do capital, fortalecendo a privatização e a financeirização do ensino superior (SANTOS; CHAVES; PAIXÃO, 2021).

Nesse sentido, o Ensino a Distância foi implementado para atender à agenda neoliberal conforme as reformas impostas pelo governo, que favoreceu o setor privado na educação. Essa implementação é defendida pelos Organismos Internacionais, como o BM, que defende o uso das tecnologias educacionais para a implantação de sistemas de EaD (SANTOS, 2019b).

No documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, o BM salienta que:

La educación la distancia forma eficaz de promover también la educación permanente y de mejorar los conocimientos, por ejemplo, cuando se usa para la formación de maestros en el servicio. [...] Los programas de educación a distancia son generalmente mucho menos costosos que los programas universitarios corrientes, dado el más alto número de estudiantes por maestro [...] (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 37).

O Banco Mundial (1995) defende que o Ensino a Distância é uma ferramenta competente para promover a aprendizagem, bem como critica os programas universitários regulares, justificando que o custo financeiro é alto para os alunos de graduação, enquanto a utilização do EaD se torna favorável pelo baixo custo.

No Brasil, a regulamentação da educação a distância como modalidade de ensino foi formalizada pelas políticas públicas educacionais do Estado, materializada sob o respaldo de atos normativos, por meio de leis e decretos, a exemplo da CF de 1988 (BRASIL, 1988); da LDBEN de 1996 (BRASIL, 1996) e do PNE (BRASIL, 2014a).

A LDBEN/96 regulamenta o Ensino a Distância pelo Art. 80:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. § 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. § 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância. (BRASIL, 1996, n.p).

Percebemos que a norma induz ao funcionamento das instituições de ensino de caráter privado nos níveis de ensino (educação básica e superior), bem como dispõe sobre o controle e a avaliação de programas de educação a distância e a autorização para a sua implementação ao se credenciarem nessa modalidade.

O referido artigo foi regulamentado pelo Decreto 2.494/98, assegurando que o Ensino a Distância incentiva a autoaprendizagem por meio da mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação (BRASIL, 1998).

O Decreto nº 2.494/98, em seu artigo 1º, certifica que o Ensino a Distância deverá se organizar segundo metodologia, gestão e avaliação, e no artigo 2º, elucida que essa modalidade de ensino poderá ser oferecida nas instituições superiores, nos seguintes cursos e programas: sequenciais; de graduação; de especialização; de mestrado e de doutorado (BRASIL, 1998).

Essa legislação parte da primeira constatação de que “o ensino a distância é trabalhado vinculado com um fazer metodológico, técnico, que é necessariamente mediado pelas tecnologias de comunicação lato sensu” (MONTEIRO, 2020, p. 56). Posteriormente, o Art. 80 passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 5.622, de 2005 (BRASIL, 2005), revogando o decreto de 1998.

Segundo Sguissardi (2020), o Ensino a Distância foi impulsionado nos anos 2000 por meio da criação da Rede de Educação Superior a Distância (UNIREDE), consórcio de cerca de 70 IES públicas e, em 2005, “[...] criou-se a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que envolve parceria do MEC com estados e municípios na oferta de cursos e programas de EaD, além de financiar pesquisas na área” (SGUISSARDI, 2020, p. 73).

O Decreto nº 5.622, de 2005, revogou o anterior, e passou a definir a EaD da seguinte maneira:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, n.p).

No ano seguinte, foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB), regulamentada pelo Decreto nº 5.800/2006, tendo como base o disposto nos Arts. 80 e 81 da LDBEN, do PNE, pela Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001). Bem como no Decreto nº 5.622/2005 (BRASIL, 2005). A UAB foi implementada para melhor desenvolvimento do EaD:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. São objetivos do Sistema UAB: I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - oferecer

cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2006, n.p).

Os primeiros cursos ofertados pela UAB resultaram em dois editais:

[...] o primeiro deles, conhecido como UAB1, publicado em 20 de dezembro de 2005, que permitiu a concretização do Sistema UAB, por meio da seleção de propostas de cursos de licenciaturas apresentadas **exclusivamente por instituições federais de ensino superior**, e também propostas de abertura de polos de apoio presencial apresentadas por Estados e Municípios. Já o segundo edital, publicado em 18 de outubro de 2006, conhecido de UAB2, teve como propósito ampliar a oferta de cursos e a rede de polos. Diferiu do primeiro por permitir a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais. (MUGNOL, 2016, p. 23, grifo nosso).

Para Mugnol, em 2007, a UAB repassou recursos às IES para a sua ampliação e polos de apoio presencial. Em 2008, foram criados cursos na área de Administração, Gestão Pública e outras áreas técnicas, e “Em 2010, o sistema UAB contava com a participação de 88 instituições integrantes, entre Universidades Federais, Universidades Estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs” (MUGNOL, 2016, p. 23).

Observamos que, nos objetivos da UAB, há uma preferência pelos cursos de licenciaturas, que se tornam alvo das IES privadas, devido à aprovação do MEC com base na LDBEN e em seus respectivos decretos.

Nesse sentido, os decretos que regulamentam o Art. 80 e o sistema UAB concederam, para a expansão do Ensino a Distância, desde a oferta de cursos até a ampliação do acesso à educação superior pública. Com isso, a UAB esteve ligada ao PNE (GARCIA, 2019).

O PNE é uma lei nacional que foi criada sob as orientações da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e da LDBEN, que orientaram a criação de um plano decenal (2001-2010), regulamentado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001) (MONTEIRO, 2020).

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar

de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos. (BRASIL, 2001, n.p).

A Lei nacional de nº 10.172/2001 buscava atender ao seguinte:

I - a elevação global do nível de escolaridade da população; II - a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; III - a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e IV - a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2001, n.p).

A implementação do PNE – Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001) – trouxe elementos importantes para o desenvolvimento da educação nacional⁵¹. No entanto, daremos destaque para o plano em vigor, que corresponde à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e estabelece o alcance de metas durante os anos de 2014-2024 (BRASIL, 2014a). O plano “[...] tem como eixo central de sua elaboração a mercantilização, a privatização e o empresariamento da educação superior [...]” (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014, p. 216).

Dentre as metas desse plano decenal, destacamos a de número 12, que dispõe sobre o ensino superior:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014a, p. 41).

Dentre os parâmetros estabelecidos no novo PNE para o cumprimento dessa meta, evidenciamos a estratégia 12.2, que pretende: “[...] ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil” (BRASIL, 2014a, p. 41).

Destaca-se também a estratégia 12.20, que induz, na ampliação dos programas assistencialistas do “Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), os benefícios destinados à concessão de financiamento” (BRASIL, 2014a, p. 42).

⁵¹ Definiu objetivos e metas para a educação básica, sobretudo, para a educação infantil, que necessitava de uma assistência eficiente, definindo objetivos e metas. Para mais detalhes, ver Brasil (2001, 2014a).

Com base nessa meta, esses programas triunfaram nos governos Lula e Dilma, ganharam força para a ampliação do acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, favoreceram a educação na era mercantil (SANTIAGO, 2019).

O PNE foi implementado como parte da política pública educacional do Estado, que, por sua vez, atende aos interesses do sistema capitalista, direcionando “[...] políticas de educação para que garantam a expansão sob o novo formato dominante dos conglomerados de ensino [...]” (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014, p. 200).

O Ensino a Distância favoreceu a expansão do ensino superior privado, sob a justificativa de maior acesso aos menos favorecidos a esse nível de ensino. Com isso, as políticas públicas educacionais amparadas pela LDBEN, pelo PNE e pela UAB aguçam tal modalidade, bem como pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁵², que incentiva a consolidação e a expansão do EaD no Brasil (MONTEIRO, 2020).

No ano de 2017, foi estabelecida uma nova regulamentação sobre o Ensino a Distância no Brasil, regida pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o Art. 80 da LDBEN, revogando o anterior (BRASIL, 2017a). Essa regulamentação apresenta, em seu Capítulo 1, as disposições gerais, bem como 7 artigos, dos quais destacamos o 1º, o 2º, o 3º e o 4º:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a **mediação didático-pedagógica** nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com **pessoal qualificado**, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e **desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos**. Art. 2º A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados. Art.º 3 A criação, a organização, a oferta e o desenvolvimento de cursos a distância observarão a legislação em vigor e as normas específicas expedidas pelo Ministério da Educação. Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. (BRASIL, 2017a, n.p, grifo nosso).

⁵² O REUNI, regulamentado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. No Art. 2º, inciso IV, o REUNI propõe “diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada” (BRASIL, 2007).

Os termos destacados podem ser observados pela maneira como o didático-pedagógico é interpretado como metodologia de ensino para qualidade educacional e políticas de acesso em lugares e tempos diversos. Notamos que o referido artigo se contrapõe aos princípios básicos de qualidade tipificados na CF de 1988 pelo Art. 206, inciso VII, que dispõe sobre a garantia de padrões de qualidade (BRASIL,1988) e no qual esse cumprimento envolve os espaços adequados, a remuneração docente, os recursos tecnológicos, entre outros serviços que visam promover atividades que conduzam à melhoria da qualidade de ensino.

No entanto, a CF de 1988, quando sancionada, referia-se ao ensino presencial, e com o passar dos anos, os inúmeros decretos, portarias e medidas provisórias se apropriaram desses dispositivos para implementar o Ensino a Distância pelos parâmetros jurídicos.

Vale ressaltar que o processo didático-pedagógico parte da interação entre discentes e docentes em espaços adequados, cuja finalidade é a socialização de aprender de forma crítica a realidade, o que se contrapõe ao Ensino a Distância, uma vez que os cursos são *on-line* e sem interação ativa nas atividades.

Além disso, reforça a precarização do ensino, tendo em vista que o Brasil possui multiculturas regionais, cujas localidades não possuem padrões de atender à era tecnológica como ferramenta principal para o processo de ensino. Ademais, o referido decreto flexibilizou a aprovação prévia do MEC sobre a abertura de polos de EaD, especificada no Art. 5º:

Art. 5º O polo de educação a distância é a unidade descentralizada da instituição de educação superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância. § 1º Os polos de educação a distância manterão infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos dos cursos ou de desenvolvimento da instituição de ensino. (Redação dada pelo Decreto nº 9.235, de 2017) § 2º São vedadas a oferta de cursos superiores presenciais em instalações de polo de educação a distância e a oferta de cursos de educação a distância em locais que não estejam previstos na legislação. (Incluído pelo Decreto nº 9.235, de 2017). (BRASIL, 2017a, n.p).

Com isso, cabe à instituição de ensino, já credenciada nessa modalidade, informar ao MEC em casos de criação, alteração de endereço e fechamento de polos. Mas não passará novamente pela aprovação da sede da instituição (BRASIL, 2017a).

É importante destacar que existe uma diferença entre a criação de polos a distância e a criação de campi/campus⁵³, que precisa de uma regulamentação presencial pelo MEC, a qual é

⁵³ Segundo o sistema e-MEC, o último *campi* criado da Unopar fora da sede, até o ano de 2020, foi na cidade de Londrina, no Estado do Paraná, para ofertar cursos presenciais e semipresenciais, tais como: Engenharia Civil; Engenharia da Computação; Engenharia de Produção; Engenharia de *Software*; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Direito; Fisioterapia; Medicina Veterinária; Odontologia e Psicologia (BRASIL, 2020e).

estabelecida pelo Decreto nº 9.235/2017, que exemplifica a criação de *campus* e *campi* fora da sede, desde que o município esteja localizado no mesmo Estado da sede da IES, bem como será deferido a partir da avaliação externa *in loco* realizada pelo INEP (BRASIL, 2017c).

Santiago (2019) evidencia que o Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017a) corresponde ao novo marco regulatório, em que as mudanças realizadas no decreto anterior, de nº 5.622/2005 (BRASIL, 2005a), trazem mudanças no credenciamento dos polos a distância. Antes, o credenciamento do EaD era permitido como uma subcategoria do presencial.

Agora ele pertence a uma categoria autônoma, ou seja, com a nova regulamentação, as IES poderão oferecer, exclusivamente, cursos a distância de graduação e pós-graduação *lato sensu*, sem a oferta simultânea de cursos presenciais. Há, contudo, uma ressalva no art. 2º da referida normativa, não se aplicando para IES públicas do sistema federal, estadual e municipal, ainda não credenciadas para EaD. (SANTIAGO, 2019, p. 99, grifo do autor).

Destaca-se também que a avaliação *in loco* dos cursos superiores na modalidade a distância passou a ser realizada somente na sede da instituição credenciada, sem a necessidade da avaliação dos polos (BRASIL, 2017a). Com isso, as IES, em especial, as privadas, formalizam seus polos EaD apenas com área administrativa de serviços para realizar matrículas, bem como o financiamento de mensalidades dos futuros alunos de nível superior, utilizando o *marketing* de “apoio” semipresencial.

O novo marco regulatório do Ensino a Distância está subordinado aos parâmetros da política neoliberal que rege as bases dos sistemas capitalistas de mercados, e que intensificou a expansão do ensino superior pelo setor privado com finalidade lucrativa. Além disso, uma das implicações desse modelo é a falta de preocupação da qualidade no ensino superior privado, bem como a fiscalização adequada do MEC às graduações em relação aos seus conteúdos ofertados, sobretudo, dos cursos aprovados na modalidade a distância.

Dessa forma, a legislação educacional que regulamenta a implementação do Ensino a Distância como modalidade é responsável por grande parte da evolução das matrículas EaD, que pode ser observada na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Evolução do número de matrículas de graduação por modalidade de ensino nas IES públicas e privadas – Brasil (2011 a 2020)

ANO	TOTAL	PRESENCIAL	Δ (%) PRE	DISTÂNCIA	Δ (%) EAD
2011	6.739.689	5.746.762	-	992.927	-
2012	7.037.688	5.923.838	3,1	1.113.850	12,2
2013	7.305.977	6.152.405	3,9	1.153.572	3,6
2014	7.828.013	6.486.171	5,4	1.341.842	16,3
2015	8.027.297	6.633.545	2,3	1.393.752	3,9
2016	8.048.701	6.554.283	-1,2	1.494.418	7,2
2017	8.286.663	6.529.681	-0,4	1.756.982	17,6
2018	8.450.755	6.394.244	-2,1	2.056.511	17,0
2019	8.603.824	6.153.560	-3,8	2.450.264	19,1
2020	8.680.354	5.574.551	-9,4	3.105.803	26,8
2011-2020 Δ%	28,8	-3,0		212,8	

Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

Nota: para calcular a variável de crescimento percentual, é necessário obter os dados do ano anterior, logo, não foi possível calcular a variável do ano de 2011.

Observamos que, desde 2015, o número de matrículas presenciais vem caindo e que, em 2017 e 2018, a diminuição dessas matrículas correspondeu a 2,1%. Na modalidade a distância, entretanto, houve uma variação de 17% no mesmo período (2017-2018), semelhante ao mesmo crescimento registrado nos anos de 2016 e 2017 (17,6%). Além disso, observamos uma redução de matrículas presenciais desde 2016 com índice acentuado no ano de 2020.

Portanto, a evolução do número de matrículas presenciais teve queda de 3,0%, em contrapartida, as matrículas de EaD de 2011 a 2020 obtiveram uma evolução de 212,8%. Importante destacar que o modelo de ensino superior adotado nas IES privadas é o ensino a distância, logo pressupomos que essa evolução de matrículas via EaD são majoritariamente nas IES privadas, em especial, nas privado-mercantil.

Segundo a Hoper (2019), a Universidade Pitágoras Unopar assumiu a liderança de matrículas em EaD no Brasil de 2009 a 2019, ou seja, são 10 anos no *ranking* de IES com maiores matrículas no ensino superior privado no país como a principal instituição no mercado educacional⁵⁴.

No entanto, o Censo da Educação Superior começou a divulgar a informação das maiores IES privadas EaD a partir do ano de 2019, quando a Unopar alcançou a primeira colocação, e em 2020, ocupou o segundo lugar, como pode ser visto nos Quadros 2 e 3 a seguir, respectivamente.

⁵⁴ Devido às políticas de acesso às informações detalhadas da Consultoria Hoper, não foi possível identificar os números exatos de matrículas de cada ano.

Quadro 2 – *Ranking* das 20 maiores instituições em número de matrículas a distância (EAD) do ensino superior no Brasil – 2019

INSTITUIÇÃO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	GRUPO CONSOLIDADOR	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	TOTAL DE MATRÍCULAS EAD
Universidade Pitágoras Unopar	Privada	Cogna/Kroton	Universidade	363.584
Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi	Privada	Vitru	Centro Universitário	281.712
Universidade Paulista	Privada	Unip	Universidade	234.103
Centro Universitário Internacional	Privada	-	Centro Universitário	180.740
Centro Universitário de Maringá – Unicesumar	Privada	Vitru	Centro Universitário	142.890
Universidade Anhanguera	Privada	Cogna/Kroton	Universidade	141.522
Universidade Estácio de Sá	Privada	YDUQS	Universidade	134.551
Faculdade Educacional da Lapa – Unifael	Privada	-	Faculdade	51.575
Universidade Cruzeiro do Sul	Privada	Cruzeiro do Sul Educacional	Universidade	51.287
Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	Privada	YDUQS	Centro Universitário	49.855
Universidade Nove de Julho	Privada	Uninove	Universidade	49.326
Universidade Cidade de São Paulo	Privada	Cruzeiro do Sul Educacional	Universidade	43.946
Universidade de Franca	Privada	Cruzeiro do Sul Educacional	Universidade	42.211
Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo	Estadual	-	Universidade	28.192
Centro Universitário Claretiano	Privada	YDUQS	Centro Universitário	25.791
Universidade Anhembi Morumbi	Privada	YDUQS/Laureate	Universidade	25.572
Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – Uniplan	Privada	-	Centro Universitário	24.157
Centro Universitário Inta – Uninta	Privada	-	Centro Universitário	22.016
Universidade Santo Amaro – Unisa	Privada	-	Universidade	20.657
Universidade Metropolitana de Santos	Privada	-	Universidade	19.533

Fonte: adaptado de Brasil, 2019b.

Quadro 3 – *Ranking* das 20 maiores instituições em número de matrículas a distância (EAD) do ensino superior no Brasil – 2020

INSTITUIÇÃO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	GRUPO CONSOLIDADOR	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	TOTAL DE MATRÍCULAS EAD	2019/2020 Δ (%)
Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi	Privada	Vitru	Centro Universitário	399.553	41,1%
Universidade Pitágoras Unopar	Privada	Cogna/Kroton	Universidade	395.414	8,8%
Universidade Paulista	Privada	Unip	Universidade	269.499	15,1%
Universidade Estácio de Sá	Privada	YDUQS	Universidade	250.882	86,5%
Centro Universitário Internacional – Uninter	Privada	-	Centro Universitário	198.599	9,9%
Universidade Cesumar	Privada	Vitru	Universidade	190.241	33,1%
Universidade Anhanguera – Uniderp	Privada	Cogna/Kroton	Universidade	163.794	15,7%
Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	Privada	YDUQS	Centro Universitário	79.0077	58,5%
Faculdade Educacional da Lapa – Unifael	Privada	-	Universidade	75.366	46,1%
Universidade Cruzeiro do Sul	Privada	Cruzeiro do Sul Educacional	Universidade	72.797	41,9%
Universidade Nove de Julho	Privada	Uninove	Universidade	59.013	19,6%
Universidade Cidade de São Paulo	Privada	Cruzeiro do Sul Educacional	Universidade	53.304	21,3%
Universidade de Franca	Privada	Cruzeiro do Sul Educacional	Universidade	34.529	5,1%
Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – Uniplan	Privada	Unip	Universidade	39.044	61,6%
Centro Universitário Estácio de Stª. Catarina	Privada	YDUQS	Centro Universitário	34.529	222,0%
Universidade Anhembi Morumbi	Privada	YDUQS/Laureate	Universidade	33.780	32,1%
Universidade Santo Amaro – Unisa	Privada	-	Universidade	26.265	27,1%
Centro Universitário Mauricio de Nassau – Uminassau	Privada	Ser Educacional	Centro Universitário	24.454	67,3%
Centro Universitário Facvest	Privada	-	Centro Universitário	23.976	67,7%
Centro Universitário Claretiano	Privada	-	Centro Universitário	21.905	- 15,1%

Fonte: Hoper Educação, 2022, p. 13.

Notamos que, entre as 20 maiores instituições que detêm matrículas a distância, a Universidade Pitágoras Unopar assumiu uma posição de destaque no Brasil desde 2009, ficou classificada em 1º lugar em 2019, e assumiu o 2º lugar no *ranking* em 2020. Logo, a Universidade Pitágoras Unopar é responsável por grande parte da oferta de cursos superiores nessa modalidade, bem como pela formação dos jovens e adultos da classe trabalhadora deste país.

A responsabilidade desse acontecimento se dá pela atuação do grupo Kroton/Cogna, que vem se utilizando do ensino superior no mercado educacional, por compra e venda de ações em Bolsa de Valores e, conseqüentemente, realizando Fusões e Aquisições com outras instituições no país, a exemplo da Unopar, que foi adquirida em 2011, em busca de consolidar o grupo Kroton como líder nas matrículas a distância. Por isso a importância de situar a sua constituição no processo de financeirização do ensino superior privado-mercantil, o que será apresentado na próxima seção desta pesquisa.

3 ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL A DISTÂNCIA NO BRASIL E A EXPANSÃO DA UNOPAR/KROTON

Nesta seção, analisaremos a Universidade Pitágoras Unopar no processo de financeirização do ensino superior privado-mercantil no Brasil, bem como a inserção da *holding* Kroton/Cogna na BM&FBovespa e, sobretudo, a aquisição da Unopar pela Kroton. Os dados coletados advêm do *site* oficial da Unopar e dos relatórios de gestão acerca da aquisição/incorporação da Unopar.

O texto está dividido em três subseções: 3.1 A Universidade Pitágoras Unopar no ensino superior privado-mercantil brasileiro: antecedentes históricos; 3.2 O grupo Kroton/Cogna Educação e a sua lógica no mercado e 3.3 O processo de aquisição da Unopar pela Kroton.

3.1 A Universidade Pitágoras Unopar no ensino superior privado-mercantil brasileiro: antecedentes históricos

Para melhor compreensão, destacamos que, nesta subseção, a instituição Universidade Pitágoras Unopar será tratada somente como “Unopar”, referindo-se esta nomenclatura ao período de 2011 a 2020, e no decorrer das subseções, serão explicadas as mudanças de nome da instituição.

A Unopar, primeiramente denominada “União Norte do Paraná de Ensino Ltda.”, era mantida por uma congregação religiosa, fundada no dia 17 de fevereiro de 1972 pelos professores e empresários Marco Antônio Laffranchi e Elisabeth Bueno Laffranchi, que se uniram para criar o Centro de Estudos de Londrina, assumindo a continuidade do funcionamento do Colégio São Paulo (UNOPAR, 2020a).

A concretização da Unopar como instituição de ensino passou por um processo delicado, em que o paulista Marco Antônio Laffranchi, após assumir um endividamento de um cursilho⁵⁵ no interior de Londrina, fundou a União Norte do Paraná de Ensino Ltda. e faturou cerca 416 milhões (SILVA, 2019).

Silva (2019), em sua pesquisa de dissertação, evidencia que a origem da Unopar foi emblemática. Em uma de suas análises, encontrou uma entrevista do senhor Laffranchi realizada por Travessim (2012), que ocorreu 19 de junho de 2012, para a Revista Exame, na qual tratava da forma como a Unopar ganhou destaque no Ensino a Distância.

⁵⁵ “Cursilho” era um curso associado à escola religiosa que, anteriormente, tinha esse nome (SILVA, 2019).

A fundação da União Norte do Paraná de Ensino Ltda. criou a Faculdade de Educação Física no mesmo ano de 1972. Os resultados positivos do seu faturamento, acima mencionados, só foram possíveis porque o empresário Laffranchi retirou a escola de cursilho de um problema financeiro, tornando-se uma experiência fundamental para o seu sucesso (SILVA, 2019).

Um encontro do cursilho de cristandade, um movimento católico bastante popular no interior do país... acabei fazendo amizade com o padre, que também era diretor de um dos principais colégios de Londrina. Quando soube que a escola enfrentava sérios problemas financeiros, decidi colaborar. Eu e a Elizabeth elaboramos o projeto de um curso superior de educação física. Minha ideia era usar as salas de aula, que ficavam ociosas à noite, para abrir uma faculdade e aumentar as receitas do colégio. Deu certo, e assim surgiu a Faculdade de Educação Física do Norte do Paraná. As aulas noturnas trouxeram alívio ao caixa do colégio, embora ainda houvesse muitas dívidas para pagar. Pouco tempo depois, o padre que era meu amigo faleceu, e acabei ocupando a direção. Era para ser provisório, até que um novo padre viesse me substituir no comando. Cerca de seis meses depois, fui procurado por uma comitiva de religiosos, que me fizeram uma proposta – se eu assumisse as dívidas, poderia ficar com a escola. Resolvi aceitar. Era fevereiro de 1972. (TRAVESSIM, 2012, *apud*, SILVA, 2019, p. 47-48).

A escolha pela Faculdade de Educação Física se deu pelo fato de Elisabeth Bueno Laffranchi, esposa de Marcos Laffranchi, ser graduada em Educação Física, o que seria vantajoso para a criação do curso de Educação Física (SILVA, 2019).

A cidade de Londrina teve o polo inicial da faculdade e triunfou como uma das principais instituições na oferta de cursos a distância no país. Esse primeiro passo foi importante para a criação do Centro de Estudos do Norte do Paraná, responsável pela implantação e pela manutenção do Curso de Educação Física, abrigado pela Faculdade de Educação Física do Norte do Paraná (FEFI) (UNOPAR, 2020a).

O curso foi reconhecido pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 77.197, de 19 de fevereiro de 1976. Ressaltamos que não foi possível obter as informações referentes a esse documento jurídico, uma vez que não consta no *site* da instituição, nem no Diário Oficial com essa data referida, assim como as informações históricas da mantenedora do Centro de Estudos do Norte do Paraná (CENOPA), antiga controladora/mantenedora da Faculdade de Educação Física.

Para Silva (2019), o referido decreto estabelece o reconhecimento do curso de Educação Física, Licenciatura, da Faculdade de Educação Física do Norte do Paraná, mantida pela CENOPA, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Entre 1972 e 1990, começaram novos investimentos em outras localidades, com criações de outras faculdades, iniciadas pelo curso de Educação Física no estado do Paraná, como pode ser observado no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Criação de faculdades – Unopar

FACULDADES	ANO
Faculdade de Educação Física do Norte do Paraná.	1972
Faculdade de Ciências e Artes Aplicadas de Londrina com o Curso de Educação Artística – Habilitações em Artes Plásticas e Desenho	1985
Faculdade de Reabilitação do Norte do Paraná com o Curso de Fonoaudiologia	1987
Curso de Desenho Industrial	1988
Faculdades de Odontologia do Norte do Paraná; Faculdade de Dança de Londrina; e Faculdade de Informática do Paraná, implantando-se os Cursos de Odontologia, Dança e Tecnologia em Processamento de Dados.	1989
Visando agilizar sua administração, deu-se a primeira tentativa de unificação dessas faculdades (mencionadas acima). Reunidas ainda simbolicamente sob a sigla “FEFT”, receberam o nome de Faculdades de Educação e Formação Integradas do Norte do Paraná.	1990

Fonte: adaptado de Unopar, 2020a.

É importante ressaltar que, em 2 de junho de 1992, o Conselho Federal de Educação aprovou a unificação sob a designação de: “Faculdades Integradas Norte do Paraná – Unopar”, considerado um passo importante para a sua transformação em Universidade. No ano seguinte:

A UNOPAR absorveu os cursos de duas instituições sediadas em Araçongas: a Sociedade Educacional Centro e Norte do Paraná – SECENP, com os cursos de Matemática, Química, Ciências Sociais, Letras e Educação Física, ministrados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araçongas – FAFICLA; e a Fundação Educacional de Araçongas, com os cursos de Administração e Ciências Contábeis, até então ministrados pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Araçongas – FAC. (BRASIL, 2009, p. 2).

Posteriormente, a Unopar foi credenciada como Universidade, em 3 de julho de 1997, por meio do Decreto Federal nº 126, de 4 de julho de 1997, publicado no Diário Oficial, e passou a ser denominada “Universidade Norte do Paraná Unopar” (BRASIL,1997). E, em 1999, foram criados os Centros Universitários apresentados no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Centros Universitários – Unopar

CENTROS UNIVERSITÁRIOS	ANO
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET ⁵⁶	1999
Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas.	2001

Fonte: adaptado de Unopar, 2020a; Silva, 2019.

Para Silva (2019), a história da Unopar está diretamente relacionada ao empreendedorismo educacional, adotando uma perspectiva de negócios e oportunidades conforme as demandas do mercado. As alterações institucionais que ocorreram na Unopar materializam a expansão dessa instituição.

A partir dos anos 2000, a Unopar passou a obter visibilidade pelo mercado empresarial. Em 2002, foi aprovada, por meio da Portaria MEC nº 3.052, a criação do *campus* na cidade de Bandeirantes, iniciando suas atividades em 2003 e, posteriormente, expandindo-se para outras cidades e estados, localizando-se em todo o território brasileiro (UNOPAR, 2020) como detalha o Projeto de Lei nº 00258/2009:

A partir de seu credenciamento, a UNOPAR implementou um plano de expansão, contando, atualmente, com vários cursos de graduação e sequenciais de formação específica, cursos no Sistema de Ensino Presencial Conectado – Modalidade a Distância, mestrados Acadêmico e Profissional e cursos de Pós-Graduação Lato Sensu. (BRASIL, 2009, p. 2).

Até o ano de 2009, a Unopar era composta por três *campi* universitários: Londrina, Araçongas e Bandeirantes, bem como detinha polos de EaD instalados em várias cidades dos diferentes estados do País:

O Campus Universitário de Londrina (Sede) agrega o Centro de Ciências Humanas, Educação, Comunicação e Artes – CCECA, o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, o Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas – CCESA, e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET. O Campus Universitário de Araçongas oferta diversos cursos no Centro de Ciências Humanas, da Saúde, Exatas e Tecnológicas – CCHSET-A. O Campus Universitário de Bandeirantes oferta cursos no Centro de Ciências Humanas, da Saúde, Exatas e Tecnológicas – CCHSET-B. (BRASIL, 2009, p. 3).

⁵⁶ O objetivo principal do CCET é o desenvolvimento de programas de alto nível tecnológico, promovendo a pesquisa e a extensão nessa área (UNOPAR, 2020; BRASIL, 2009).

Com isso, a Unopar ganhou destaque pela oferta de cursos de graduação e pós-graduação, tornando-se a principal instituição com matrículas efetivadas na modalidade a distância (UNOPAR, 2020a).

Em 2009, a instituição ofertava cerca de 29 cursos de graduação presenciais e 13 pelo sistema de EaD. Os *campi* eram frequentados por, aproximadamente, 14.000 estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação, no sistema presencial. Nesse período, a instituição oferecia também mais de 60 cursos de especialização e mestrados nas áreas de Odontologia, Ciência e Tecnologia do Leite, Tecnologia de Informação e Comunicação na Formação em EaD (BRASIL, 2009).

A Unopar se destaca no Brasil e na América Latina pela utilização do Ensino a Distância e, até o ano de 2009, estava presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, com mais de 450 unidades conveniadas. O Ensino a Distância utilizado pela instituição contava com transmissões de aulas via satélite das salas de geração em Londrina em tempo real (BRASIL, 2009).

De iniciativa do Vereador Jairo Tamura, em 27 de agosto de 2009, através do Edifício da Câmara Municipal, de Comissão de Educação, Cultura e Desporto, tornou-se público o Projeto de Lei nº 258/2009 (BRASIL, 2009), que destinou a Unopar à Comenda Ouro Verde, como forma de agradecimento pela contribuição social para a cidade de Londrina:

A Lei nº 3.979, de 6 de julho de 1987 – que institui a Comenda Ouro Verde –, estabelece que esta será conferida a pessoas ou entidades nacionais e estrangeiras que, no campo das atividades científicas, educacionais, culturais, esportivas, administrativas, religiosas e políticas, hajam se distinguido de forma notável ou relevante e tenham contribuído, direta ou indiretamente, para o bem-estar da coletividade londrinense. (BRASIL, 2009, p. 1).

A Unopar, em sua cidade, era reconhecida como uma Universidade de grande relevância, que ganhou a Comenda de Ouro Verde em 2009 com a seguinte justificativa:

[...] considerando a importância dessa instituição londrinense na área da educação, que há mais de 37 anos contribui para consolidar a cidade de Londrina como importante centro universitário do interior do Paraná, com perfil empreendedor, com foco na qualidade do ensino e da vida da comunidade, destacando-se em várias de suas áreas de atuação, entendemos que a proposta merece a acolhida dos membros da Comissão. (BRASIL, 2009, p. 3).

No mesmo ano de 2009, a Unopar tornou-se referência no Ensino a Distância, servindo de modelo para todas as instituições que atuavam nessa área, ao ser a primeira universidade

brasileira a atender aos referenciais de qualidade definidos pela Secretaria de Educação a Distância (SEED)⁵⁷, do MEC (KROTON, 2012).

Naquele período, a Unopar era considerada a maior instituição de Ensino a Distância do Brasil. De 2003 até 2011, a instituição detinha 469 polos credenciados, 422 cidades, 399 polos ativos e 5 *campi* presenciais. “O crescimento histórico de alunos no EaD foi de 2007-2010 com 36,0% de aumento naquele período” (KROTON, 2011a, p. 5).

É importante destacar que a Unopar não foi a primeira instituição a aderir à modalidade de EaD nos cursos de graduação, mas, a partir dos anos 2000, conseguiu se posicionar como uma das líderes dessa modalidade de ensino no cenário brasileiro (SILVA, 2019; KROTON, 2012).

Com essa visibilidade, a Unopar chamou atenção do maior grupo educacional do Brasil, a ex-Kroton Educacional S.A., atual Cogna Educação, que vinha observando o movimento da instituição, com objetivo de adquirir-la para compor a *holding*, na tentativa de expandir e concentrar matrículas a distância no mercado educacional. Dessa forma, é importante sabermos como funciona o grupo Kroton/Cogna e a sua lógica no ensino superior, o que será apresentado a seguir.

3.2 O grupo Kroton/Cogna e a sua lógica no mercado

A Kroton Educacional foi criada em 1966 no Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, com o curso pré-vestibular denominado “Pitágoras”. O cursinho pré-vestibular contava, inicialmente, com 35 alunos e, após dois anos de funcionamento, já detinha mais de 600. Em 1972, os fundadores eram cinco jovens com vontade de crescer no mercado educacional, até concretizarem o primeiro colégio com o nome Pitágoras, o qual era voltado para a educação básica e, posteriormente, ofertando vagas para alunos de 1º e 2º graus (COGNA, 2021a).

Em 1974, esses jovens deram mais um passo em direção ao crescimento da instituição, com o início das operações da maior unidade do Grupo Pitágoras no ensino básico, o Colégio Pitágoras Cidade Jardim. (COGNA, 2021a).

Santos (2016) enfatiza que, nos anos 1980, a Kroton, na busca de driblar a crise econômica, iniciou um processo de migração geográfica, com vistas a não se prejudicar, implementando unidades de ensino em outras cidades, regiões e até fora do país,

⁵⁷ A Secretaria de Educação a Distância foi criada pelo Ministério da Educação por meio do Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996 (BRASIL, 1996).

“Acompanhando empreendimentos de construtora brasileira no Iraque e na Maritânia, o Pitágoras vai dirigir unidades escolares para alunos brasileiros que se encontravam nesses países” (SANTOS, 2016, p. 91).

Segundo a Cogna (2021a), no início dos anos 1990, o grupo buscou um modelo diferenciado para a expansão do ensino básico, no qual criou a Rede Pitágoras e, posteriormente, a Fundação Pitágoras, para viabilizar projetos educacionais em instituições públicas e privadas, como parte de um projeto para perenizar a organização (COGNA, 2021a).

No início dos anos 2000, e com a mudança do marco regulatório do setor educacional, criou-se a primeira Faculdade Pitágoras, com um novo sistema de ensino e uma metodologia exclusiva criada em parceria com uma das maiores companhias de educação do mundo – a *Apollo Group International*⁵⁸, dona da maior universidade privada dos Estados Unidos, a *Arizona University* (COGNA, 2021a, grifo nosso).

Para Sguissardi (2016), a associação da Pitágoras com a *Apollo Group International* marcou a participação do setor financeiro no mercado educacional em tempos de mundialização do capital com predominância financeira, cuja iniciativa deu abertura a um intenso movimento de grandes conglomerados em busca de expansão e lucro.

No entanto, a parceria entre elas durou até 2005, quando a *Apollo Group International* decidiu vender a sua participação aos fundadores (COGNA, 2021a, grifo nosso). A ação desfeita abriu as portas para a realização de aquisições da Kroton com outras instituições de pequeno porte pelo país (SANTOS, 2016).

O ano de 2007 ficou marcado pela abertura de capital do Pitágoras na BM&FBovespa, com o nome Kroton Educacional (KROT11)⁵⁹, possibilitando a consolidação de uma fase de grande expansão e desenvolvimento do grupo. Em 2009, a Kroton recebeu um novo aporte financeiro de um dos maiores fundos de *private equity* do mundo, a *Advent International*, que, a partir de então, compartilharia o controle da Companhia com os sócios fundadores (COGNA, 2021a). Após a sua entrada na BM&FBovespa, a Kroton realizou várias aquisições de outras instituições, como podem ser observadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Aquisições realizadas pela Kroton

MÊS/ANO	MANTENEDORAS/IES	VALOR R\$
Janeiro/2008	Administração de Ensino Superior de Guarapari Ltda. – AESG	4.600.000,00

⁵⁸ Empresa parceira para investimentos estrangeiros do Apollo Group, com sede no Estado do Arizona nos Estados Unidos (SEBIM, 2014; SANTOS, 2016; REIS, 2019; SEKI, 2020).

⁵⁹ Quando esse grupo chegou à Bovespa, possuía apenas oito faculdades e, somente em um ano, já possuía 25 IES espalhadas pelo país (CHAVES, 2010).

Janeiro/2008	75% do capital social da Nova Associação Brasileira de Educação e Cultura Ltda. – NABEC	150.000,00
Março/2008	União Educacional Minas Gerais S.A. – Faculdade Uniminas	22.000.000,00
Abril/2008	Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura S.A. – SUESC	31.500.000,00
Abril/2008	Sociedade Capixaba de Educação Ltda. – Faculdade Unilinhares	15.000.000,00
Abril/2008	Instituto de Ensino de Rio Claro e Representações Ltda. – IERC – Faculdade CBTA	3.587.200,00
Junho/2008	Centro de Ensino e Pesquisa Odontológica Ltda. – CEPEO, entidade mantenedora da Faculdade de Tecnologia de Londrina – FATEC.	400.000,00
Junho/2008	Sociedade Educacional de Teixeira de Freitas Ltda., entidade mantenedora da Faculdade de Teixeira de Freitas – FACTEF.	8.200.000,00
Março/2010	IUNI Educacional S.A. ⁶⁰	191.753.856,39
Mai/2011	Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda. – CEAMA, Sociedade mantenedora da Faculdade Atenas Maranhense – FAMA.	28.400.000,00
Julho/2011	União de Ensino de Vila Velha Ltda., Sociedade mantenedora da Faculdade Educacional de Ponta Grossa.	7.850.000,00
Novembro/2011	União Sorrisense de Educação Ltda. – USE, Sociedade mantenedora da Faculdade de Sorriso – FAIS.	5.424.000,00
Dezembro/2011	União Norte do Paraná de Ensino Ltda. – Universidade Norte do Paraná Unopar	1.300.000.000,00
Abril/2012	União Educacional Cândido Rondon – UNIRONDON, Sociedade mantenedora do Centro Universitário Cândido Rondon.	22.000.000,00
Mai/2012	Grupo Uniasselvi, que inclui as mantenedoras das instituições de ensino: Centro Universitário Leonardo da Vinci; Faculdade Metropolitana de Blumenau, Faculdade Regional de Timbó; Faculdade do Vale do Itajaí Mirim, Faculdade Metropolitana de Rio do Sul e Faculdade Metropolitana de Guaramirim.	510.000.000,00
Abril/2014	Fusão com Anhanguera Educacional S.A.	-
Abril/2018	Centro Educacional Leonardo Da Vinci ⁶¹	-
Abril/2018	Grupo Somos Educação ⁶²	-
Janeiro/2019	Centro de Ensino Superior de Marabá, Parauapebas e Paragominas ⁶³	-
Janeiro/2020	Sociedade A & R Comércio e Serviços de Informática Ltda. – “Pluri” ⁶⁴	-
Março/2020	Eduquer Serviços Educacionais Ltda. ⁶⁵	-
Novembro/2020	Meritt Informação Educacional Ltda – ME (“Meritt”), empresa que se dedica ao desenvolvimento, à comercialização e à exploração de sistemas, plataformas de ensino e atividades relacionadas, inclusive internet.	-

Fonte: adaptado de Santos, 2016, p. 94-97; Cogna, 2020b; Tricontinental, 2020.

⁶⁰ “Após essa aquisição, Rodrigo Galindo tornou-se diretor de operações da Kroton e, alguns meses mais tarde, como diretor-executivo, dirigia toda a companhia. Aproximadamente 25% dos trabalhadores da Iuni foram demitidos no processo de aquisição pela Kroton” (MEIBAK, 2014 *apud* SEKI, 2020, p. 227).

⁶¹ É o primeiro Colégio da educação básica a integrar a *holding* Kroton/Cogna.

⁶² A Somos Educação atua no mercado de educação básica com escolas próprias, cursos pré-vestibulares e de idiomas, além de sistemas de ensino e livros. É dona das editoras Ática, Scipione e Saraiva, do Anglo, da escola de inglês Red Ballon, entre outros negócios (COGNA, 2020b).

⁶³ Conforme a Kroton (2019b, p. 140), “A aquisição está em linha com os planos de expansão da Companhia, e visa à atuação no portfólio complementar de educação superior, passando a ter presença também em educação superior na região Norte do Brasil”.

⁶⁴ Somos Sistemas concluiu, em 13 de fevereiro de 2020, a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social da Sociedade Mind Makers Editora Educacional Ltda. (“Mind Makers”). O principal objetivo dessas aquisições é seguir o plano de expansão no setor B2B de ensino básico da Companhia (COGNA, 2020b, p. 78).

⁶⁵ Nessa aquisição, ocorreu compra e venda de *quotas* e outras avenças, a controlada EDE realizou a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social da empresa Eduquer Serviços Educacionais Ltda. O objetivo dessa aquisição é aumentar a capacidade do grupo em atender aos seus mais diversos polos e mantenedoras de ensino (COGNA, 2020b, p. 78).

Desde 2008, foram realizadas mais de 20 aquisições pelo grupo. Conforme a Kroton (2014a, p. 15), “Somos resultado de aquisições de empresas e do contínuo processo de aquisição de ativos e negócios, fato que constitui elemento importante da nossa estratégia de expansão”. Isso demonstra a veracidade de se expandir no mercado educacional, tanto no ensino superior quanto na educação básica por meio da marca Somos Educação.

A nomenclatura de Fusões e Aquisições (F&A) representa a realização de crescimento externo ou compartilhado de uma corporação que se concretiza através da combinação de negócio e de realização societária (BOTREL, 2017). No entanto, é importante destacar que há uma diferença significativa entre elas:

[...] *fusão* (negócio jurídico por meio do qual duas ou mais sociedades se unem para a formação de uma terceira, que as sucederá em todos os direitos e obrigações, extinguindo-se as corporações fundidas) e *aquisição* (negócio jurídico que tem como efeito a transferência da propriedade de um bem, mediante pagamento de um preço), isoladamente considerados. (BOTREL, 2017, p. 23, grifo do autor).⁶⁶

Para Chesnais, as eventualidades de F&A existem em decorrência de investimentos internacionais dos grandes conglomerados mundiais, que engendram estruturas de oferta altamente concentradas para ganhar mercado. E diante desse processo, “[...] houve o surgimento de oligopólios mundiais num número crescente de indústrias [...]” (CHESNAIS, 1996, p. 33).

Para a realização de F&A no Brasil, deve haver a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que é uma autarquia Federal Brasileira, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, componente do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (CADE, 2022). Essa autarquia fiscaliza os riscos de monopólio no mercado, entre eles, a venda e a compra de IES privadas.

Segundo a Kroton (2014a), adquirir instituições de ensino superior privadas agrega valor ao processo de integração:

Entendemos que o mercado de Ensino Superior do Brasil é altamente fragmentado, com mais de 2.300 instituições de Ensino Superior privadas, o que nos traz diversas oportunidades de consolidação. **Priorizaremos aquisição de instituições de Ensino Superior** com as seguintes características: (i) **instituições localizadas nas regiões de maior crescimento do PIB do Brasil: regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste;** (ii) **regiões nas quais nossas marcas são conhecidas;** e (iii) instituições de médio porte, preferencialmente entre 3,0 mil e 7,0 mil alunos. Temos experiência em conduzir processos de aquisição e integração de instituições de Ensino Superior aplicando nosso modelo de negócios padronizado e acreditamos que conseguiremos utilizar essa experiência em futuras aquisições para agregar valor à Companhia. (KROTON, 2014a, p. 145, grifo nosso).

⁶⁶ Para maior compreensão dos conceitos, ver Botrel (2017).

Vale, Carvalho e Chaves (2014) enfatizam que o processo de fusão e aquisição realizados pelos grupos educacionais privados brasileiros está ligado à capacidade de captação de capital nos mercados via BM&FBovespa. Nesse caso, a Kroton/Cogna se utiliza dessas operações para se expandir, adquirindo instituições de menores portes e comandando-as conforme as regras do mercado.

Além disso, a Kroton/Cogna realiza mais aquisições do que fusões, devido à regulamentação jurídica. A instituição que se fundiu com a Kroton/Cogna foi a Anhanguera Educacional S.A., fusão iniciada em abril de 2013 e encerrada em 2014. Enquanto as demais instituições foram adquiridas, detendo a Kroton/Cogna 100% do capital social delas.

A fusão com a Anhanguera merece destaque na pesquisa, por estar envolvida em um processo jurídico identificado pelo CADE junto à Universidade Pitágoras Unopar no segmento a distância. A Kroton adquiriu a Unopar em 2011 (o que será explicado com mais detalhes no decorrer do texto), e a Uniasselvi, em 2012 (ver Quadro 6).

No ano de 2014, a Kroton se fundiu com a Anhanguera Educacional, no entanto, houve impedimento nesse processo pelo CADE, uma delas implicou o não funcionamento de alguns cursos de graduação da Universidade Pitágoras Unopar, fato este que fez com que a Anhanguera Educacional assumisse um papel de destaque na pesquisa.

A Anhanguera Educacional foi fundada em 1994 na cidade de Leme, estado de São Paulo. Sua participação no mercado de ações se deu a partir de 2007, quando abriu seu capital na Bolsa de Valores, negociada com o código “AEDU3”. Conforme Santos (2018), a Anhanguera passou a negociar suas ações na BM&FBovespa com as empresas Petrobras e Ambev, mostrando ao mercado em geral e a todas as IES privadas que uma instituição de ensino poderia gerar mais lucros por meio da maximização do valor acionário da empresa.

Devido a tal crescimento, a Kroton era sua rival concorrente no *ranking* dos maiores grupos educacionais privados no Brasil, e viu a possibilidade de se unir à Anhanguera. Juntas, elas se tornariam o maior grupo educacional do Brasil e da América Latina, o que não demorou muito para acontecer.

O processo se iniciou no dia 22 de abril de 2013, quando a Kroton divulgou a fusão no *site* oficial por meio do documento *Anhanguera e Kroton associação*, em que constavam as estratégias de aumentar seu mercado educacional para “[...] alcançar a criação de uma empresa de educação única com forte presença no Ensino Superior Presencial, Ensino a Distância e Educação Básica” (KROTON, 2013c, p. 1).

A operação dessa fusão precisava da aprovação do CADE. Diante disso, a Kroton divulgou o relatório “Fato relevante” do ano de 2013, em que constavam os encaminhamentos

do processo, destacando que foi encerrada a fase de análise do caso no âmbito da Superintendência Geral do CADE (“SG”) “[...] devendo o processo ser, dentro do trâmite previsto no Art. 57, II da Lei nº 12.529/2011 e no Regimento Interno do CADE, remetido ao Tribunal do CADE nos próximos dias” (KROTON, 2013c, p. 1).

De acordo com o parecer técnico do CADE, foram identificados a concorrência da oferta de determinados cursos de graduação presencial e a distância, e, sobretudo, o risco de monopólio no setor educacional, uma vez que, na junção entre Kroton e Anhanguera, “[...] haveria *“um total de 51.150 alunos [das Companhias] nesses mercados”* [...]” (KROTON, 2013c, p. 1, grifo do autor).

[...] c) considerando o cenário municipal, nos termos do Parecer Técnico da SG: (i) uma eventual restrição no segmento presencial representaria *“2,7% do total de alunos das partes na graduação presencial no Brasil, em conjunto”*; e (ii) no segmento EAD, haveria *“necessidade de intervenção em 171 mercados/cursos, localizados em 55 municípios distintos”*. Segundo o parecer, haveria *“um total de 51.150 alunos [das Companhias] nesses mercados”*, sendo 26.964 alunos Anhanguera e 23.996 alunos da Kroton, o que representa, respectivamente, 6,9% e 6,2% do total de alunos das Companhias em graduação EAD, em conjunto; d) as Companhias esclarecem que o Parecer Técnico da SG também analisou o segmento EAD em âmbito nacional, onde a concentração entre as Companhias seria elevada; razão pela qual, seguindo o rito previsto na Lei nesses casos, submeteu sua *“impugnação”* [...] para que este avalie, segundo seu juízo, *“eventuais remédios, impostos ou via acordo com as partes, que solucionem os problemas concorrenciais identificados”*, como condição para a aprovação da associação entre as Companhias [...] (KROTON, 2013c, p. 1, grifos do autor).

Nesse sentido, a Anhanguera detinha cerca de 26.964 alunos, e a Kroton, 23.996 alunos, o que representava, respectivamente, 6,9% e 6,2% do total de alunos das companhias em graduação EaD em conjunto, logo, o CADE impediu o processo de associação entre elas, por detectar o risco de monopólio (KROTON, 2013b).

O impedimento da fusão ocorreu devido à grande participação no mercado das IES, na qual ambas teriam mais de 51 mil alunos, um número expressivo que comandaria o setor educacional de nível superior a distância. De acordo com o CADE, não poderia haver monopólio, tendo em vista que deve haver concorrência nos mercados, logo, era necessário um impedimento. A Kroton, em sua defesa, divulgou uma nota ao mercado informando que tanto a própria Kroton quanto a Anhanguera iriam solucionar tal problema, para que a fusão fosse efetivada junto ao tribunal do CADE (KROTON, 2013c).

Posteriormente, a Kroton divulgou outras implicações que o CADE identificou:

O CADE identificou preocupações concorrenciais decorrentes da Operação em relação a determinados cursos EAD ofertados pela Universidade Norte do Paraná –

Unopar, e pela **Universidade Anhanguera** – Uniderp em determinados municípios onde a Uniasselvi não está presente atualmente, ou onde a Uniasselvi, apesar de presente, não oferta o curso em questão. A relação completa dos cursos EAD/municípios em relação aos quais o CADE entende que o Desinvestimento EAD não seria suficiente para afastar, por si só, as preocupações concorrenciais identificadas é apresentada no **Anexo 2 – ACESSO RESTRITO**. (KROTON, 2014e, p. 43, grifo do autor).

O CADE identificou que a Kroton já detinha a Unopar, uma das maiores IES no mercado a distância, e que a união das duas tornaria a Kroton monopólio no segmento de EaD no Brasil de nível superior. Logo, o CADE divulgou que era necessário limitar a expansão do EaD na Unopar e na Anhanguera.

Tentamos identificar quais os municípios que foram identificados preocupações concorrenciais, no entanto, não foi possível. O documento “Protocolo de incorporação”, informou que esse tipo de informação é restrito.⁶⁷ Com o objetivo de eliminar tais preocupações, a Kroton e a Anhanguera se obrigaram a adotar as seguintes medidas:

Com relação aos municípios listados no **Anexo 2 – ACESSO RESTRITO**, as Compromissárias se comprometem a: (a) suspender a captação de novos alunos nos cursos identificados como problemáticos pelo CADE, naquela localidade específica, por uma das mantenças de EAD das compromissárias (**Unopar ou Uniderp**), e (b) limitar o número de alunos que poderá ser captado pela outra mantença de EAD, das compromissárias para aquele curso específico, no município em questão. [**ACESSO RESTRITO**]. (KROTON, 2014e, p. 43, grifo do autor).

Entre as limitações que o CADE impôs, estaria a limitação de expansão nacional do Ensino a Distância da Unopar (nesse período de 2014, a IES era denominada Universidade Norte do Paraná Unopar) e da Anhanguera-Uniderp.

Diante a Unopar, ela não poderia ofertar os cursos EaD de Administração, Ciências Contábeis, Gestão de Pessoal/Recursos Humanos, Gestão Hospitalar, Gestão Logística, Pedagogia e Serviço Social nos municípios listados (acesso restrito). Nos municípios onde a Anhanguera-Uniderp já estava presente, havia oferta dos mesmos cursos EaD mencionados acima. Além disso, a própria Anhanguera-Uniderp também não poderia ofertá-los em tais municípios (acesso restrito) onde a Unopar já ofertava (KROTON, 2014e).

Notamos que o grande impasse estava na oferta dos cursos especificamente na modalidade de Ensino a Distância, que já teria uma grande participação no mercado em questão. Infelizmente não foi possível identificar as informações acerca dos municípios nem prazos para

⁶⁷ Para mais detalhes, ver Kroton (2014e, p. 41).

serem entregues ao CADE sobre essa relação entre Unopar e Anhanguera - Uniderp, tendo em vista que o próprio relatório informa que esse tipo de informação é restrito (KROTON, 2014e).

Diante disso, a Kroton divulgou, em março de 2014, que a Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE emitiu um parecer da solução da fusão entre Kroton e Anhanguera, indicando que “[...] a transferência de mantença de uma instituição de ensino seria uma solução para as preocupações concorrenciais identificadas pela Superintendência-Geral em relação ao Acordo de Associação no segmento de graduação à distância” (KROTON, 2014d, p. 1).

Logo, a Kroton se comprometeu “[...] a alienar a Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. (“Uniasselvi”), sociedade detentora do Centro Universitário Leonardo da Vinci [...]” (KROTON, 2014e, p. 42).⁶⁸

Segundo Santos (2018), esse processo de venda se iniciou em outubro de 2015 e foi celebrado em 29 de fevereiro de 2016. Nele, a Kroton vendeu a Uniasselvi para a Treviso Empreendimentos e Participações S.A., que é controlada pelos fundos Carlyle e Vinci Partners, por R\$ 1,1 bilhão. Em relação ao período desta pesquisa (2023), a Uniasselvi pertence ao grupo educacional Vitru, que também atua fortemente no ensino superior, sobretudo, a distância.

O acordo de associação foi aprovado em 14 de maio de 2014, em caráter definitivo, pelo CADE, mas com algumas condições. Segundo a revista Exame, havia algumas restrições:

A aprovação ocorreu após acordo das empresas com o órgão de defesa da concorrência. As restrições previstas no acordo incluem a venda de operações de ensino a distância (EAD) da catarinense Uniasselvi, comprada pela Kroton em 2012 por 510 milhões de reais. O acordo prevê ainda que as empresas vão limitar a captação de alunos em alguns cursos de EAD em 48 cidades até 2017. As companhias também se comprometeram a não utilizarem suas bandeiras ao mesmo tempo para obterem novos alunos em cursos EAD em cidades em que as duas vão atuar. (EXAME, 2014, n.p).

Apesar de, judicialmente, existir o CADE para regular, supervisionar e barrar o monopólio nos mercados, pudemos ver que a fusão da Kroton e da Anhanguera não foi totalmente impedida, tendo em vista que a concretização da fusão ocorreu em maio de 2014, e a venda da Uniasselvi, somente no ano de 2016. Ou seja, foram, aproximadamente, dois anos que a Kroton teve para burlar os contratos e transferir alunos da Uniasselvi para uma de suas marcas/IES, uma vez que a companhia não queria perdê-los, pois isso implicaria a diminuição tanto das matrículas em EaD quanto, conseqüentemente, das receitas financeiras.

⁶⁸ A Uniasselvi foi adquirida pela Kroton no ano de 2012 (ver Quadro 6).

Conforme Seki (2020, p. 222), “foi a primeira grande fusão de ensino operada dentro dos mecanismos da bolsa de valores pela reconversão de ativos financeiros”. Para Chaves, essa fusão criou a maior empresa de serviços educacionais do mundo, “[...] com um valor de mercado estimado de R\$ 22 bilhões. As empresas concentram, juntas, mais de 1 milhão de alunos” (CHAVES, 2016, p. 6).

Com isso, percebemos que a Kroton/Cogna preferiu permanecer com a marca/IES Unopar em vez da Uniasselvi, sendo ambas fortemente conhecidas pelo mercado de EaD e, conseqüentemente, responsáveis pelo crescimento a distância do grupo Kroton. Isso mostra que a Unopar é significativa para o grupo Kroton/Cogna e que possui forte relação com a marca e com as ações da Companhia.

Contudo, ao analisarmos novamente o Quadro 6, destacamos o ano de 2011, em que o grupo Kroton/Cogna realizou quatro aquisições: CEAMA, FAMA, União de Ensino de Vila Velha Ltda. e USE/FAIS, e, por último, a Unopar, ao final do ano. Realizando “A maior aquisição da história da educação, a UNOPAR e torna-se líder no setor de educação a distância do Brasil” (KROTON, 2011a, p. 10).

Costa (2016) destaca que as aquisições realizadas no ano de 2011 geraram um gasto alto para a Kroton, chegando “[...] a aproximadamente R\$ 1,35 bilhão, onde só a [...] UNOPAR, a maior IES a distância no país, teve a [...] média paga por estudante de R\$ 6.274,0” (COSTA, 2016, p. 290).

A Kroton/Cogna encerrou o exercício de 2011 com 102 mil alunos no ensino superior presencial e a distância, distribuídos entre suas 40 unidades de ensino. “Em 2011, houve quatro aquisições, com destaque para a aquisição da UNOPAR, acrescentando 399 polos ativos de graduação de Ensino a Distância” (KROTON, 2012, p. 9).

Diante de todo os processos que envolveram a Universidade Pitágoras Unopar no segmento a distância com a Kroton, desde a aquisição e a fusão da Anhanguera, daremos destaque à aquisição da Unopar para revelarmos os motivos que levaram a Kroton a investir um valor maior que os investimentos anteriores nas demais instituições, bem como a ter escolhido a Unopar em vez da Uniasselvi no processo jurídico entre a fusão da Kroton com a Anhanguera.

3.3 O processo de aquisição da Unopar pela Kroton

Para iniciar essa discussão, podemos mencionar dois motivos que levaram a Kroton a adquirir a Unopar. Primeiro: por ser uma *holding*, a Kroton está no mercado de Bolsa de

Valores, um mundo corporativo de negócios. Nesse ramo, há uma intensa movimentação de compra e venda de ações na Bolsa para se ganhar mercado por meio de F&A, na busca por concentrar instituições e, conseqüentemente, matrículas para se expandir.

Além disso, procura adquirir marcas já consolidadas no mercado educacional, evitando um novo processo, com vistas a agregar valor a uma nova marca. “[...] Pretendemos adquirir instituições de Ensino Superior para aumentar nossa base de alunos e nossos mercados de atuação” (KROTON, 2014a, p. 145).

Segundo: a Kroton já vinha monitorando os movimentos da Unopar desde 2009, quando foi referência como modelo de instituição no Ensino a Distância, mesmo ano em que foi reconhecida pelo Vereador de Londrina como Comenda Ouro Verde e pela SEED.

O documento que apresenta a aquisição da Unopar pela Kroton corresponde ao Protocolo e Justificação de Incorporação (2012). Nesse relatório, consta a análise da antiga mantenedora da Unopar, a União Norte do Paraná de Ensino Ltda., sociedade empresária limitada com sede em Londrina, que contava com outras duas sociedades empresariais limitadas: M.B.L. Participações Societárias Ltda., representada pelo empresário Marcos Laffranchi⁶⁹, e a E.L.B. Participações Societárias Ltda., representada pela Elisabeth Bueno Laffranchi⁷⁰. Ambas compõem as sociedades incorporadas no referido documento (KROTON, 2012).

O documento supracitado procede às análises para a aquisição das sociedades incorporadas pelo grupo Kroton, em conformidade com os Arts. 224 a 227 da Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404/76, juntamente com as instruções da CVM, e decide aprovar o protocolo para a justificação e as condições propostas para a incorporação (KROTON, 2012).

O Art. 224 apresenta que, para as condições de incorporação, fusão ou cisão com incorporação em sociedade existente, deve haver um protocolo firmado pelos órgãos de administração ou pelos sócios das sociedades interessadas. E inclui outras medidas:

I - o número, espécie e classe das ações que serão atribuídas em substituição dos direitos de sócios que se extinguirão e os critérios utilizados para determinar as relações de substituição; II - os elementos ativos e passivos que formarão cada

⁶⁹ “Sociedade empresária limitada, constituída em 31 de janeiro de 2012, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.989.387/0001-65, com sede no Município de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Pedro Botelho de Rezende, 1.099, Jardim Burle Marx, CEP 86047-780, com seus atos constitutivos devidamente registrados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná (‘JUCEPAR’)” (KROTON, 2012, p. 2).

⁷⁰ “Sociedade empresária limitada, constituída em 31 de janeiro de 2012, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.989.492/0001-02, com sede no Município de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Pedro Botelho de Rezende, 1.099, Jardim Burle Marx, CEP 86047-780, com seus atos constitutivos devidamente registrados perante a JUCEPAR” (KROTON, 2012, p. 2).

parcela do patrimônio, no caso de cisão; III - os critérios de avaliação do patrimônio líquido, a data a que será referida a avaliação, e o tratamento das variações patrimoniais posteriores; IV - a solução a ser adotada quanto às ações ou quotas do capital de uma das sociedades possuídas por outra; V - o valor do capital das sociedades a serem criadas ou do aumento ou redução do capital das sociedades que forem parte na operação; VI - o projeto ou projetos de estatuto, ou de alterações estatutárias, que deverão ser aprovados para efetivar a operação; VII - todas as demais condições a que estiver sujeita a operação. (BRASIL, 1976, n.p).

O protocolo de justificação é obrigatório para o grupo e deve atender às exigências da Lei das S.A., bem como divulgar resultados após a incorporação e as suas mudanças, a exemplo do aumento de patrimônio líquido e do aumento de capital social da empresa, bem como apresentar o exercício social, o qual possui o término no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que são levantados o balanço geral e os demais demonstrativos exigidos por lei. (BRASIL, 1976). Nesse sentido, o Art. 227 determina:

A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações. § 1º A assembleia-geral da companhia incorporadora, se aprovar o protocolo da operação, deverá autorizar o aumento de capital a ser subscrito e realizado pela incorporada mediante versão do seu patrimônio líquido, e nomear os peritos que o avaliarão. § 2º A sociedade que houver de ser incorporada, se aprovar o protocolo da operação, autorizará seus administradores a praticarem os atos necessários à incorporação, inclusive a subscrição do aumento de capital da incorporadora. § 3º Aprovados pela assembleia-geral da incorporadora o laudo de avaliação e a incorporação, extingue-se a incorporada, competindo à primeira promover o arquivamento e a publicação dos atos da incorporação. (BRASIL, 1976, n.p).

O referido artigo especifica os requisitos e as ações a serem executadas, a fim de que o processo de incorporação se concretize. E após a aprovação do relatório em assembleia, a incorporada passa a ser extinta e se torna acionista da Kroton Educacional S.A. (KROTON, 2012).

Aquisição da UNOPAR de 15.12.2011. A Incorporação das Sociedades Incorporadas é proposta no âmbito da segunda etapa da operação de aquisição, pela Kroton (direta ou indiretamente), das quotas representando a totalidade do capital social da União Norte do Paraná de Ensino Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.234.583/0001-14, com sede no Município de Londrina, no Estado do Paraná, na Rua Marselha, 183, Jardim Piza, CEP 86041-140, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCEPAR sob o NIRE 41.205.405.171 [...] (KROTON, 2012, p. 4).

A aquisição ocorreu em dezembro de 2011, aprovada pelo CADE, mas só se tornou pública no relatório de avaliação em setembro de 2012, devido às regulamentações da KPMG. E o relatório só poderia ser divulgado após a apresentação em assembleia para os acionistas da Kroton.

Com esse contrato de associação, a Editora e Distribuidora Educacional S.A.⁷¹, subsidiária integral da Kroton, oficializou os novos sócios da Unopar ao concordarem com as condições presentes. A referida editora realizou a compra de *quotas*, representando 80% do capital social da Unopar (KROTON, 2012).

A operação de incorporação pela Kroton ocorre por meio de *quotas*, de emissão de *units* e de ações, podendo ser: ordinárias e preferenciais. Segundo a BM&FBovespa (2022), *units* são ativos compostos por mais de uma classe de valores mobiliários, como uma ação ordinária e um bônus de subscrição, por exemplo, negociados em conjunto. As *units* são compradas e/ou vendidas no mercado como uma unidade (BM&FBOVESPA, 2022).

No geral, as ações são valores mobiliários emitidos por Sociedades Anônimas, representativos de uma parcela do seu capital social, consideradas como títulos de propriedade que conferem aos seus detentores (investidores) a participação na sociedade da empresa. Tais ações são emitidas por empresas que desejam, principalmente, captar recursos para desenvolver projetos que viabilizem o seu crescimento. (BM&FBOVESPA, 2022).

No entanto, há duas formas de ações, as ordinárias, que dão ao seu detentor o direito de voto nas assembleias de acionistas, e as preferenciais, que permitem o recebimento de dividendos em valor superior ao das ações ordinárias, bem como a prioridade no recebimento de reembolso do capital (BM&FBOVESPA, 2022).

Com isso, foram emitidas ações para a Unopar (MBL-ELB), que representa 13.877.460 *units* da Kroton, compostas. Esses *units* representam também as ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais (KROTON, 2012).

Diante disso, o valor pago em aquisições que são regulamentadas pela Lei das S.A. não caracteriza apenas “dinheiro”, por estar no mercado ações, caracteriza *units* ou *quotas*. (BRASIL, 1976).

A Editora e Distribuidora Ltda., subsidiária da Kroton, adquiriu 80% do capital social da Unopar, os 20% são compostos pelos titulares de *quotas*, emissão da Unopar em aumento

⁷¹ “Editora e Distribuidora Educacional S.A. (“Editora”), celebrou em 09 de dezembro de 2011 com o Banco Bradesco BBI S.A. uma proposta para captação de recursos no Mercado Local no montante de R\$550,0 milhões através da emissão de debêntures conforme Instrução CVM 476/09. A proposta visava à emissão de debênture pelo prazo de 7 anos, com 2 anos de carência para amortização do principal, com juros de CDI + 2,0% a.a., base de 252 dias úteis, pagos em parcelas semestrais. A operação previa um financiamento ponte, totalmente vinculado, até a distribuição da debênture através de Notas Promissórias ou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) do Banco Bradesco S.A., nas mesmas condições de juros das debêntures, de forma que a liquidação da CCB pela subscrição das debêntures fosse feita sem impacto no caixa da empresa. A Editora contratou, em 15 de dezembro de 2011, com base nesta proposta, uma CCB no valor de R\$ 550,0 milhões, com vencimento em 06 de janeiro de 2012, posteriormente prorrogado para 13 de janeiro de 2012, data de subscrição das Debêntures. Os recursos captados foram utilizados na mesma data para o pagamento da primeira parcela da aquisição da UNOPAR. O saldo desta CCB em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 553,0 milhões” (KROTON, 2013b, p. 9).

de capital das Sociedades Incorporadas (MBL-ELB), à proporção de 50% para cada uma das sociedades incorporadas (KROTON, 2012). A Figura 1, a seguir, mostra essa hierarquia da aquisição.

Figura 1 – Hierarquia da aquisição



Fonte: adaptado de Kroton, 2012.

Logo, o capital social da Unopar é dividido entre seus sócios conforme apresentado na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 – Divisão do capital social – Unopar

SÓCIO	NÚMERO DE QUOTAS	PERCENTUAL
Editora	64.501.440	80%
MBL	8.062.680	10%
ELB	8.062.680	10%
TOTAL	80.626.800	100%

Fonte: Kroton, 2012, p. 2.

Como dito anteriormente, a MBL é representada pelo Sr. Marco Antônio Laffranchi, e a ELB, pela Sra. Elisabeth Bueno Laffranchi. Com isso, ocorreram as definições das incorporações, nas quais a Kroton passou a deter, diretamente e através da Editora, a totalidade das *quotas* de emissão da Unopar. Logo, os sócios da Kroton receberam ações correspondentes às ações ordinárias, preferenciais e *units* ou *quotas* (KROTON, 2012).

Para as empresas de capital aberto na Bolsa de Valores, seu capital é representado por ações, como observado acima no processo de aquisição, que se dá formalmente por ações. As ações podem ter vários tipos de classificação, mas, nesse caso, as ações ordinárias e preferenciais são as que mais importam. Para Nakatani (2021, p. 116),

As primeiras dão direito a voto nas assembleias e as outras têm preferência no pagamento dos dividendos. Assim, uma S.A. com o capital dividido em 50% para cada tipo de ação permite que, com 25% mais uma ação, um único sócio tenha o controle da empresa ou o comando do capital.

Essa forma é uma das estratégias com que as S.A. organizam as suas ações com os acionistas. Logo, a preocupação da empresa está em pagar os dividendos, fortalecer as ações e atrair mais acionistas. Destacamos que o grupo Kroton/Cogna, por ser uma S.A., adequa-se aos processos organizacionais, nos quais não há um único dono/proprietário, mas sim um conjunto de acionistas, e essa forma de organização é uma das estratégias de mercado.

O mais comum é que os proprietários sejam um conjunto de pessoas ou instituições, variando o seu número e a concentração da propriedade de cada participante. Isto torna difícil personalizar a atuação das companhias e até mesmo de atribuir responsabilidade jurídica a indivíduos quando a empresa comete algum ato ilícito [...] (TRICONTINENTAL, 2020, p. 7).

Dessa forma, para a empresa S.A., quanto mais acionistas, mais a empresa de capital aberto tende a crescer. Logo, a repartição de ações, *units*, constitui-se essencial no funcionamento de uma S.A., bem como fortalece os dividendos, que, no decorrer dos lucros, serão repartidos entre os acionistas. No entanto, a regulação de incorporação/aquisição requer o atendimento de certos protocolos, entre eles, a mudança de capital social da empresa, nesse caso, da Kroton.

Quadro 7 – Capital social da Kroton antes e depois da aquisição com a Unopar

CAPITAL SOCIAL ANTES	CAPITAL SOCIAL DEPOIS
Ações ordinárias: 350.713.999 (trezentos e cinquenta milhões e setecentos e treze mil e novecentos e noventa e nove)	Ações ordinárias: 364.591.459 (trezentos e sessenta e quatro milhões e quinhentos e noventa e um mil e quatrocentos e cinquenta e nove)
Ações preferencias: 492.607.356 (quatrocentos e noventa e dois milhões e seiscentos e sete mil e trezentos e cinquenta e seis)	Ações preferenciais: 575.872.116 (quinhentos e setenta e cinco milhões e oitocentos e setenta e duas mil e cento e dezesseis)

Fonte: adaptado de Kroton, 2012, p. 3.

Vale destacar que, após a incorporação, a incorporada (União Norte do Paraná de Ensino Ltda.) passou a ser extinta, conforme o Art. 227 da Lei das Sociedades Anônimas (KROTON, 2012).

Com isso, as sociedades incorporadas (MBL-ELB) passaram a ser sócias da Kroton, no entanto, ambas não possuem qualquer outro ativo relevante ou passivo, exceto por suas respectivas participações societárias detidas no capital social da Unopar, que representam

20%. Esses 20% constituem a base do direito de ações da Kroton, bem como terão os mesmos direitos atribuídos às demais ações (ordinárias ou preferenciais, conforme o caso) de emissão da Kroton, e participarão de todos os benefícios, inclusive dividendos e remuneração de capital, que forem declarados pela Companhia (KROTON, 2012).

Por conseguinte, foi analisado o Patrimônio Líquido Contábil das incorporadas, no qual foi feito um Balanço de Base Auditados, com base no Patrimônio Líquido da MBL e da ELB. O Patrimônio Líquido da MBL totalizava R\$ 8.063.680,00; e o Patrimônio Líquido da ELB totalizava o mesmo valor, referente aos R\$ 8.063.680,00 (KROTON, 2012).

Quadro 8 – Patrimônio líquido da Kroton antes e depois da aquisição com a Unopar

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ANTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DEPOIS
<p>R\$ 16.127.360,00 (dezesesseis milhões e cento e vinte e sete mil e trezentos e sessenta reais), passando dos atuais R\$ 1.851.101.298,00 (um bilhão e oitocentos e cinquenta e um milhões e cento e um mil e duzentos e noventa e oito reais)</p> <p>Ações ordinárias: 13.877.460 (treze milhões e oitocentas e setenta e sete mil e quatrocentas e sessenta)</p> <p>Ações preferencias: 83.264.760 (oitenta e três milhões e duzentas e sessenta e quatro mil e setecentas e sessenta)</p>	<p>R\$ 1.867.228.658,00 (um bilhão e oitocentos e sessenta e sete milhões e duzentos e vinte e oito mil e seiscentos e cinquenta e oito reais)</p> <p>As ações de 13.877.460 (treze milhões e oitocentas e setenta e sete mil e quatrocentas e sessenta) representam os <i>units</i> da Kroton.</p> <p>Serão divididas para os atuais sócios Sr. Marco Antônio Laffranchi e Sra. Elisabeth Bueno Laffranchi, à proporção de 6.938.730 (seis milhões e novecentas e trinta e oito mil e setecentas e trinta) <i>units</i> para cada um.</p>

Fonte: adaptado de Kroton, 2012, p. 5-6.

Podemos perceber que o capital social é diferente do patrimônio líquido, uma vez que o capital social é dividido no início da empresa, enquanto o patrimônio líquido é um saldo entre os ativos e passivos da empresa, sendo um valor que muda constantemente conforme as operações gastas pela empresa. Isso se dá pela forma com que a empresa S.A. é organizada:

O processo de organização e fundação da empresa, as atividades iniciais preparatórias para o início de seu funcionamento, exigem gastos que vão constituir dispêndios de uma parte do D. Dessa forma, a primeira metamorfose D-M tem seus custos, e o montante inicial de dinheiro não é todo convertido em Mp e Ft, ou seja, a empresa começa a apresentar uma redução entre o capital social nominal e o que é chamado de patrimônio líquido. Concluído todo o processo de fundação, a empresa poderá iniciar o processo de produção em que os meios de produção e a força de trabalho adquiridas serão colocados em ação para a produção de mercadorias M' e sua realização com o D'. À medida que a produção é realizada, em que se estabelece o movimento contínuo D-M-D', o patrimônio líquido da empresa vai crescendo com os lucros que vão se acumulando.⁷² (NAKATANI, 2021, p. 116-117).

⁷² D – dinheiro. M – mercadoria. Mp – mercadoria produzida. Ft – força de trabalho. M' – mercadoria em massa ocasionada pela Mais-Valia. D' – dinheiro acrescido de lucro (NAKATANI, 2021).

Para Nakatani (2021), o patrimônio líquido pode estar sob a forma de prédios, máquinas, equipamentos etc., ou até mesmo em forma de dinheiro, no entanto, há uma diferenciação entre o valor nominal (social) e o valor patrimonial, que cogita o preço de cada uma das ações. Percebe-se que “A única coisa que importa, independente da índole individual de cada investidor, é o grau de rentabilidade que aquele título de propriedade oferece. Esta é a lógica que rege a esfera financeira” (TRICONTINENTAL, 2020, p. 5).

Como observado no quadro acima, os 20% representam 13.877.460 *units*, em que 6.938.730 serão destinados para a MBL e a ELB, para que ambos possam fazer jus aos seus direitos como acionistas. Portanto, realizada a incorporação, não há a retirada dos acionistas da Kroton, nos termos da Lei das S.A. (KROTON, 2012).

Posteriormente, são repassadas informações diante desse processo de ações da Unopar, do aumento de capital e da migração para o segmento “Novo Mercado da BM&FBovespa, nos termos da Lei Sociedades por Ações e das normas da CVM, para compreender os seus direitos e como exercê-los”, uma vez que a Unopar não era marca e não pertencia ao mercado da BM&FBovespa (KROTON, 2011a, p. 2).

Os motivos que levaram à realização da aquisição com a Unopar se deram pela grande participação que a IES tinha no mercado a distância. Devido a isso, a Kroton divulgou que:

O ensino a distância (EaD) constitui um negócio com forte geração de caixa e elevado crescimento; A aquisição da Unopar torna a Kroton líder no mercado educacional Brasileiro; A Transação é altamente *accretive*⁷³ para o acionista da Kroton; A Kroton tem *track record* (histórico) de integração com entrega de sinergias; Bloco de Controle e Fundadores da Unopar estão comprometidos com o negócio. (KROTON, 2011a, p. 4).

Em 2011, a Kroton/Cogna já havia observado que o mercado do Ensino a Distância no Brasil tinha alto potencial de crescimento. No mesmo ano, o grupo obtinha 40 *campi* credenciados e 147 polos a distância. Enquanto a Unopar tinha 5 *campi* e 469 polos a distância, juntando as duas, obteve o que podemos ver na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – Junção da Kroton – Unopar (2011)

	KROTON	UNOPAR	KROTON + UNOPAR
CAMPI (PRESENCIAL)	40	5	45
POLOS EAD	147	469 ⁷⁴	616

Fonte: adaptado de Kroton, 2011a.

⁷³ Acetivo – adjetivo que sobrevém ou se forma por acreção.

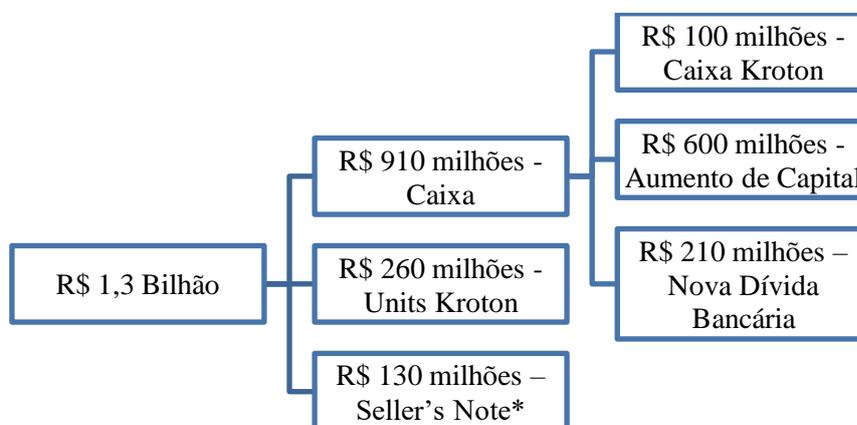
⁷⁴ Polos credenciados.

Segundo a Kroton (2011a), a Unopar detinha 88% da sua atuação no mercado educacional, em especial no Ensino a Distância, e apenas 12% eram no ensino superior presencial. A Unopar possuía, aproximadamente, segundo a Kroton (2011b, p. 5), “[...] 207 mil alunos, sendo mais de 193 mil em cursos de graduação e pós-graduação a distância.”

Juntar seus polos e matrículas colocaria a Kroton no *ranking* dos negócios. E com a concretização da aquisição, a “Kroton se torna a 6ª maior companhia do setor no mundo em termos de capitalização⁷⁵ de mercado” (KROTON, 2011a, p. 10). Logo, a junção beneficiou a Kroton para a sua expansão, e não teve que se desfazer de nenhum polo após a aquisição, apenas somou com os demais da Kroton, bem como regulou os polos para atuarem na oferta de cursos de EaD.

No entanto, para a efetivação do processo, a Kroton/Cogna faria um investimento alto para arcar com os custos, como observado na Figura 2, a seguir.

Figura 2 – Financiamento da aquisição Unopar-Kroton (2011)



Fonte: adaptado de Kroton, 2011a, p. 15.

*Constitui um tipo de empréstimo concedido pelo vendedor de uma propriedade ou empresa ao comprador.

O valor de R\$ 1,3 bilhão foi pago com recursos próprios e se refere à dívida bancária e às emissões de ações (*units*). Os R\$ 910 milhões eram o valor que a Kroton detinha em caixa, sendo pagos R\$ 650 milhões à vista, enquanto o restante de R\$ 260 milhões seria pago com *units*. E os R\$ 130 milhões foram de empréstimo realizado pela Kroton.

Para Seki (2020, p. 228), a compra da Unopar dobrou o valor de mercado da Kroton, “[...] exigiu o aumento de capital da companhia para pagar as prestações aos antigos

⁷⁵ “Capitalização de Mercado da Kroton, calculada com base no preço de fechamento do dia 14/12/2011 e considerando um aumento de capital de R\$ 600 mm (assume 100% de subscrição ao aumento de capital) e R\$ 260 mm em ações da Kroton para a Unopar” (KROTON, 2011a, p. 10).

proprietários da universidade em aproximadamente US\$ 110 milhões, em valores de 2011”. Podemos perceber que foi realizada uma dívida bancária em torno de R\$ 210 milhões, “[...] com uma linha de crédito adicional de R\$ 340 milhões pré-aprovada no caso de adesão parcial do Aumento de Capital, com o prazo de 7 anos, com carência de 36 meses” (KROTON, 2011a, p. 14).

A compra da Unopar já estava sendo analisada pela Kroton/Cogna anos antes de ser adquirida. Nesse sentido, Galindo informa em uma entrevista:

A gente estudou profundamente o ensino a distância no país e a gente entendeu que o ensino a distância seria uma alavanca de crescimento muito importante para o Brasil nos próximos anos e fomos procurar o melhor e maior ativo de educação a distância, que é a UNOPAR, foi uma negociação que levou muito tempo, mas concluída em dezembro de 2011 e, em 2012, a gente fez uma aquisição de R\$ 1,3 bilhão, na época a maior aquisição de empresa de educação já feita no país [...] e demos um passo estratégico importante. [...] crescemos muito no ensino a distância e no ensino presencial. E, em 2014, demos um novo passo importante, que foi a compra da Anhanguera. (GALINDO, 2018⁷⁶ *apud* SEKI, 2020, p. 228, grifo nosso).

O destaque acima revela que a adoção do Ensino a Distância já vinha sendo objetivo da Kroton como estratégia de mercado e que ela viu a Unopar como melhor alvo para esse alcance, uma vez que já era consolidada no mercado pela marca e já estava regulamentada nos parâmetros da SEED.

Posteriormente, a Kroton/Cogna divulgou o resultado do quarto trimestre de 2011 (4T2011) com os seguintes destaques:

Receita líquida de 2011 cresce 11,3% em relação a 2010, devido principalmente ao aumento de números de alunos de Ensino Superior; Lucro bruto soma R\$ 258,3 milhões, crescimento de 18,4% comparado com 2010; EBITDA atinge R\$ 105,0 milhões, 66,3% acima de 2010. Margem de 14,7% [...] Recorde histórico de 29,6 mil novos alunos de graduação presencial na Kroton (ex-Unopar) captados para o primeiro semestre de 2012. Aumento de 47,1% em relação ao primeiro semestre de 2011. Recorde histórico de 80,08 mil novos alunos de graduação na Unopar (EAD + Presencial Unopar) captados para o primeiro semestre de 2012. Aumento de 36,0%, em relação ao primeiro semestre de 2011. Com a captação recorde e boas taxas de renovação de matrícula, a base de alunos total supera os 320 mil alunos. FIES atinge 36,9 mil alunos, representando 33,2 da base. Do total de calouros, mais de 14 mil contrataram o FIES e o que representa 42,9% do total de calouros. Durante o 1T2012, foi registrado o recebimento de R\$ 27 milhões por meio de três recompras de certificados de FIES conduzidas pelo governo. (KROTON, 2011b, p. 1).

A divulgação desses resultados do 4T2011, em mensagem da administração da Kroton para seus acionistas, destaca que, no ano de 2011, houve transformações importantes para o

⁷⁶ Segundo Seki (2020), Rodrigo Galindo é filho do Fundador da Iuni e atual presidente do Grupo Kroton/Cogna.

grupo, como a evolução de desempenho operacional. O grande destaque foi a realização da aquisição da Unopar, considerada a maior transação em educação que colocou a Kroton em posição de liderança no mercado educacional brasileiro de EaD (KROTON, 2011b). Além disso, o desempenho financeiro da Kroton teve um grande crescimento nos lucros em 2011:

[...] as receitas aumentaram 11%, o lucro bruto expandiu 18%, o EBITDA cresceu 66% e o lucro líquido aumentou 355%. Atingimos todas as metas estabelecidas pela Companhia e amplamente divulgadas junto à comunidade financeira. O EBITDA registrado de R\$ 105 milhões gerou uma margem de 14,7%, apresentando melhora de 4,9 p.p. em relação ao ano anterior. **Considerando o mês de dezembro da Unopar, o EBITDA atingiu R\$ 111,1 milhões**, com margem de 15,1%. O lucro líquido somou R\$52,3 milhões, um expressivo aumento de mais de 355% frente a 2010. Assim temos uma nova Companhia, cujas bases são sólidas e consistentes para que ela continue crescendo. (KROTON, 2011b, p. 2, grifo nosso).

Dessa forma, a Kroton propôs uma estrutura metodológica de suporte para crescer mais ainda no mercado após a aquisição. Foram lançadas 15 frentes de trabalho e 89 projetos, que foram acompanhados por um executivo do escritório de gestão de projetos, como ilustrado na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – 15 frentes e 80 projetos de integração Unopar-Kroton



Fonte: Kroton, 2011b, p. 4.

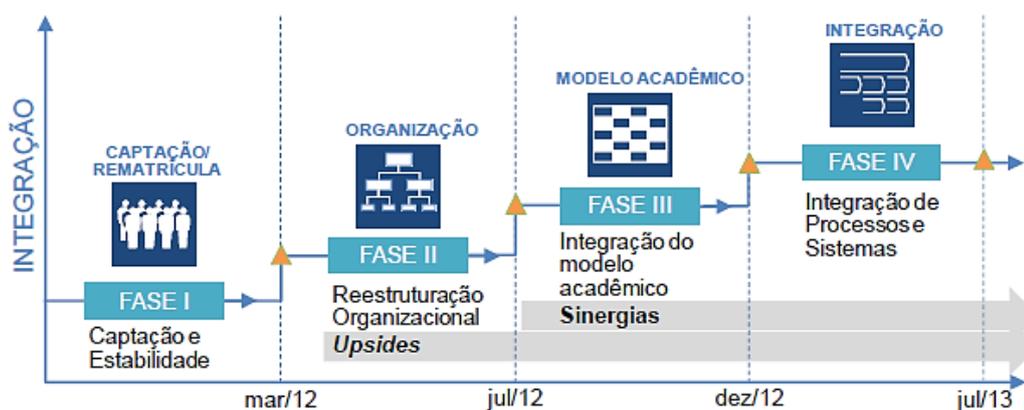
Essa relação estabeleceu fases a serem realizadas, iniciando com o aspecto acadêmico e seguindo para as operações, o regulatório, o EaD, os recursos humanos, a gestão de alunos, o

jurídico, o orçamento, os suprimentos, as tecnologias de informática, a contabilidade, a tesouraria, a gestão imediata, o *marketing* e a comunicação (KROTON, 2011b). Destacamos a terceira frente a ser implementada pela Kroton, o regulatório, e pressupomos que seja para a ativação do Ensino a Distância pelo grupo por meio da Unopar, bem como para reforçar a quarta frente do EaD. Tais estratégias contaram com quatro fases acerca desses processos:

- **Fase 1 (dezembro/2011 – março/2012) – foco comercial (captação e rematrícula):**
 - estabilidade da operação;
 - implementação de ações comerciais e de marketing para incremento de calouros e veteranos [...];
 - diagnóstico organizacional;
 - integração inicial das áreas Kroton e Unopar [...];
 - início do mapeamento de processos.
- **Fase 2 (início em abril/2012) – foco na reestruturação organizacional e projetos de *upside* de receitas:**
 - otimização da estrutura organizacional, incluindo a integração de áreas como a EAD e pós-graduação; e
 - desenvolvimento dos projetos de *upside* de receitas, incluindo ativação de novos polos e implementação de novos produtos/serviços EAD.
- **Fase 3 (início em junho/2012) – foco no modelo acadêmico:**
 - implementação do modelo acadêmico.
- **Fase 4 (até dezembro/2012) – foco na integração de processos e sistemas:**
 - integração completa de processos e sistemas. (KROTON, 2011b, p. 5, grifo do autor).

Essa relação pode ser observada na Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Fases da integração de estratégias Unopar-Kroton



Fonte: Kroton, 2011b, p. 5.

As fases de integração são estratégia dos administradores da Kroton para o crescimento no mercado, e a aquisição da Unopar foi estruturada com base nessas fases que vão desde a

captação de alunos novos, a rematrícula de veteranos, até a reestruturação organizacional e os modelos acadêmicos, sobretudo, o *marketing*, para que seja um mercado favorável.

Posteriormente, foram registradas no MEC duas portarias sobre a Unopar, como podemos ver no Quadro 9, a seguir.

Quadro 9 – Portarias registradas no MEC pós-aquisição da Unopar

PORTARIAS	MOTIVOS
Nº 07, de 14 de janeiro de 2013	Transferência de mantenedora da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), União Norte do Paraná Educacional S.A., para a Editora e Distribuidora Educacional S.A. ⁷⁷
Nº 422, de 02 de setembro de 2016	Mudança de nome da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) para Universidade Pitágoras Unopar

Fonte: adaptado de Brasil, 2013a, 2016a.

A Portaria nº 07/2013 (BRASIL, 2013a) evidencia a mudança de mantenedora, da União Norte do Paraná Educacional para a Editora e Distribuidora da Educacional. E a Portaria nº 422/2016 (BRASIL, 2016a) autoriza a mudança do nome jurídico:

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Resolução CNE/CES nº 7/2008 e o Parecer CNE/CES nº 282/2010, considerando o processo nº 23000.011023/2016-11 e a Nota Técnica nº 151/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC. Art. 1º Fica deferido, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, **o pedido de alteração de denominação da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR (298) para Universidade Pitágoras Unopar**, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (14514) e com sede no município de Londrina/PR. (BRASIL, 2016a, n.p, grifo nosso).

Pressupomos que a mudança de nome da Unopar para incluir a “Pitágoras” é para dar visibilidade à marca da Kroton, que possui grande destaque nas atividades realizadas pelo grupo desde a sua criação com os cursos de vestibular “Pitágoras” de 1966. Com isso, a Kroton/Cogna demonstra a relevância de valorizar a sua marca pelo tempo de atuação do mercado educacional.

Apesar de a aquisição ter sido realizada no final do ano de 2011, a Kroton só divulgou o Estatuto Social da Unopar em 2016, quando a tramitação do pagamento da compra foi

⁷⁷ Subsidiária integral da Kroton, responsável pela emissão de debêntures (KROTON, 2012).

encerrada e deliberada, após a transferência de mantenedoras. Após a deliberação, a Universidade Pitágoras Unopar regulou seu Estatuto Social e afirmou o caráter social “com fins lucrativos”:

A UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR, doravante denominada simplesmente Universidade, com sede no município de Londrina, no Estado do Paraná, é uma instituição pluridisciplinar de formação de cidadãos e profissionais de nível técnico e superior, de ensino e aprendizagem, de pesquisa, de extensão e de cultivo do saber, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima fechada, **com fins lucrativos**, com sede e foro no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. (KROTON, 2016, n.p, grifo nosso).

Percebemos que, após a Universidade Pitágoras Unopar se tornar uma das marcas da Kroton, o Estatuto Social passou a ser “com fins lucrativos”, com alterações no regulamento, obtendo condições legais e institucionais para a expansão do Ensino a Distância. A IES passou a ser uma mantida da Editora e Distribuidora Educacional S.A., que é subsidiária/proprietária das ações que pertencem à Kroton.

Até o presente momento da pesquisa, a Kroton/Cogna possui 15 subsidiárias (mantenedoras) e 153 instituições (mantidas), que podem ser observadas no Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 – Resumo da lista de mantenedoras e mantidas Kroton/Cogna – 2020

CÓDIGO	MANTENEDORA	Nº MANTIDAS
16452	Anhanguera Educacional Participações S.A.	41
2363	Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda.	1
2818	Centro de Ensino Superior de Marabá Ltda.	1
15768	Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda.	1
15769	Centro De Ensino Superior De Parauapebas Ltda. (CEPAR)	1
14514	Editora e Distribuidora Educacional S.A.	61
16090	Edufor Prestadora de Serviços Ltda. – Me	1
1965	Iuni Educacional – Unime Salvador Ltda.	1
3167	Orme Serviços Educacionais Ltda.	1
1204	Pitágoras – Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	28
2535	Pses Serviços Educacionais Ltda.	1
15205	Sociedade Educacional da Paraíba Ltda. (SEPA)	1
993	Sociedade Piauiense de Ensino Superior Ltda.	1
1176	União de Ensino Unopar Ltda.	8
15801	Unic Educacional Ltda.	5
TOTAL	15	153

Fonte: adaptado de Cogna, 2021b.

Diante dessa relação, identificamos que a marca Unopar já não se manifestava apenas por uma única instituição, e sim por outras instituições (mantidas), o que pode ser observado no Quadro 11, a seguir.

Quadro 11 – IES com a marca Unopar

MANTENEDORA	MANTIDA	MUNICÍPIO	UF
Editora e Distribuidora Educacional S.A.	Universidade Pitágoras Unopar	Londrina	PR
Anhanguera Educacional Participações S.A.	Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Santa Cruz do Sul	Santa Cruz Do Sul	RS
Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	Faculdade Pitágoras Unopar de Canindé	Canindé	CE
Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	Faculdade Pitágoras Unopar de Chapecó	Chapecó	SC
Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	Faculdade Pitágoras Unopar de Itajubá	Itajubá	MG
Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Petrolina	Petrolina	PE
Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	Faculdade Pitágoras Unopar de Quixeramobim	Quixeramobim	CE
Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Sete Lagoas	Sete Lagoas	MG
União de Ensino Unopar Ltda.	Faculdade de Engenharia Unopar de Palmas	Palmas	TO

Fonte: adaptado de Cogna, 2021b.

Foram identificadas nove instituições de ensino superior que possuem a marca “Unopar”. Em relação às mantenedoras, notamos que a Universidade Pitágoras Unopar pertence a uma mantenedora diferente das demais faculdades Unopar, e pressupomos que seja pela inserção da marca nos diferentes setores de atividade do grupo Kroton/Cogna. Nesse sentido, foi realizado um levantamento dessas IES, com credenciamento por portaria e ato regulatório que apresentassem a criação ou a mudança de seus nomes, o que podemos observar no Quadro 12, a seguir.

Quadro 12 – Mudanças jurídicas de IES com a marca Unopar

IES	CRENCIAMENTO PORTARIA	MUDANÇA DE NOME	ATO REGULATÓRIO
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)	Nº 126, de 4 de julho de 1997.	Universidade Pitágoras Unopar	Resolução nº 001/2016
Faculdade de Ciências Jurídicas de Santa Cruz	Nº 61, de 14 de janeiro 2019	Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Santa Cruz do Sul ⁷⁸	Resolução nº 001/2020
Faculdade Pitágoras de Canindé	Nº 255, de 6 de fevereiro 2020	Faculdade Pitágoras Unopar de Canindé	Resolução nº 001/2020
Faculdade Pitágoras de Chapecó	Nº 341, de 16 de março 2020	Faculdade Pitágoras Unopar de Chapecó	Resolução nº 001/2020
Faculdade Pitágoras de Itajubá	Nº 80, de 16 de janeiro 2020	Faculdade Pitágoras Unopar de Itajubá	Resolução nº 001/2020
Faculdade de Ciências Jurídicas de Petrolina	Nº 622, de 19 de março 2019	Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Petrolina	Resolução nº 001/2020
Faculdade Pitágoras de Quixeramobim	Nº 102, de 23 de janeiro 2020	Faculdade Pitágoras Unopar de Quixeramobim	Resolução nº 001/2020
Faculdade de Ciências Jurídicas de Sete Lagoas	Nº 469, de 27 de fevereiro 2019	Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Sete Lagoas	Resolução nº 001/2020
Faculdade de Engenharia Unopar de Palmas ⁷⁹	Nº 1.929, de 5 de novembro 2019	-	-

Fonte: adaptado de Brasil, 2016a, 2019b, 2019c, 2019d, 2020c, 2020d, 2020e, 2020f, 2020g, 2020h, 2020i, 2020j, 2020k, 2020l, 2020m, 2020n.

Com exceção da Universidade Pitágoras Unopar, foram criadas quatro IES em 2019, quatro em 2020, das quais sete mudaram de nome em 2020 para incluir a marca “Unopar”. Pressupomos que a Unopar, por ser consolidada no mercado educacional, sobretudo, no Ensino a Distância, contribuiu para que a Kroton/Cogna criasse ou mudasse o nome jurídico de outras instituições, para se expandir e concentrar matrículas no ensino superior pela marca Unopar.

Importante mencionar que a posse de “marca” deve ser registrada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que assegura ao titular/dono o uso exclusivo em todo o território nacional durante o prazo de dez anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, para uma determinada classe de serviços ou produtos. Foi o que aconteceu com a aquisição da marca Unopar (KROTON, 2014a).

⁷⁸ A Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Santa Cruz do Sul foi extinta pela Portaria nº 367, de 19 maio de 2022 (BRASIL, 2022b).

⁷⁹ A Faculdade de Engenharia Unopar de Palmas foi criada com a marca Unopar.

Com isso, a expansão da Unopar é observada pela maneira como a Kroton/Cogna busca dar visibilidade à marca, uma vez que seu crescimento está ancorado na aquisição de marcas e em sua valorização, não por ser controladora delas, mas por se tratar de estratégia de mercado:

É normal que as pessoas conheçam estas marcas, embora muitas vezes não saibam identificar o grupo empresarial a que pertencem. A estratégia de marcas de uso das empresas é variada. Algumas preferem pulverizar o número de marcas, utilizando uma identificação distinta para cada nicho de mercado. **Outras optam por fortalecer uma marca nacional que acaba sendo utilizada em diferentes instituições do mesmo grupo.** (TRICONTINENTAL⁸⁰, 2020, p. 8, grifo nosso).

A realização de um trabalho de *marketing* para agregar valor a uma marca, quando é desconhecida no mercado, torna-se trabalhosa. Em contrapartida, expandir e/ou valorizar uma marca já estável torna-se acessível para o grupo, nesse caso, para a Kroton/Cogna. Logo, a expansão e a valorização da marca Unopar é fundamental para a expansão da companhia, situação na qual se muda o nome de IES para carregar uma marca consolidada no mercado e considerada favorável diante os parâmetros da modalidade de EaD.

Conforme Sevim, a sustentação de marcas ocorre em duas etapas:

O que sustenta uma marca, em uma primeira etapa, é o trabalho objetivado nela, as possíveis qualidades do produto que ela representa. Em uma segunda etapa, com a autonomização da marca, ou seja, na fase em que ela quase se descola do produto ao qual pertence, há uma espécie de alienação em relação ao produto (como se a marca tivesse vida própria). Nessa etapa não importa mais o produto em si, mas o valor ideológico agregado a ele. Pelo nosso entendimento, esse processo ocorreu com a Kroton ao adquirir suas marcas. A Pitágoras⁸¹, por exemplo, por ter 45 anos de mercado e, portanto, possuir reconhecimento social, não importa o que ela insere nos produtos. A sociedade de massa compra o produto pela marca, por ela ter mais peso que o produto em si. É claro que isso ocorre, como já foi falado, em uma segunda etapa, no momento em que a marca se autonomiza em relação ao produto, após isso, o que a sustenta é a carga ideológica. (SEBIM, 2014, p. 57).

Nesse sentido, a autora enfatiza que a sustentação de uma marca se dá pela carga ideológica, e que a aquisição de marcas corresponde a essa ideologia. Trata-se, pois, de uma estratégia do mercado capitalista, na qual repousa a dominação econômica e política do capitalismo, tendo em vista que esse processo de agregar valor ao produto faz parte do que Marx denominou fetichismo da autovalorização.

⁸⁰ O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social é uma instituição internacional, organizada por movimentos, com foco em estimular o debate intelectual para o serviço das aspirações do povo.

⁸¹ A marca “Pitágoras” foi adquirida a título gratuito, “[...] por meio de um Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Marcas celebrado com a Pitágoras Administração e Participações Ltda., nossa acionista, em 27 de maio de 2007. A referida cessão não foi registrada perante o INPI e, portanto, só produz efeito perante as partes (KROTON, 2014a, p. 137).

Nessa perspectiva, a autora menciona que:

[...] o fetichismo é um subprocesso de alienação. A alienação surge como um processo social em que o produto não se reconhece no produto. Desse estranhamento decorrem dois subprocessos, o fetichismo e a reificação. No fetichismo, o produto parece ganhar vida própria, ganhar alma. Simultaneamente a esse subprocesso, na reificação, o ser humano, por sua vez, perde a alma e se torna “coisa”. (SEBIM, 2014, p. 57).

O fetichismo de alienação oculta o real. Nessa perspectiva, a Universidade Pitágoras Unopar vende seus cursos superiores (produtos) a distância aparentando favorecer o desenvolvimento intelectual dos futuros estudantes que, após a conclusão, estarão qualificados para o mercado de trabalho, por meio da realização da matrícula (consumo do produto). Contudo, a essência é de que essa compra fortalece os detentores do capital, sobretudo, os acionistas que investem nas ações da Kroton/Cogna em busca da rentabilidade pelos ativos financeiros.

É a partir disso que nossa pesquisa busca desvelar a inserção e a expansão da Universidade Pitágoras Unopar no mercado educacional por meio do Ensino a Distância, o que será apresentado na última seção do texto.

4 A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR NO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL, NO PERÍODO DE 2011 A 2020

Nesta seção, temos como objetivo apresentar a atuação e a expansão da Universidade Pitágoras Unopar e das oito IES com a marca Unopar no Brasil, evidenciando o Ensino a Distância de nível superior no contexto da financeirização.

Os dados coletados foram extraídos do *site* oficial da Universidade Pitágoras Unopar, bem como dos relatórios do grupo Kroton/Cogna sobre as estratégias de *marketing* para atrair alunos no mercado do EaD. Além disso, utilizamos os dados do Censo da Educação Superior, sobretudo os microdados, disponibilizados pelo INEP e filtrados pelo *software Statistical Package for the Social Science* (SPSS) acerca das matrículas, dos tipos de financiamento, das formas de ingresso e dos docentes da Universidade Pitágoras Unopar, no período de 2011 a 2020.

Esta seção está estruturada em cinco subseções: 4.1 A Universidade Pitágoras Unopar e a oferta de cursos superiores no Brasil; 4.2 As matrículas em EaD na Universidade Pitágoras Unopar; 4.3 As formas de ingresso e os tipos de financiamento da Universidade Pitágoras Unopar; 4.4 As estratégias de *marketing* para captação de alunos de EaD – Unopar e Kroton/Cogna; 4.5 Os valores financeiros da Kroton/Cogna de 2011 a 2020.

4.1 A Universidade Pitágoras Unopar e a oferta de cursos superiores no Brasil

Após a Unopar ser adquirida pelo grupo Kroton/Cogna, passou a ser uma marca controlada pela Editora e Distribuidora de Ensino Ltda., subsidiária integral da Kroton/Cogna. Além disso, é importante lembrar a existência de nove IES com a marca Unopar (Universidade Pitágoras Unopar e as oito Faculdades Unopar).⁸² Dessas oito instituições, quatro foram criadas no ano de 2019 e quatro em 2020, logo, os dados de matrículas, os ingressos e os tipos de financiamento só foram repassados ao INEP no ano de 2020, referentes às IES criadas em 2019, e as criadas no ano de 2020 ainda não possuem dados, por não estarem em exercício.⁸³ No entanto, quando os dados foram coletados e filtrados pelo SPSS, a única instituição que possuía informações de matrículas, ingressos etc. era a Universidade Pitágoras Unopar, portanto, os dados apresentados nesta pesquisa são referentes a essas IES.

⁸² Ver Quadro 12.

⁸³ Diante das IES criadas no ano de 2020, os dados foram divulgados pelos microdados do censo da educação superior no final do ano de 2021, não entrando no recorte temporal da pesquisa.

A Universidade Pitágoras Unopar é de natureza jurídica fechada, privada, com fins lucrativos e conta com vários cursos de graduação e sequenciais de formação específica, cursos no sistema de ensino presencial conectado, mais conhecido como Ensino a Distância, mestrados acadêmicos e profissionais, bem como cursos de pós-graduação *lato sensu*. No entanto, para esta pesquisa, delimitamos as análises à oferta de cursos de graduação.

Segundo o *site* oficial da instituição, são ofertados cerca de 101 cursos de graduação, sendo 13 de licenciaturas, (Quadro 13), 29 de bacharelados (Quadro 14) e 59 tecnológicos (Quadro 15).

Quadro 13 – Oferta dos cursos de licenciaturas – Unopar

CURSOS DE LICENCIATURAS	MODALIDADE DE ENSINO	Nº DE CURSOS OFERTADOS
Artes Visuais	EaD	1
Ciência Biológicas	EaD	1
Educação Especial	EaD	2
Educação Física	EaD	
Filosofia	EaD	1
Geografia	EaD	1
História	EaD	1
Letras – Português	EaD	3
Letras – Espanhol	EaD	
Letras – Inglês	EaD	
Matemática	EaD	1
Pedagogia	EaD	1
Sociologia	EaD	1
Total		13

Fonte: Unopar, 2020b.

Quadro 14 – Oferta dos cursos bacharelados – Unopar

CURSOS DE BACHARELADOS	MODALIDADE DE ENSINO	Nº DE CURSOS OFERTADOS
Administração	EaD	3
Agronomia	EaD	
Arquitetura e Urbanismo	EaD	
Biomedicina	EaD	1
Ciência Política	EaD	5
Ciências Aeronáuticas	EaD	
Ciências Contábeis	EaD	
Ciências Econômicas	EaD	
Criminologia	EaD	
Direito	Presencial	1
Educação Física	EaD	8
Enfermagem	Semipresencial	
Engenharia Civil	Semipresencial	
Engenharia da Computação	Semipresencial	
Engenharia de Produção	Semipresencial	
Engenharia de Software	Semipresencial	
Engenharia Elétrica	Semipresencial	
Engenharia Mecânica	Semipresencial	

Farmácia	EaD	2
Fisioterapia	Semipresencial	
Jornalismo		1
Medicina Veterinária	Presencial	1
Nutrição	EaD	1
Odontologia	Presencial	1
Psicologia	Presencial	2
Publicidade e Propaganda	EaD	
Relações Internacionais	EaD	1
Serviço Social	EaD	1
Teologia	EaD	1
Total		29

Fonte: Unopar, 2020b.

Quadro 15 – Oferta dos cursos tecnológicos – Unopar

CURSOS TECNOLÓGICOS	MODALIDADE DE ENSINO	Nº DE CURSOS OFERTADOS
Agronegócios	EaD	3
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	EaD	
Arquitetura de dados	EaD	
Blockchain, Criptomoedas e Finanças na Era Digital	EaD	1
Cibersegurança	EaD	5
Ciência de Dados	EaD	
Coaching e Desenvolvimento Humano	EaD	
Comércio Exterior	EaD	
Computação em Nuvem	EaD	
Desenvolvimento Back-End	EaD	9
Desenvolvimento Mobile	EaD	
Desenvolvimento Web	EaD	
Design de Experiência	EaD	
Design de Interiores	EaD	
Design de moda	EaD	
Design de produto	EaD	
Design Gráfico	EaD	
DevOps	EaD	
Embelezamento e imagem pessoal	EaD	4
Empreendedorismo	EaD	
Estética e Cosmética	EaD	
Eventos	EaD	
Fotografia	EaD	1
Gastronomia	EaD	18
Gerontologia	EaD	
Gestão Ambiental	EaD	
Gestão Comercial	EaD	
Gestão de Inovação	EaD	
Gestão da Produção Industrial	EaD	
Gestão de Qualidade	EaD	
Gestão da Tecnologia da Informação	EaD	
Gestão das Organizações do Terceiro Setor	EaD	
Gestão de Cooperativas	EaD	
Gestão de Produto	EaD	
Gestão de Recursos Humanos	EaD	
Gestão de Saúde Pública	EaD	
Gestão de Turismo	EaD	
Gestão Financeira	EaD	
Gestão Hospitalar	EaD	

Gestão Portuária	EaD	
Gestão Pública	EaD	
Inteligência de Mercado e Análise de Dados	EaD	2
Investigação e Perícia Criminal	EaD	
Jogos digitais	EaD	1
Logística	EaD	1
Marketing	EaD	
Marketing Digital	EaD	3
Mediação	EaD	
Negócios Imobiliários	EaD	1
Podologia	EaD	
Processos Gerenciais	EaD	3
Produção Cervejeira	EaD	
Redes de Computadores	EaD	2
Radiologia	EaD	
Secretariado	EaD	
Segurança no Trabalho	EaD	
Segurança Pública	EaD	
Serviços Jurídicos Cartorários e Notariais	EaD	5
Sistemas para Internet	EaD	
Total		59

Fonte: Unopar, 2020b.

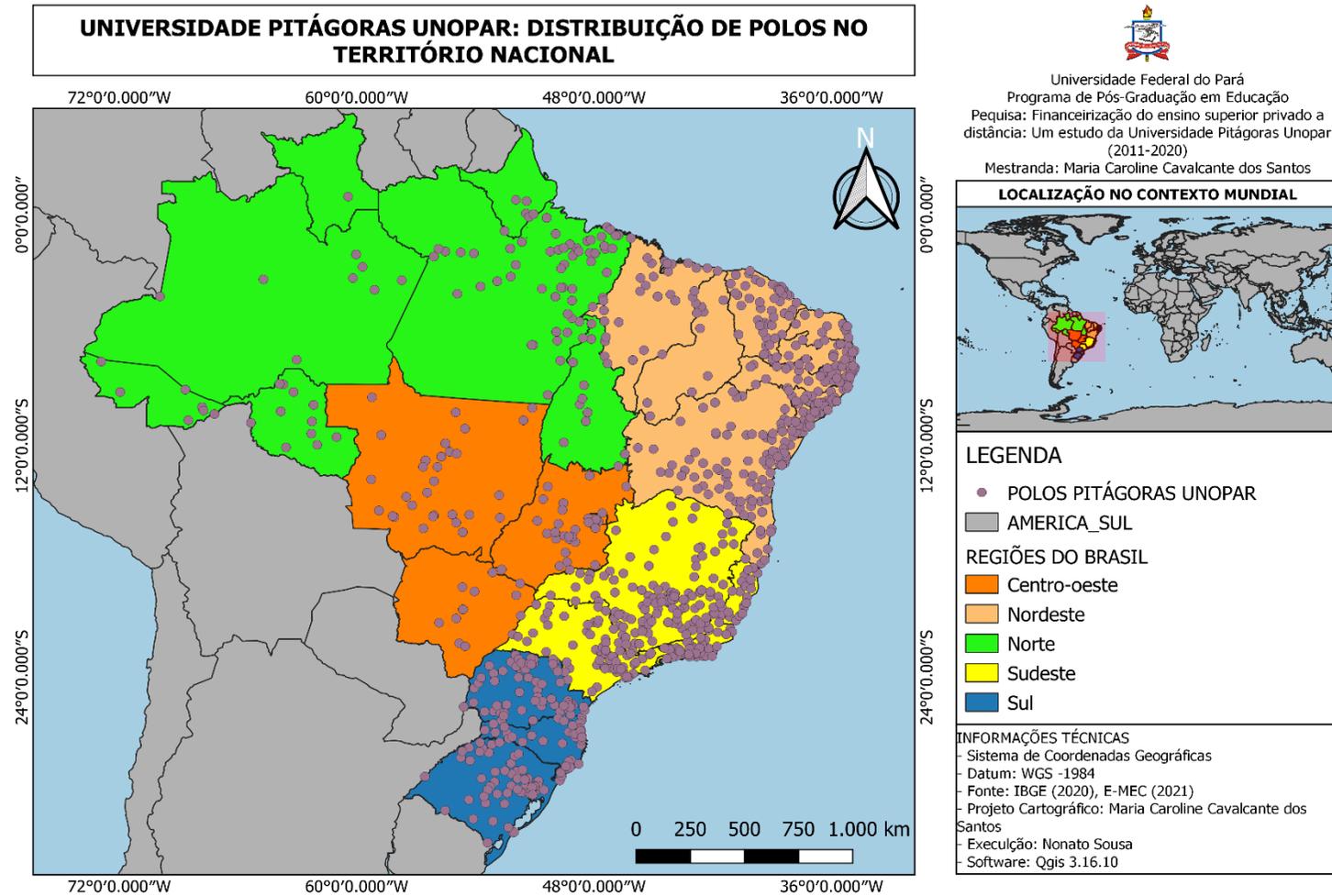
Os cursos de graduação mais ofertados são os tecnológicos. De acordo com Monteiro (2020) e Pereira (2022), a oferta dos cursos tecnológicos predominam na modalidade a distância, sobretudo, pelas IES privado-mercantis, como a instituição estrangeira Laureate⁸⁴ e a instituição nacional Estácio/YDUQS.

Monteiro destaca que esses cursos atraem grande parte dos alunos pela “[...] possibilidade de obter um diploma de nível superior num espaço de tempo menor, em torno de 2 a 3 anos” (MONTEIRO, 2020, p. 135). Para Pereira, “O fortalecimento do ensino com os CST EAD, apresentam-se como solução às necessidades de mercado, com formação em massa de força de trabalho disponível ao processo de exploração pelo empresariado [...]” (PEREIRA, 2022, p. 141).

Segundo o *site* oficial da Universidade Pitágoras Unopar, o valor inicial das matrículas de todos os cursos fica a partir de R\$ 159,00 (UNOPAR, 2020b). Pode-se observar a forte presença da IES no Brasil por meio dos 101 cursos que são ofertados pelos polos a distância, estando presente nos 26 estados e no Distrito Federal, como ilustrado pelo Mapa 1, a seguir.

⁸⁴ A Laureate pertencia à Adtalem Global Education e foi vendida para a YDUQS no final do ano de 2019 por R\$ 1,92 bilhão. Para melhor entendimento, ver Souza e Chaves (2020).

Mapa 1 – Criação e distribuição de polos de EaD no Brasil – Unopar (2011-2020)

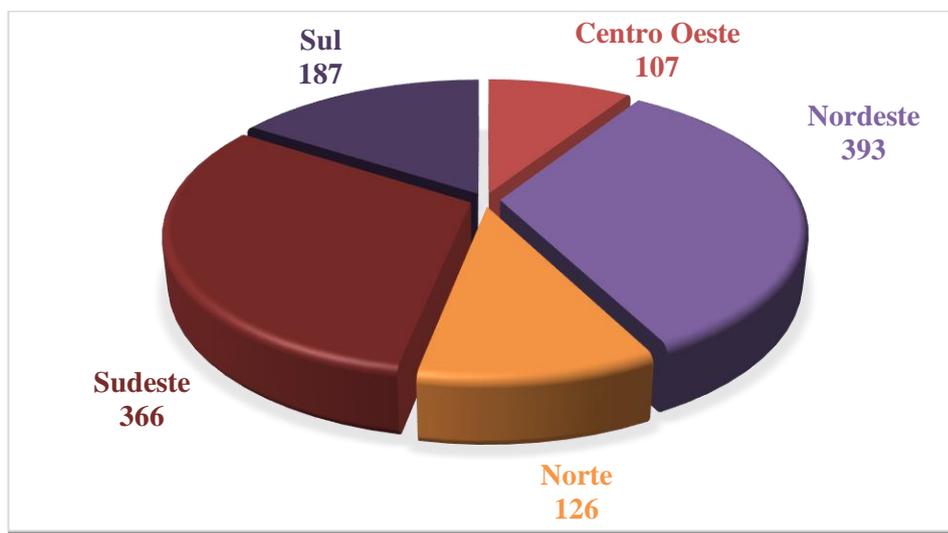


Fonte: Brasil, 2022c.⁸⁵

⁸⁵ Para a construção do mapa, foram extraídos documentos de criação de polos de EaD da Unopar, no período de 2011 a 2020, pelo sistema e-MEC, através do código (298).

A partir da representação cartográfica, podemos visualizar a distribuição das unidades de ensino da Universidade Pitágoras Unopar no território nacional, representando, portanto, sua expansão, sobretudo, dos polos a distância. Para além do mapa, faz-se necessário ilustrar a quantidade dos polos criados de acordo com as regiões.

Gráfico 3 – Polos de EaD por região – Unopar (2020)

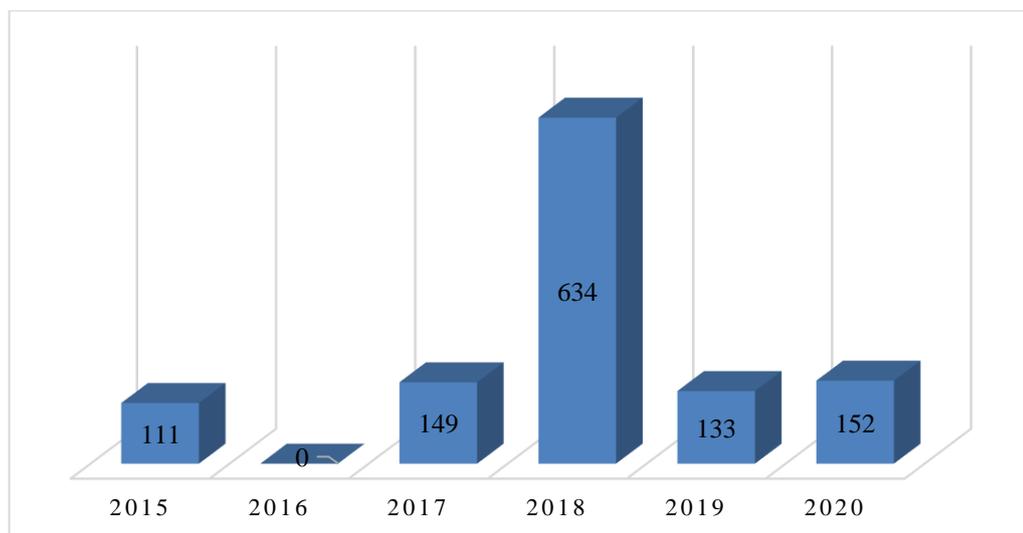


Fonte: adaptado de Brasil, 2022c.

Tomando como base o período de 2011 a 2020, conseguimos obter acesso apenas aos dados de criação de polos que ocorreram nos anos de 2015 a 2020, tendo em vista que, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, não foi registrada a criação de polos de EaD pela Universidade Pitágoras Unopar no sistema e-MEC. Com isso, foram criados 1.179 polos de EaD no total, sendo a Região Nordeste a que mais concentra unidades de ensino, representando 33%, em segundo, a região Sudeste, que concentra 31%, a Região Sul, com 16% e, em seguida, a Região Norte, com 11%, e Centro-Oeste, que possui menos polos do que as demais regiões, representando 9%.

Pressupomos que, pelo fato de a sede oficial da Kroton/Cogna ser no Estado de Minas Gerais (Região Sudeste), há uma expansão da IES por meio dos polos nesse Estado. Com isso, Santos identificou que, dentre as principais instituições privadas no Estado de Minas Gerais que atuam no ensino superior, a Universidade Pitágoras Unopar está presente “[...] com polos de educação a distância em 60 municípios [...]” (SANTOS, 2017, p. 137). Partindo dessa perspectiva, apresenta-se o Gráfico 4 para ilustrar a criação de polos de EaD por ano.

Gráfico 4 – Criação de polos de EaD por ano – Unopar (2011-2020)



Fonte: adaptado de Brasil, 2022c.

O ano de 2018 foi o ano em que mais se criou polos a distância: 634. Segundo a Kroton (2011), a Universidade Pitágoras Unopar, antes de ser adquirida, detinha 469 polos EaD e, após a aquisição, a instituição criou 1.179 polos, o que representa o total de 1.648 unidades de ensino distribuídas em todo o território nacional, porém, pode haver mais polos informados no *site* da instituição, mas que não foram cadastrados no sistema e-MEC⁸⁶.

Conforme a Kroton (2019b), o polo é comprometido por toda infraestrutura local oferecida, bem como é responsável por uma série de prestações de serviços administrativos e complementares aos alunos conforme definido pela legislação.

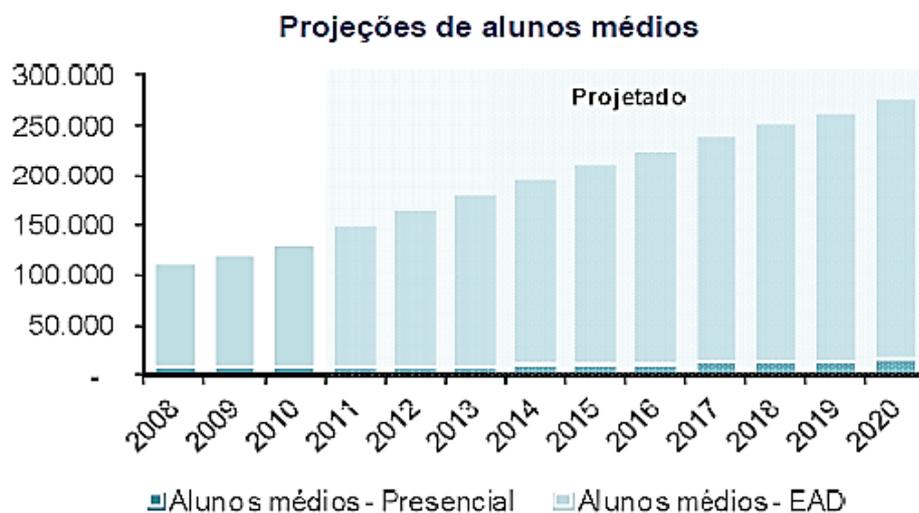
Com referência à oferta dos cursos superiores, a próxima subseção apresentará as matrículas presenciais e a distância na Universidade Pitágoras Unopar e os cursos que registraram o maior número de matrículas.

4.2 As matrículas em EaD na Universidade Pitágoras Unopar

A Universidade Pitágoras Unopar, pela sua história no ensino superior a distância, possui um crescimento exponencial quando se trata do número de matrículas. Vale destacar que a compra da IES previa um crescimento acelerado de matrículas nos cursos de graduação a distância para a Kroton/Cogna, projetado em 2012 para 2020, conforme o Gráfico 5, a seguir.

⁸⁶ Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Mjk4>.

Gráfico 5 – Projeção de matrículas com a aquisição da Unopar para o ano de 2020

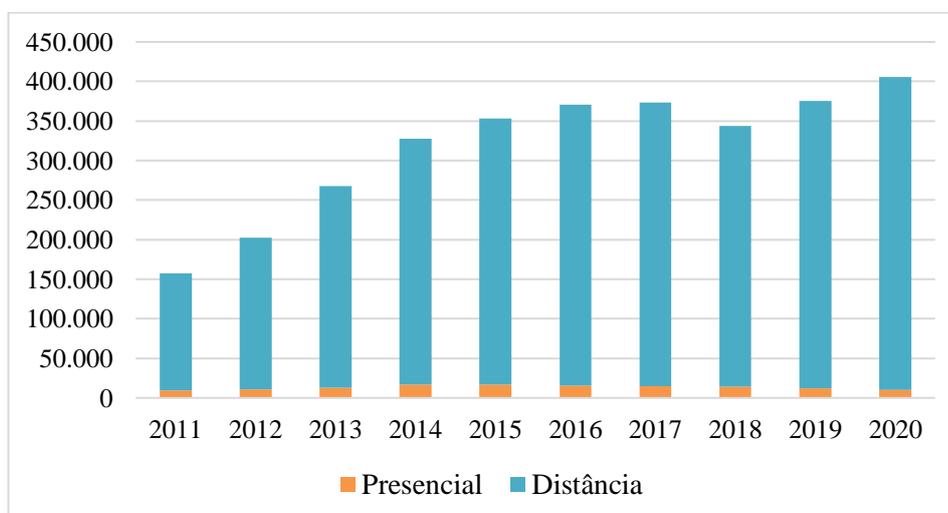


Fonte: Kroton, 2012, p. 24.

A projeção mostra que, em 2008, a Kroton/Cogna apresentava uma média de 100 mil alunos matriculados nos cursos EaD. Com a compra da Unopar, a média cresceria, saindo de, aproximadamente, 150 mil, em 2012, para, aproximadamente, 280 mil alunos em 2020.

O Gráfico 6, a seguir, ilustra as matrículas na Universidade Pitágoras Unopar, sendo possível realizar uma comparação entre a projeção e os dados oficiais repassados ao INEP.

Gráfico 6 – Matrículas por modalidade de ensino (presencial x EaD) – Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020)



Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

Nota-se que a projeção para o ano de 2020 (Gráfico 5) era em torno de mais de 250.000 alunos matriculados nos cursos a distância, e esse número foi ultrapassado no ano de 2013, com 254.893 matrículas a distância (BRASIL, 2013b). Ou seja, a projeção que era para o ano

de 2020 foi superada em menos de um ano (visto que essa avaliação foi realizada pela Kroton em 2012).

Outro destaque importante no Gráfico 5 é que a projeção não chegava a 300 mil matrículas, e em 2020, os dados repassados ao INEP mostram que o total de matrículas da Unopar ultrapassaram 400 mil. Diante dos dados das matrículas, é nítido o grande crescimento efetivo, sobretudo a distância, podendo ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 – Evolução do número de matrículas por modalidade de ensino (presencial x EaD) – Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020)

ANO	TOTAL	PRESENCIAL	Δ %PRE	EAD	Δ %DIS
2011	157.296	9.155	-	148.141	-
2012	202.700	10.749	17,4	191.951	29,6
2013	267.805	12.912	20,1	254.893	32,8
2014	327.406	16.551	28,2	310.855	22,0
2015	353.432	17.117	3,4	336.315	8,2
2016	371.028	15.699	-8,3	355.329	5,7
2017	373.308	14.972	-4,6	358.336	0,8
2018	343.585	14.301	-4,5	329.284	-8,1
2019	375.395	11.811	-17,4	363.584	10,4
2020	405.395	9.981	-15,5	395.414	8,8
2011-2020					
Δ%	-	9,0	-	166,9	-

Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

*Para calcular a variável de crescimento percentual, é necessário obter os dados do ano anterior, logo, não foi possível calcular a variável do ano de 2011.

As matrículas da Universidade Pitágoras Unopar em 2011 já se destacavam no EaD, representando 94% do total das matrículas. Em 2012, quando passou a ser pertencente da Kroton/Cogna, o crescimento variável percentual foi de, aproximadamente, 29%, e comparadas às do ano de 2013, as matrículas aumentaram para 32,8%. Com relação às matrículas presenciais, houve uma queda desde 2016 (-8,3) e sucessivamente nos anos seguintes. Em contrapartida, as matrículas em EaD aumentaram.

Em relação ao ano de 2020, as matrículas presenciais tiveram uma queda de -15,5%, enquanto o EaD representou um crescimento de 8,8%. De maneira geral, o crescimento das matrículas em EaD correspondem a, aproximadamente, 166,9%, enquanto no presencial, apenas a 9%. Portanto, a diferença de matrículas presenciais e a distância é grande, tendo em vista que a Universidade Pitágoras Unopar tem como foco o mercado do Ensino a Distância no país.

Pressupomos que a diminuição nas matrículas presenciais vem ocorrendo por causa da maior procura pelos cursos a distância, por serem “flexíveis” e sem a exigência do aluno presencialmente durante as aulas na instituição, além de que o custo pelos cursos presenciais é maior do que o custo pelo EaD.

Em busca de realizar uma comparação do total de matrículas a distância realizadas no Brasil e na Universidade Pitágoras Unopar, faz-se necessário comparar sua participação com as IES privadas, conforme podemos ver na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 – Matrículas EaD – Universidade Pitágoras Unopar x Brasil (2011 a 2020)

ANO	TOTAL MATRÍCULAS EAD BRASIL	TOTAL MATRÍCULAS EAD UNOPAR	(%)	TOTAL MATRÍCULAS EAD BRASIL – IES PRIVADAS	(%)
2011	992.927	148.141	14,91	815.003	18,17
2012	1.113.850	191.951	17,23	932.226	20,59
2013	1.153.572	254.893	22,09	999.019	25,51
2014	1.241.842	310.855	25,03	1.202.469	25,85
2015	1.393.752	336.315	24,13	1.265.359	26,57
2016	1.494.418	355.329	23,77	1.371.817	25,90
2017	1.756.982	358.336	20,39	1.591.410	22,43
2018	2.056.511	329.284	16,01	1.883.584	17,48
2019	2.450.264	363.584	14,83	2.292.607	15,85
2020	3.105.805	395.414	12,73	2.948.431	13,41

Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

As matrículas a distância no Brasil estão divididas entre IES públicas e privadas, mas a evolução das matrículas é, predominantemente, no setor privado, com crescimento variável de 261,8% no período de 2011 a 2020.

Desde o ano de 2011, a Universidade Pitágoras Unopar assumiu uma parcela da atuação no Ensino a Distância no Brasil, de 14,91%, que, comparada ao setor privado, representou 18,17%. O ano que mais se destacou foi o de 2014, em que a instituição realizou, aproximadamente, 25% do total de matrículas a distância no Brasil e 25,85% do total de matrículas entre as IES privadas. Ou seja, a Universidade Pitágoras Unopar detinha um quarto do mercado educacional a distância. Em 2015, a IES representava, aproximadamente, 23% do total de matrículas a distância no Brasil, e 26% do total de matrículas a distância entre as IES privadas.

É importante destacar que essa grande participação no setor educacional a distância se deu pelas atividades no mercado de Bolsa de Valores do grupo Kroton/Cogna no ensino

superior privado-mercantil, que, após adquirir a Unopar, utilizou estratégias⁸⁷ para o crescimento e a consolidação no mercado educacional no Brasil.

Nota-se que, a partir de 2015, a participação da Universidade Pitágoras Unopar por meio dos cursos a distância no Brasil veio diminuindo e, em 2020, representou 12,73%, e 13,41% do total de matrículas a distância entre as IES privadas. Apesar de a IES ter tido uma queda na participação no mercado do ensino a distância no Brasil, as matrículas aumentaram a cada ano, ultrapassando 400.000 mil matrículas, sendo 395.414 a distância. Logo, ao mesmo tempo que a Universidade Pitágoras Unopar aumentou suas matrículas em EaD, houve uma criação de outras IES privadas com polos de EaD no país, que também se utilizam dessa modalidade de ensino.

Tal acontecimento se deve à criação de IES privadas nos últimos anos, em especial a partir de 2017, quando a legislação flexibilizou a criação de IES com a abertura de polos de EaD sem avaliação pelo MEC, apenas na sede da IES.

Conforme a Kroton, o novo marco regulatório da modalidade de Ensino a Distância, respaldado pelo Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017a), facilitou a expansão no número de polos no mercado: “Até 2018, podíamos abrir 200 novos polos por ano considerando a Uniderp, com nota 3, e a Unopar, com nota 4, e usufruímos deste benefício em 2017 e 2018 com ampla oferta de cursos de graduação a distância” (KROTON, 2019b, p. 144).

Diante disso, a Tabela 8 ilustra as matrículas da instituição por grau acadêmico.

Tabela 8 – Evolução do número de matrículas por grau acadêmico – Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020)

ANO	TOTAL	BACHARELADO	Δ%B	LICENCIATURA	Δ%L	TECNÓLOGOS	Δ%T
2011	157.296	78.319	-	40.779	-	38.198	-
2012	202.700	99.981	27,7	52.901	29,7	49.302	29,1
2013	267.805	123.712	23,7	73.295	38,6	70.798	43,6
2014	327.406	139.578	12,8	108.940	48,6	78.888	11,4
2015	353.432	145.944	4,6	132.189	21,3	75.299	-4,5
2016	371.028	147.364	1,0	154.927	17,2	68.737	-8,7
2017	373.308	147.974	0,4	157.306	1,5	68.028	-1,0
2018	343.585	138.407	-6,5	139.086	-11,6	66.092	-2,8
2019	375.395	152.341	10,1	146.335	5,2	76.719	16,1
2020	405.395	167.517	10,0	142.755	-2	95.123	24,0
Δ%	-	113,9	-	250,1	-	149,0	-

Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

⁸⁷ Essas estratégias podem ser observadas no decorrer do texto, em especial na subseção 4.4.

Os cursos de bacharelados lideraram nas matrículas, no entanto, em 2016 e 2017, os cursos de licenciaturas ultrapassaram os bacharelados com 154.927 matrículas. No ano de 2018, os bacharelados tiveram uma diminuição (-6,5%) e, ao mesmo tempo, aproximaram-se, com as matrículas de licenciaturas em 139.086 e de bacharelados em 138.407. Já no ano de 2019, as matrículas tiveram um crescimento tanto em bacharelados (10,07%) quanto em licenciaturas (5,21%).

Destacam-se os cursos tecnológicos, que são os mais ofertados, porém, os que possuem menos matrículas. Tais cursos tiveram um crescimento a partir de 2013 (43,6%), ocorrendo uma diminuição a partir de 2015 (-4,55%), tornando a crescer apenas em 2019 (-2,85%).

Em relação ao ano de 2020, as matrículas nos bacharelados predominaram, mas o crescimento variável anual correspondeu a 10%, enquanto as matrículas de licenciaturas tiveram uma queda anual de -2%. Chamam a atenção as matrículas dos cursos tecnológicos no ano de 2020, que obteve um crescimento variável de 24%. De maneira geral, as matrículas que tiveram um crescimento variável anual de 2011 a 2020 foram as dos cursos de licenciaturas, representando 250%, seguidas das matrículas dos cursos tecnológicos, com 149%, e por último as dos cursos de bacharelados, com 113,9%.

É importante enfatizar que não há como identificar as matrículas por grau acadêmico por modalidade de ensino, logo, os dados da Tabela 8 se referem a matrículas tanto presenciais quanto a distância. No entanto, vimos, no início desta seção (ver Quadro 13), que todos os cursos de licenciaturas são ofertados na modalidade de EaD.

Devido à evolução das matrículas a distância na IES, buscamos analisar o quadro docente, para comparar a relação de alunos matriculados e os docentes em exercício, conforme a Tabela 9, a seguir.

Tabela 9 – Docentes x discentes – Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020)

ANO	TOTAL DE DOCENTES	TOTAL DE MATRÍCULAS	DISCENTE / DOCENTE
2011	630	157.296	249,68
2012	719	202.700	281,92
2013	683	267.805	392,10
2014	788	327.406	415,49
2015	773	353.432	457,22
2016	752	371.028	493,39
2017	699	373.308	534,06
2018	663	343.585	518,23
2019	786	375.395	477,60

2020	573	405.395	707,50
------	-----	---------	--------

Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

Apesar de o quadro docente não ser nosso objeto de pesquisa, faz-se necessário analisá-lo para demonstrar a relação da quantidade de matrículas EaD e presencial com a quantidade de docentes em exercício na Universidade Pitágoras Unopar.

A grande quantidade de discentes matriculados para o número de docentes em exercício revela indícios da precarização do trabalho docente, tendo em vista que o professor tem sobrecarga mental e física, e precisa de atenção e tempo para atender a uma demanda alta de estudantes. Nesse caso, o ano de 2011 mostra que são, aproximadamente, 249 alunos para 1 docente (ver Tabela 9, acima). Em 2017, essa quantidade subiu expressivamente para 534 alunos para 1 docente em exercício. Em relação ao ano de 2020, o total de alunos para cada professor quase triplicou, registrando 707 alunos para cada 1 docente.

A relevância desse dado demonstra que o EaD⁸⁸ enquanto modalidade de ensino vem ganhando força no ensino superior privado, como na Unopar, e revela a sobrecarga do professor, uma vez que o docente atende a turmas *on-line* com grande quantidade de alunos em uma mesma turma a distância, o que não ocorreria com o ensino presencial.

Segundo Seki (2021), o trabalho docente é o alvo da exploração do trabalho nas IES privado-mercantis, como na Kroton, e, conseqüentemente, nas suas marcas, como a Unopar. O autor enfatiza que professores e técnicos são os verdadeiros produtores de riqueza, por serem as principais mãos de obra para o funcionamento das IES, uma vez que, sem esses profissionais, as operações pedagógicas de ensino entre professor e aluno não funcionariam.

A precarização do trabalho docente na Universidade Pitágoras Unopar também ocorre devido à falta de regulamentação do profissional “tutor *on-line*”, à falta de proteção trabalhista e ao aumento da proporcionalidade de alunos por docentes, tendo em vista que o Ensino a Distância não impede que uma turma de estudantes possua mais de 200 alunos juntos, uma vez que seja *on-line* (ALMEIDA, 2016).

Para Seki (2021), a precarização do trabalho docente ocorre de várias maneiras, uma delas, se não a principal, é a redução de docentes qualificados, para novas contratações de docentes recém-formados a serem pagos pelos menores salários. Conforme Amorin (2017) *apud* Seki (2020, p. 53), “Em 2017, a Kroton dispendeu apenas 19,8% de sua receita com salários, metade da média no setor, o que denota um nível elevado de exploração da força de

⁸⁸ matrículas majoritárias, ver gráfico 6.

trabalho em suas instituições de ensino”. Esse processo vem sendo frequente devido à formação de um oligopólio no ensino superior privado no Brasil.⁸⁹

Conforme a pesquisa de Silva (2013), que investigou o curso de Serviço Social na modalidade EaD na Unopar em 2013, o modelo EaD sobrecarrega o docente por atender mais de 300 alunos ao mesmo tempo no ensino *on-line*. Além disso, “O desafio para esse tutor/a é ministrar as aulas de todas as disciplinas presentes no currículo do curso, o que requer domínio de conteúdos extras que, originalmente, não faz parte de sua formação” (SILVA, 2013, p. 55).

Nesse sentido, a não interação presencial/física do docente com o aluno implicará na formação desse profissional, uma vez que o processo de aprendizagem parte da interação social, dos estudos compartilhados, do acesso ao acervo bibliográfico e das aulas práticas, que precisam de espaços físicos adequados para a formação docente. Isso demonstra que a Universidade Pitágoras Unopar não está preocupada com o ensino qualificado e a interação social, mas com a quantidade de alunos matriculados que irão beneficiar suas receitas financeiras.

Para a melhor compreensão dos dados, a próxima subseção apresentará como esses discentes ingressaram na Universidade Pitágoras Unopar.

4.3 As formas de ingresso e os tipos de financiamento da Universidade Pitágoras Unopar

Segundo a Unopar (2020e), as formas de ingresso dos alunos são: o vestibular tradicional presencial⁹⁰ ou *on-line*, a segunda graduação⁹¹ e a transferência externa. Outra forma de ingresso é o aluno usar a nota do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) dos anos anteriores. “Além disso, a Unopar conta com ótimos programas de bolsas, convênios e descontos para otimizar o seu ingresso em uma instituição que te permita atingir o sucesso profissional!” (UNOPAR, 2020e, n.p).

Com relação às matrículas da Unopar, analisamos as formas de ingresso (ver Tabela 10, a seguir), que são variáveis, quais sejam: Vestibular tradicional, Enem, e outras formas. As formas de ingresso Avaliação Seriada, Transferência Exfício, Decisão Judicial e Programas

⁸⁹ Para Seki (2021), a precarização do trabalho possui direta relação com o mercado financeiro, uma vez que implicou a reforma trabalhista sancionada pelo governo Michel Temer (2016-2018), bem como com a reforma da previdência social, aprovada no governo Jair Bolsonaro (2019-2022). Para mais detalhes, ver Seki (2021).

⁹⁰ “O processo seletivo tradicional (vestibular) consiste em uma prova de redação e questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais, disponível em todas as nossas unidades” (KROTON, 2014a, p. 149).

⁹¹ “O processo seletivo para segunda graduação é uma forma de ingresso nos nossos cursos de graduação para portadores de diploma de Ensino Superior. O mesmo é realizado por meio de uma análise de documentação apresentada pelo candidato, que poderá efetuar a matrícula sem processo seletivo” (KROTON, 2014a, p. 149).

Especiais apenas constam como tipos de ingresso nos microdados, no entanto, a Unopar não apresentou dados de alunos por esse tipo de ingresso nos anos de 2011 a 2020.

Tabela 10 – Tipo de ingresso dos estudantes da Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020)

ANO	VESTIBULAR	ENEM	OUTRAS FORMAS	TOTAL
2011	145.192	8.844	108.718	262.754
2012	187.627	11.115	131.366	330.108
2013	247.008	19.567	137.379	384.387
2014	302.563	28.974	128.090	459.627
2015	322.303	35.311	118.721	476.335
2016	339.711	26.223	118.454	484.388
2017	340.003	26.481	128.304	494.788
2018	308.552	25.600	112.362	446.514
2019	336.897	23.470	148.999	509.366
2020	248.246	4.717	9.166	262.129

Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

Na coluna “outras formas”, foram agrupados os tipos de ingresso: outro tipo de seleção; processo seletivo; seleção simplificada; vaga remanescente, vaga nova e programas especiais. Esses meios de ingresso detinham descontinuidade dos dados nos anos, bem como foram agrupados para melhor compreensão de análise.

O vestibular tradicional realizado pela própria IES é o tipo de ingresso de maior procura pelos estudantes da Universidade Pitágoras Unopar, representando 94,7% do total de ingressos do ano de 2020. A soma dos outros tipos de ingresso representou 3,5%, e o Enem, 1,8% do total de ingressos do ano de 2020. Portanto, o vestibular tradicional, que pode ser presencial ou *online* é o mais procurado pelos estudantes, seguido do Enem.

A entrada dos estudantes pelo Enem cresceu devido às condições para candidatar-se nos programas Fies e ProUni, que são exigências para o cadastro do estudante via financiamento estudantil público – Fies – ou via programa de bolsas – ProUni. Não é à toa que a Universidade Pitágoras Unopar divulga em seu *site* a forma de ingresso com destaque para os descontos via Enem (ver Figura 5, a seguir).

Figura 5 – Formas de ingresso Enem – Unopar

Sua nota do ENEM

VALE BOLSA

na UNOPAR

Mais da metade do curso é por nossa conta, garanta sua bolsa de até 100%. É muito fácil e rápido. **Calcule agora!**

Preencha o campo abaixo e descubra seu desconto

Qual sua nota do Enem?

CALCULAR DESCONTO

[Consulte o regulamento](#)

Fonte: Unopar, 2020e.

A Universidade Pitágoras Unopar anuncia também as vantagens que o aluno possui ao usar a nota do Enem para ingressar na instituição: “Matricular-se sem prestar vestibular; Utilize sua nota de anos anteriores; Isenção na taxa de inscrição; Facilidade na matrícula on-line” (UNOPAR, 2020f, n.p).

Outra forma de ingresso é a solicitação dos programas ProUni e Fies, em que o aluno precisa criar um cadastro com documentos pessoais. Esse tipo de ingresso é uma das estratégias que o grupo Kroton/Cogna usa desde a criação desses programas, por serem muito significativos e lucrativos. Conforme Sousa (2019), o Fies é um tipo de financiamento público que favorece os grandes empresários de IES privadas, sobretudo das que estão em Bolsa de Valores, por obterem contratos bilionários, advindos de recursos públicos.

Nesse sentido, a Universidade Pitágoras Unopar usa como estratégia as ofertas de descontos no *site* para atrair a clientela/alunos por meio da forma de ingressos, como a possibilidade de o aluno obter bolsa, sobretudo, com financiamento estudantil.

Apesar de o objeto da pesquisa não ser propriamente a utilização do financiamento estudantil, faz-se necessário analisar os dados de matrículas via financiamento (público ou privado), tendo em vista sua inserção nas formas de atrair os alunos para os cursos a distância, bem como sua participação nas atividades do grupo Kroton/Cogna no período de 2011 a 2020.

Diante disso, a variação do crescimento de matrículas que a Universidade Pitágoras Unopar deteve entre 2011 e 2020 foi de 771,82%, correspondente a algum tipo de financiamento,⁹² como pode ser observado na Tabela 11.

⁹² Conforme os microdados do Censo da Educação Superior, os dados de financiamento consideram tanto as bolsas e os empréstimos estudantis (público e privado) como o financiamento estudantil.

Tabela 11 – Evolução do número de matrículas presenciais e a distância da Universidade Pitágoras Unopar por tipo de financiamento (2011 a 2020)

ANO	SEM FINANCIAMENTO	(%)	COM FINANCIAMENTO	(%)	TOTAL MATRÍCULAS
2011	139.472	88,66	17.824	11,33	157.296
2012	180.078	88,83	22.622	11,16	202.700
2013	219.760	82,05	48.045	17,94	267.805
2014	312.394	95,41	15.012	4,58	327.406
2015	217.262	61,47	136.170	38,52	353.432
2016	195.236	52,62	175.792	47,37	371.028
2017	133.440	35,74	239.868	64,25	373.308
2018	71.195	20,72	272.390	79,27	343.585
2019	230.531	61,41	144.864	38,58	375.395
2020	250.001	61,66	155.394	38,33	405.395
Δ%	79,24	-	771,82	-	-

Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

A partir de 2011, as matrículas via financiamento estudantil eram cerca de 11%, obtendo um aumento para 38% a partir de 2015, e assim sucessivamente. Destaca-se o ano de 2018, em que o percentual chegou a, aproximadamente, 79%, encerrando o ano de 2020 com um total de 155.394, correspondente a, aproximadamente, 38% das matrículas com algum tipo de financiamento.

Para Souza e Chaves, o modo de matrícula via financiamento estudantil revela uma contradição “[...] ao mesmo tempo que possibilita o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, transforma o direito do acesso de forma gratuita e ampla nas universidades públicas numa dívida compulsória” (SOUZA; CHAVES, 2021, p. 12).

Tal contradição identificada pelas autoras é utilizada como *marketing* para atrair alunos. Assim, a Kroton/Cogna e a Unopar divulgam “A oferta de alternativas atrativas (PROUNI e FIES) possibilitam às classes de baixa renda acessar o ensino superior [...]” (KROTON, 2014a, p. 115). É como se esses programas fossem a principal forma de ingressar nos cursos superiores, ocultando o real objetivo da IES em querer matrículas via financiamento estudantil.

Os tipos de financiamentos estudantis são divididos em reembolsáveis e não reembolsáveis, e dependendo do financiamento, os públicos são gerenciados pelos governos federal, estadual e municipal (SOUZA; CHAVES, 2021). Em relação à Universidade Pitágoras Unopar, os tipos de financiamentos são: Fies, financiamento próprio da IES, financiamento por entidades externas, empréstimo com garantia, e o programa de bolsas ProUni (integral e parcial), conforme detalha a Tabela 12, a seguir.

Tabela 12 – Matrículas presenciais e a distância por tipo de financiamento estudantil – Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020)

FINANCIAMENTO ESTUDANTIL REEMBOLSÁVEL											
TIPO DE FINANCIAMENTO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
FIES	679	1.615	3.703	7.102	6.848	5.370	4.557	3.232	1.739	1.172	36.025
GOVERNO ESTADUAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOVERNO MUNICIPAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADMINISTRADO PELAS IES	3	0	0	0	4	12.396	10.406	2.060	17.136	120	421.25
ADMINISTRADO POR ENTIDADES EXTERNAS	0	0	39.964	26	404	0	0	4	3	0	40.401
ADMINISTRADOS POR OUTRAS ENTIDADES	992	964	0	0	0	0	0	0	0	0	1.956
FINANCIAMENTO ESTUDANTIL NÃO REEMBOLSÁVEL											
TIPO DE FINANCIAMENTO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROUNI INTEGRAL	8.943	11.181	19.517	2.754	34.473	32.520	31.232	28.509	4.712	10.604	184.445
PROUNI PARCIAL	6	3	0	14	115	42	24	96	0	1	301
GOVERNO ESTADUAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOVERNO MUNICIPAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADMINISTRADO PELAS IES	0	0	3.439	3.665	0	129.574	201.815	239.743	122.610	140.397	841.243
ADMINISTRADO POR ENTIDADES EXTERNAS	0	0	20.679	1.460	89.198	360	544	1.893	1.148	4.822	120.104
ADMINISTRADOS POR OUTRAS ENTIDADES	7.383	9.039	0	0	0	0	0	0	0	0	16.422

Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c.

Importante mencionar que as matrículas via Fies representam apenas as matrículas presenciais, uma vez que a legislação que estabelece esse financiamento é destinada à concessão de financiamentos a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais, não gratuitos, com avaliação positiva nos processos geridos pelo MEC. (BRASIL, 2005a)⁹³.

Dentre o financiamento estudantil público, destaca-se o Fies, que, no ano de 2014, registrou um total de 7.102 matrículas, representando 47,3% do total dos financiamentos estudantis, e 42,9% das matrículas presenciais da Universidade Pitágoras Unopar. A partir de 2015, os alunos beneficentes desse programa tiveram uma queda de, aproximadamente, -3,57%.

Nota-se que houve diminuição nas matrículas pelo Fies a partir de 2016 e que, no ano de 2020, o número de financiamentos do Fies representou 0,75% do total dos financiamentos estudantis e 11,7% das matrículas presenciais da Universidade Pitágoras Unopar.

Tal diminuição se deve às mudanças ocorridas nos contratos do Fies a partir do ano de 2015, o que levou a algumas reduções nos contratos com alguns grupos educacionais, como na Kroton/Cogna e, conseqüentemente, nas suas marcas/IES, como no nosso lócus de pesquisa, a Universidade Pitágoras Unopar.

O Fies constitui uma rede de governança com a participação de diversos atores⁹⁴ políticos e sociais que se beneficiam desse programa com a finalidade de lucrar. “Como consequência, esse programa contribuiu para intensificar a privatização desse nível de ensino no Brasil e a concepção de educação como mercadoria altamente lucrativa” (SANTOS; CHAVES; PAIXÃO, 2021, p. 4).

Ainda sobre o financiamento estudantil reembolsável, a Universidade Pitágoras Unopar não apresentou nenhum financiamento público realizado pelos governos estaduais e municipais, mas contabilizou o financiamento administrado pela própria IES que apareceu no ano de 2011, com um total de 3, e depois reapareceu somente a partir de 2015, quando obteve um crescimento variável nas matrículas presenciais e a distância entre 2015 e 2020, de 2.900%.

⁹³ Em 2022 a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou projeto que inclui os cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) a distância no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) (CAMERA DOS DEPUTADOS, 2022, n.p).

⁹⁴ “[...] Entre eles se destacaram: MEC; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Conselho Nacional de Educação (CNE); deputados e senadores (Congresso Nacional); Banco do Brasil (BB); Caixa Econômica federal (CEF); TCU; CGU; Kroton; Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp); Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep); Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu); Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup); Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (Feresp5); Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (Abraes); instituição financeira do Banco Mundial (International Finance Corporation – IFC); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee); e União Nacional dos Estudantes (UNE)” (SANTOS; CHAVES; PAIXÃO, 2021, p. 6).

Em relação ao financiamento administrado por entidades externas (reembolsáveis), chama a atenção o ano de 2013, que detinha cerca de 39.964 dos alunos beneficentes, correspondia a 83% do total de matrículas com financiamento estudantil e 14,92% de matrículas presenciais e a distância da Universidade Pitágoras Unopar, mas apresentou reduções nos anos posteriores, com apenas 4 alunos em 2018, e 3 em 2019.

Com relação ao ProUni integral, desde o ano de 2011, a Unopar possui alunos matriculados por esse programa, iniciando com 8.943 e correspondendo a, aproximadamente, 50% do total dos financiamentos estudantis, e a 5,6% do total de matrículas da Universidade Pitágoras Unopar.

Os anos seguintes mostraram uma sequência de crescimento nesse programa de bolsas. Destaca-se o ano de 2015, que obteve 34.473 beneficentes e correspondia a 25% das matrículas com financiamento estudantil, e 9,7% do total de matrículas da Unopar. Os anos seguintes evidenciaram seu crescimento, em especial o de 2020, cujo número de bolsistas do ProUni representou 6,8% do total dos financiamentos estudantis e 2,6% do total de matrículas da IES.

O financiamento estudantil administrado pela própria IES (não reembolsável) apareceu a partir de 2013, mas chama a atenção o ano de 2018, que detinha 239.743 alunos beneficentes, correspondia a 88% do total de matrículas com financiamento estudantil e 6,9% do total de matrículas da IES. Em relação ao ano de 2020, o número de financiamentos administrados pela própria IES representa aproximadamente 0,8% do total dos financiamentos estudantis e 0,30% do total de matrículas da Universidade Pitágoras Unopar.

É importante destacar que as matrículas com financiamento estudantil não correspondem exatamente ao total de matrículas de cada ano. Diante disso, corroboramos os estudos de Souza e Chaves (2021), os quais apontam uma dificuldade nas análises dos dados sobre as matrículas realizadas por meio dos financiamentos estudantis, uma vez que o mesmo estudante pode se beneficiar de mais um tipo de financiamento.

Com referência ao financiamento estudantil administrado por entidades externas (reembolsável), foi registrado apenas nos anos de 2013, 2014 e 2015. Em relação ao “não reembolsável”, este apresentou uma sequência de 2013 a 2020, apesar de os números oscilarem. Tal relação pode ser comparada com o tipo de financiamento “administrado pela própria IES”, logo, ambas as formas de financiamento consideradas privadas possuem continuidade, em especial, as dos não reembolsáveis.

Conforme Reis (2019), o aparecimento dos financiamentos próprios da IES se deu com a possibilidade de ocupar o espaço e a demanda por empréstimos estudantis deixados com a diminuição dos contratos pelo Fies. As IES, para não perderem seus alunos, criaram outros

tipos de financiamento, tanto o administrado pela própria IES quanto o administrado por entidades externas, que podem estar relacionadas a convênios e parcerias com bancos privados.

Segundo a Kroton (2012), a Universidade Pitágoras Unopar se beneficia do ProUni desde 2009 por meio da isenção de tributos federais, acerca do Imposto de Renda e da Contribuição Social (IR/CS), nas receitas dos cursos de graduação presencial e a distância.

Em relação ao Fies, a administração da Kroton divulgou que, ao adquirir a Unopar em 2011, houve um aumento significativo de ingressantes por esse tipo de financiamento, com a justificativa de que “[...] ainda existe uma forte demanda reprimida” (KROTON, 2012a, p. 21). Diante do tipo de financiamento próprio privado da IES, é importante informar que a Kroton já utilizou o Parcelamento Estudantil Privado (PEP), criado em 2015, como uma alternativa de financiamento estudantil particular (COGNA, 2020a).

O PEP foi disponibilizado em dois formatos: PEP30 ou PEP50.

No PEP30, o aluno iniciava o ciclo pagando 30% da mensalidade, passando para 40%, 50% e 60%, nos anos subsequentes, permanecendo no percentual maior inclusive no período de amortização, enquanto no PEP50, o estudante pagava 50% da mensalidade durante todo o curso e período de amortização. Especificamente, em relação ao período de amortização, ambos têm, depois de formado, o mesmo período do curso para quitar o débito acumulado, sem adição de juros, mas com mensalidades reajustadas anualmente. (COGNA, 2020b, p. 35).

Conforme Arruda (2019), esse financiamento privado tinha como finalidade a captação dos alunos de baixa renda e os que não foram aceitos no financiamento público. Apesar desse tipo de financiamento não estar claramente nas informações dos microdados do INEP acerca dos dados da Universidade Pitágoras Unopar, pressupomos que ela já se beneficiou por esse programa via financiamento administrado pela própria IES.

Segundo a Kroton/Cogna, o PEP foi cancelado por ter perdido sua relevância nas últimas captações: “[...] a Companhia decidiu que não ofertará esse produto para novos ingressantes a partir do ano de 2021” (COGNA, 2020b, p. 82). Além disso, a *holding* divulgou ao mercado que o ano de 2020 foi desafiador devido ao impacto da pandemia da COVID-19 nas receitas financeiras, havendo “[...] (i) redução no volume da captação de alunos do ensino presencial [e] (ii) o aumento nos índices de inadimplência futuros [...]” (COGNA, 2020b, p. 47).

Apesar de o PEP ter sido cancelado em 2020, foi um grande programa que concentrou matrículas no ensino superior privado. No ano de 2017, a Kroton detinha cerca de 67.350 matrículas via PEP e, em 2018, possuía 60.994 matrículas com esse tipo de financiamento privado (REIS, 2019). Além disso, a Kroton e suas marcas/IES possuem outros tipos de financiamentos estudantis, como a linha de crédito bancário (PraValer) e o crédito estudantil.

Nesse sentido, a Universidade Pitágoras Unopar busca outras formas de persuadir a clientela, a exemplo da seguinte apelação: “Para quem não tem condições financeiras de arcar com os valores dos cursos de graduação, o financiamento é uma excelente oportunidade” (UNOPAR, 2020, n.p). Ademais, divulga que,

O crédito estudantil é uma excelente alternativa para quem está com dificuldades financeiras e não pode pagar a mensalidade integral de um curso superior. Podemos dizer que se trata de um empréstimo: você garante os custos da faculdade e ganha tempo para pagar as parcelas – que também podem ser reduzidas. São vários os tipos de crédito estudantil e empréstimos personalizados, em alguns deles é possível que você só comece a pagar depois de finalizar o seu curso. Essa é uma grande vantagem, pois permite que o estudante já ingresse em sua área e mercado de trabalho e conquiste uma posição que lhe possibilite quitar o empréstimo sem muitas dificuldades. (UNOPAR, 2020e, n.p).

O próprio *site* da Universidade Pitágoras Unopar é uma forma de chamar a atenção pelo uso do *marketing* para persuadir o cliente/aluno a aderir o financiamento por meio de empréstimos, ou seja, uma dívida, com a aparência de vantagem para o pagamento a longo prazo. Com isso, é divulgado também o “Empréstimo pessoal com garantia” (ver Figura 6).

Figura 6 – Financiamento via empréstimo com garantia – Universidade Pitágoras Unopar

A qualidade do empréstimo com garantia está na garantia

Usando seu imóvel ou veículo como garantia, a operação fica mais segura, os juros diminuem e os valores aumentam.

Anhanguera fama pitágoras unip uniderp unime unopar

Fonte: Unopar, 2020e.

A propaganda faz parte de uma das estratégias de maximização do valor acionário da IES, cujo discurso envolve o cliente/aluno usar seu imóvel ou veículo como seguro do empréstimo. Constitui-se como uma das formas de persuadir o cliente a arriscar sua conquista pessoal para conseguir quitar suas mensalidades e concluir um curso de nível superior. A Figura 6, ao mesmo tempo que divulga a propaganda do empréstimo com menores juros, divulga as marcas da Kroton/Cogna que atuam no ensino superior, dentre elas, a Unopar.

Diante disso, a instituição divulga os possíveis “benefícios” acerca de empréstimos:

Utilize o crédito para quitar dívidas, investir no seu futuro e muito mais; Os menores do mercado: nossas taxas começam a partir de 0,80% ao mês; **Você tem até 20 anos**

para quitar o seu empréstimo com a gente; Empréstimos com valores de R\$ 5 mil a R\$ 3 milhões. (UNOPAR, 2020, n.p, grifo nosso).

As propostas de financiamento que a Universidade Pitágoras Unopar oferece, revelam que os alunos/clientes, ao aderirem, estarão aceitando uma dívida que pode durar 20 anos ou mais (dependendo do curso e dos valores), podendo perder seus patrimônios pessoais, fruto do esforço do trabalho de anos.

Em relação ao ingresso do aluno por meio do ProUni, depende de uma avaliação da documentação socioeconômica dos candidatos pré-selecionados pelo MEC, e são com base na nota do Enem e do resultado da prova de redação. Após a pré-seleção, o candidato deve enviar seus documentos e acompanhar o resultado do processo seletivo (KROTON, 2014a).

A oferta desse programa é uma das formas que a Kroton/Cogna usa para o crescimento do ensino superior, em especial, em EaD. Além disso, a Kroton/Cogna possui quatro alavancas de crescimento para o ensino superior no Brasil, que são:

a) **Crescimento do ensino a distância (“EAD”)**, que aumenta consideravelmente o público-alvo das empresas de ensino; b) **A oferta de alternativas atrativas (PROUNI e FIES)**; c) Expansão do segmento formado por trabalhadores que estudam; e d) Fragmentação do mercado que oferece oportunidades de crescimento por aquisição. [...] **O ensino a distância surge como opção para aumentar a penetração do Ensino Superior no Brasil em virtude de sua mensalidade possuir um valor mais baixo**, o que aumenta substancialmente o número de pessoas com poder aquisitivo necessário para frequentar esses programas. (KROTON, 2014a, p. 115, grifo nosso)

Contudo, o Ensino a Distância é utilizado como principal forma de captar alunos, uma vez que emprega uma publicidade em relação à mensalidade de um valor mais baixo, comparado a um curso presencial. Além disso, o excerto acima chama a atenção para a alavanca (“c”), que enfatiza o fato de atrair a expansão de alunos trabalhadores que estudam, na qual há uma ilusão de que a modalidade de EaD seria a “ideal”, mostrando mais uma vez que seu ensino pretende atrair o público-alvo do jovem trabalhador.

Essa captação de alunos também se dá em virtude do fortalecimento dos programas ProUni e Fies, tendo em vista a demanda para frequentar esses programas. E a Kroton/Cogna, por meio de suas marcas, em especial, a Unopar, acaba por se beneficiar.

Os programas ProUni e Fies são os grandes destaques que a Kroton/Cogna usa como regra para suas marcas/IES aderirem e persuadirem o máximo de alunos. Esse sistema é nítido pela propaganda que é empregada nesses programas, sobretudo, pelos tipos de financiamento que a IES oferece para atrair sua clientela.

Diante disso, o financiamento estudantil é uma das formas utilizadas para o ingresso ou a permanência do estudante nos cursos superiores do grupo Kroton/Cogna e suas marcas. Tais instituições beneficiam-se de programas de financiamento para fazer publicidade em seus *sites* como um dos principais meios para aumentar o número de matrículas e, conseqüentemente, maximizar os lucros para os seus acionistas. E tem como destaque principal o programa de financiamento estudantil público (Fies), bem como o programa de bolsas parciais e integrais (ProUni), e os financiamentos próprios privados.

Tais propagandas das formas de ingresso e dos tipos de financiamento estão relacionadas às estratégias de *marketing* das IES para captação de alunos. Isto será discutido na próxima subseção.

4.4 As estratégias de *marketing* para captação de alunos de EaD – Unopar e Kroton/Cogna

A atuação e a expansão da Universidade Pitágoras Unopar no Ensino a Distância se dá também pela atuação do grupo Kroton/Cogna, tendo sido acelerada tanto pela concentração de matrículas quanto pela distribuição de polos de EaD, bem como pela utilização de estratégia de mercado do “semipresencial”. O *site* informa que esse tipo de modalidade possui apenas uma aula presencial na semana, e o restante a distância (UNOPAR, 2021), quando, na verdade, trata-se da própria modalidade de EaD.

As estratégias de *marketing* utilizadas pela Universidade Pitágoras Unopar são praticamente as mesmas divulgadas pela Kroton/Cogna, tendo em vista que todas pertencem a um único grupo e seguem a mesma gestão de atividades.

Para atrair a clientela, esses grupos educacionais se utilizam de discursos voltados ao crescimento profissional, quando, na essência, o objetivo incansável é o de captar alunos, com destaque para o consumo dos cursos superiores a distância, e gerar mais lucros. Tais discursos mudam de figura ao longo do tempo, como pode ser observado por meio da publicidade. “Nesse caso, o fato gerador do consumo seria a produção. Mas, atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos” (SANTOS, 2021, p. 61).

O autor enfatiza que o consumo é a produção do consumidor, e traz um exemplo:

Daí o império da informação e da publicidade. Tal remédio teria 1% de medicina e 99% de publicidade, mas todas as coisas no comércio acabam por ter essa composição: publicidade + materialidade; publicidade + serviços, e esse é o caso de tantas mercadorias cuja circulação é fundada numa propaganda insistente e frequentemente enganosa. Há toda essa maneira de organizar o consumo para permitir, em seguida, a organização da produção. (SANTOS, 2021, p. 61).

As estratégias de *marketing* para captação de alunos na Unopar são divulgadas tanto em seu *site* oficial quanto pela Kroton/Cogna, nos relatórios de sustentabilidade, em que divulga propostas publicitárias para chamar a atenção do futuro aluno/consumidor para todas as suas IES/marcas, entre elas, a Unopar. Conforme mostra a Figura 7, a seguir, os benefícios que o aluno terá ao escolher essa instituição de ensino são:

Figura 7 – Estratégias de *marketing* para captação de alunos



Fonte: Unopar, 2020c.

Para Carvalho (2017), o *marketing* empregado pelas IES privado-mercantis inclui a imagem de artistas bem sucedidos e a adoção de estratégias agressivas direcionadas ao acesso imediato ao mercado de trabalho. Nesse sentido, a Figura 7 expressa essa relação de propaganda e publicidade que a Unopar utiliza para atrair a clientela, na qual destacam-se as “habilidades digitais” como ferramentas principais para adentrar o mercado de trabalho, reforçando a defesa do Ensino a Distância, uma vez que incentiva a “desenvolver” tais habilidades.

A divulgação está relacionada à publicidade que a IES utiliza. Para Santos (2021), a publicidade possui uma forte penetração nas atividades que são subordinadas a regras.

A publicidade tem, hoje, uma penetração muito grande em todas as atividades. Antes, havia uma incompatibilidade ética entre anunciar e exercer certas atividades, como na profissão médica, ou na educação. Hoje, propaga-se tudo, e a própria é, em grande parte, subordinada às suas regras (SANTOS, 2021, p. 52-53).

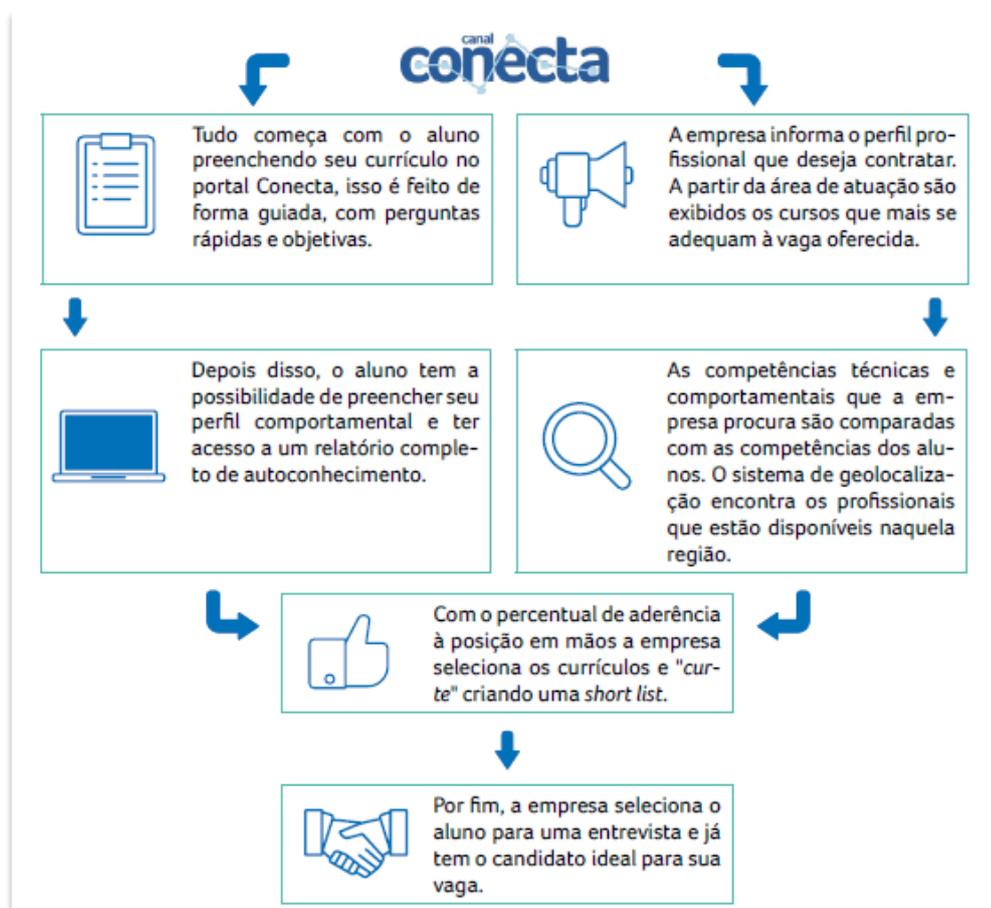
As regras podem ser observadas pela competição que há pelos grupos educacionais, em especial, as IES privado-mercantis, como a Unopar, que emprega publicidade como regra nas propagandas de *marketing*, com o discurso de crescer no mercado com a formação ofertada pela IES, como observado na Figura 7, com as “trilhas de carreira” e o “Canal Conecta”.

Cabe destacar a importância do Canal Conecta nas estratégias de *marketing*, por ser uma plataforma digital utilizada pelo grupo Kroton/Cogna e por suas marcas, sobretudo a Unopar. O canal foi criado em 2014 pela Kroton como “inovação” a ser empregada para as marcas, com o discurso de que o aluno, ao se formar nos cursos superiores, teria emprego garantido, uma vez que as IES possuem uma plataforma “exclusiva” que dá acesso ao mercado de trabalho.

Canal Conecta é uma plataforma exclusiva que aproxima alunos e ex-alunos do mercado de trabalho, reforçando nosso compromisso de formar cidadãos e apoiá-los na conquista de seus projetos de vida. A ferramenta é gratuita e permite fazer a gestão de todo o processo seletivo, desde o agendamento de entrevistas, até a contratação do candidato, facilitando o relacionamento entre as empresas parceiras e os alunos, futuros profissionais do mercado. As informações que as empresas procuram e aquilo que os alunos têm a oferecer geram um enorme fluxo de dados, geridos em nossa plataforma por meio de algoritmos proprietários, probabilidade, Machine Learning e padronização, que apontam a pessoa certa para a vaga pesquisada. (KROTON, 2015, p. 32).

Os usos de plataformas digitais remetem às discussões de Dowbor (2020) ao mencionar que a propagação da tecnologia são formas de deslocamentos do sistema capitalista para se apropriar dos mercados. A Figura 8, a seguir, apresenta o *marketing* do Canal Conecta divulgado pela Kroton.

Figura 8 – Canal Conecta



Fonte: Kroton, 2015, p. 33.

Para Dowbor (2020), o capitalismo surgiu como uma revolução nas forças produtivas, destacando a tecnologia, que, atualmente, constitui-se como o principal fator de produção, enfatizando que estamos na era da economia do intangível.

[...] no século passado o capitalista ainda era dono de fábricas e plantações – e durante boa parte do presente século, sem dúvida, ainda o será. No entanto, hoje e cada vez mais, é um **controlador de plataformas digitais**, aplicativos, patentes [...] e de fluxos financeiros, igualmente imateriais [...] (DOWBOR, 2020, p. 35, grifo nosso).

Segundo o autor, a criação de plataformas é a nova forma de “produção” que se deslocou na era digital, como parte de uma revolução tecnológica, na qual o perfil do capitalista passa a ser pelas plataformas digitais, pela criação de redes, entre outras formas das quais o capital se apropria como maneira de aumentar seus lucros.

Para Almeida (2016), a modalidade de Ensino a Distância está diretamente relacionada com a criação e o uso de plataformas virtuais, que, conseqüentemente, contribuem para o

aumento de lucro do capital por meio da educação. E o Canal Conecta é uma dessas plataformas que têm como centralidade a maximização do valor acionário do grupo Kroton/Cogna e das mais de 11 mil empresas parceiras no mercado, que são: Banco Itaú, Carrefour, Google, Danone, Ambev, JBS, Volkswagen, Havaianas, GE, Riachuelo, Batavo, CVC, O Boticário, Fiat e outras, como mostra a Figura 9.

Figura 9 – Empresas com parceria do Canal Conecta – Kroton/Cogna e Unopar



Fonte: Kroton, 2017a, p. 46.

A plataforma digital Canal Conecta investe na divulgação das parcerias com empresas consolidadas no país, como estratégias para captação de alunos para os cursos superiores que sonham com um emprego no concorrido mercado de trabalho brasileiro. Esse sistema corrobora as análises de Seki (2021), que mostram a transformação das IES privadas em verdadeiras plataformas de valorização de capitais monetários.

Importante mencionar que as estratégias de *marketing* fazem parte do plano de expansão da Kroton/Cogna: “Investimos também em infraestrutura, *marketing*, pessoas e despesas pré-operacionais, além de buscarmos a identificação de locais estratégicos, negociação da aquisição ou locação de imóveis, construção ou reforma de instalações [...]” (KROTON, 2014a, p. 31).

Além disso, a Unopar divulga em seu *site* os seus “diferenciais” e porque o aluno deve escolher se matricular na Unopar e não em outra IES:

A Unopar é pioneira e líder em educação a distância no Brasil; **Diploma da modalidade a distância é equivalente ao diploma dos cursos presenciais**; Nota 4

(numa escala máxima até 5) no Conceito Institucional EaD (CI-EaD) do MEC; Metodologia de ensino focada no aprendizado prático e na preparação para o mercado de trabalho. (UNOPAR, 2020d, grifo nosso).

O destaque acima revela a persuasão a fim de chamar a atenção do aluno para que este opte por matricular-se na modalidade de Ensino a Distância e não em um curso presencial, tendo em vista que há uma chamada apelativa para o *marketing* do diploma, cujo anúncio diz ser igual ao diploma dos cursos presenciais, como forma de valorizar o EaD.

Essa persuasão do Ensino a Distância é devida ao fato de a Kroton/Cogna querer crescer mais ainda no mercado educacional, como pode ser observado nos relatórios, o EaD como “Flexibilidade para diferentes rotinas de estudo”, enfatizando que o aluno poderá acessar o curso por meios tecnológicos, tais como:

Webaulas; Videoaulas; Fórum de discussões; Produções textuais; Uma aula presencial por semana, transmitida via satélite e com recursos interativos, que deve ser acompanhada em um dos polos. Nossos cursos de Ensino Superior a Distância têm uma metodologia própria que oferece ao aluno a flexibilidade de escolher o método de estudo que preferir. (KROTON, 2016, p. 34).

Segundo a Kroton (2014a), o Ensino a Distância traz uma flexibilidade e uma conveniência para o aluno, que pode definir seu método de estudo, desde que esteja respeitando as normas e as regras estabelecidas pela instituição.

No modelo da Unopar, o EAD é realizado por meio do **Sistema de Ensino Presencial Conectado**, que oferece aulas transmitidas via satélite, ao vivo, com interatividade on-line, por chat ou áudio, desenvolvidas de forma bilateral, ou seja, alunos e professores interagem em tempo real. [...] A flexibilidade é uma das principais características do ensino a distância, pois permite ao aluno conciliar trabalho, família e estudo. Os cursos contam também com práticas curriculares, estágio e trabalho de conclusão de curso. No caso da Unopar, os alunos são acompanhados em seu processo educativo pelos tutores presenciais e tutores a distância, responsáveis pela mediação pedagógica. (KROTON, 2014a, p. 109, grifo nosso).

A Kroton, para se referir ao Ensino a Distância, utiliza o termo “Sistema de Ensino Presencial Conectado”, como forma de suavizar um ensino *on-line*, uma vez que a interação entre professor e aluno será somente via internet.

Nesse sentido, a Kroton/Cogna e as suas marcas contam com o ensino presencial, o Ensino a Distância e o EaD Premium. Para o Ensino a Distância, configurado como cursos que são 100% *on-line*,

A única exigência comum a todos é que uma vez por semana o aluno vá até o polo da sua região para assistir a uma aula transmitida em tempo real via satélite, com

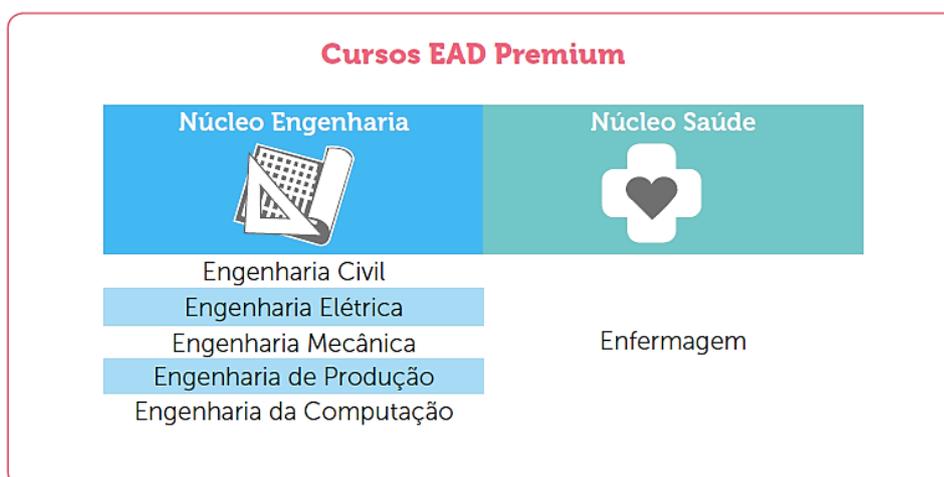
interatividade online, por chat ou áudio. No polo, o aluno também encontra suporte pedagógico e um ambiente acadêmico adequado para seus estudos. No resto da semana, o estudante tem liberdade para organizar o horário de suas atividades, que ficam disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, como webaulas, videoaulas, avaliações virtuais e produções textuais. Ele também conta com um fórum de discussões para dividir experiências e tirar dúvidas com colegas e professores, da mesma forma como é feito em cursos presenciais. (KROTON, 2016, p. 35).

Contudo, percebemos que a escolha dos estudantes, predominantemente, pela modalidade de EaD nos cursos superiores se dá pela flexibilidade do acesso e da permanência, uma vez que as aulas são *on-line*, e o aluno não precisa se deslocar presencialmente até o polo, salvo quando as matrículas são em cursos presenciais.

Além disso, as mensalidades são de preço baixo, e os cursos são aligeirados, considerados flexíveis aos estudantes trabalhadores, em especial, àqueles que moram em locais onde essa é a única forma de acesso à formação superior e veem a chance de adentrar um curso de custo baixo, flexível e com o polo de EaD, devido à possibilidade de realizar o desejo da formação de nível superior. Entretanto, essas facilidades influenciam diretamente na qualidade da formação desses profissionais e, conseqüentemente, no resultado que os egressos desejam, que é o emprego.

No ano de 2016, com a estratégia de expandir o Ensino a Distância, a Kroton/Cogna e suas marcas criaram o *marketing* do “EaD Premium”, no qual é a oferta de cursos que exige grande carga horária de matérias práticas. “Nessa nova modalidade, oferecemos parte do conteúdo por meio de nossa plataforma de Ensino a Distância, e as atividades práticas são realizadas em laboratórios dentro dos nossos polos” (KROTON, 2016, p. 35). Os cursos podem ser vistos na Figura 10, a seguir.

Figura 10 – Cursos EaD Premium



Fonte: Kroton, 2016, p. 36.

O EaD Premium representa os cursos da área da Saúde e da Engenharia, que, segundo a Kroton/Cogna, são os mais procurados pelos estudantes, mas, geralmente, são cursos ofertados nos grandes centros urbanos, por causa da necessidade de infraestrutura para as aulas práticas.

Das cidades em que a Kroton estava presente, quase a metade não tinha os cursos de Saúde e mais da metade não tinha os de Engenharia. Com o início do EAD Premium, 32 polos de nossa rede passaram a ofertar cursos do Núcleo Saúde e 79 cursos do Núcleo Engenharia, deixando claro o grande potencial que essa nova modalidade tem de fomentar o desenvolvimento do País, formando profissionais de qualidade nas regiões em que eles são mais necessários. (KROTON, 2016, p. 35-36).

A Kroton/Cogna evidencia suas estratégias para expansão do Ensino a Distância com o discurso de que há uma nova modalidade de ensino para os cursos superiores da Saúde e das Engenharias, no entanto, na essência, trata-se do uso do Ensino a Distância, tendo em vista que esta é uma modalidade de ensino regulamentada pela LDBEN nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

Apesar de o Canal Conecta ter sido criado em 2014, e o EaD Premium em 2016, no ano de 2020, passou a ser divulgado como “Empregabilidade” no mercado, enfatizando que o ensino superior a distância passava a ser desenvolvido por meio de metodologias inovadoras, uma vez que “[...] Importante ferramenta e vantagem competitiva para atingir esse objetivo é nosso Canal de Empregabilidade, Conecta” (COGNA, 2020b, p. 163).

Esse canal dito “inovador” atende às necessidades do mercado, como uma ferramenta de acesso aos alunos no mercado de trabalho. “[...] Em 2019, a plataforma continuou em franca expansão, alcançando atualmente mais de 32 mil empresas parceiras, com mais de 459 mil vagas oferecidas e acima de 689 mil alunos ativos” (COGNA, 2020b, p. 163).

Diante disso, a expansão do EaD na Kroton e a Unopar lançaram o *Kroton Learning System 2.0*, em 2014, como estratégia de inovação à era tecnológica no ensino, baseando-se nas competências desse modelo acadêmico, que “[...] foi desenhado para capturar próximo da totalidade dos 20% da carga horária total em formato à distância, com potencial de aumentar para os 40% permitidos pela Portaria do MEC 2.117/19” (COGNA, 2020b, p. 163).

Percebe-se que a criação do EaD Premium e do *Kroton Learning System 2.0* é uma forma de chamar a atenção da clientela, burlar a legislação educacional prevista na LDBEN nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e no Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017a), bem como de “suavizar”, na divulgação, o fato de que os cursos da área da Saúde não são totalmente *on-line*, quando, na verdade, não há uma regulamentação da modalidade “EaD Premium”.

Para Arruda (2019), o *Kroton Learning System 2.0* possui um discurso de maior tecnologia e informação, mas reduz o tempo das aulas presenciais para contemplar todas as disciplinas ofertadas no semestre *on-line*. E tem como foco a “[...] empregabilidade, sendo retroalimentado pelo nosso Canal de Empregabilidade Conecta com demandas do mercado, e visando à realização do projeto de vida dos alunos [...]” (COGNA, 2020b, p. 173).

Segundo Souza, empregabilidade é um discurso provido pelo sistema capitalista para solucionar o desemprego em massa, influenciado pela ideologia privatista, ao qual, na era da mundialização do capital e do acesso às tecnologias, a sociedade precisa se ajustar. “Esse quadro vem sendo fundamentado por diferentes noções, tais como: sociedade do conhecimento, pedagogia das competências, empreendedorismo, empregabilidade, entre outras” (SOUZA, 2017, p. 39).

Diante da era tecnológica no EaD, com seu aparato tecnológico, como as plataformas digitais, a Kroton (2016, p. 36) ressalta: “Nos próximos anos, pretendemos expandir a quantidade de polos atingidos e aumentar o número de cursos ofertados dentro desse modelo, nos concentrando, principalmente, nas áreas de saúde e exatas”. E deixa claro que:

Esses cursos incluem alguns dos mais procurados pelos alunos brasileiros e valorizados pelo mercado de trabalho, mas que não costumam ser encontrados longe dos grandes centros urbanos por conta da necessidade de infraestrutura para as aulas práticas. Não por acaso, as regiões brasileiras com menor oferta desses cursos são as mais carentes de profissionais formados nessas áreas. Ou seja, levamos aos alunos de regiões distantes a possibilidade de estudar em cursos valorizados ao mesmo tempo em que contribuimos para resolver uma necessidade latente de profissionais nesses setores, colaborando para o desenvolvimento regional de diferentes cidades pelo país. Antes, algumas delas precisavam trazer profissionais de outras regiões, por carência do perfil localmente. Agora, podem ter estas posições preenchidas contratando pessoas da mesma região. Para ilustrar a importância desse trabalho, vale destacar que em 53 cidades somos a única instituição de ensino a ofertar o curso de Enfermagem, em 34 somos a única a ofertar Nutrição e em 18 somos a única com cursos de Engenharia Civil. Nessa modalidade, parte do conteúdo é oferecido em nossa plataforma de EAD e as atividades práticas são realizadas em laboratórios do Polo ou em locais conveniados na região. Os alunos desenvolvem as mesmas atividades práticas oferecidas na modalidade presencial e são acompanhados por profissionais formados na área, **além de serem monitorados em tempo real por meio da central de monitoramento sediada em Londrina (PR)**. (KROTON, 2017a, p. 29, grifo nosso).

A criação e a expansão de polos ocorrem devido à demanda de pessoas formadas nas áreas da saúde em determinadas cidades que precisam dessas profissões. O destaque acima enfatiza a cidade que criou a Unopar, na qual a transmissão das aulas *on-line* (via satélite) é feita diretamente do polo principal da Universidade Pitágoras Unopar, pelo fato de a marca da Kroton/Cogna ser forte no segmento a distância naquela localidade. Ou seja, a Unopar é central na expansão e na valorização do EaD Premium.

Diante disso, a Kroton divulga os possíveis benefícios do EaD Premium:

Estudantes que residem em regiões afastadas dos grandes centros têm a oportunidade de escolher cursos inéditos em sua região; **Profissionais com ensino técnico e que já atuam na área encontram a flexibilidade necessária para conciliar ambas as atividades; e cursos com a mesma carga horária prática dos cursos na modalidade presencial.** Benefícios do EAD Premium para os polos parceiros; Plantas dos laboratórios otimizadas para capturas de sinergias; Cursos com alta demanda reprimida nas localidades onde estão os polos; Sequência de lançamento de cursos pensada para máximo aproveitamento das sinergias de laboratórios; Expansão do portfólio de 5 para 16 cursos Premium entre 2016 e 2018; Forte diferenciação frente à concorrência; e posicionamento das marcas Kroton como as mais completas do setor. (KROTON, 2017a, p. 30, grifo nosso).

O destaque acima nos mostra que o *marketing* empregado pela IES influencia diretamente a escolha dos alunos predominantemente por cursos de EaD, pela possível conciliação entre trabalho e estudo, por causa da flexibilidade do acesso e da permanência nos cursos *on-line*.

Para Silva (2013), o cenário educacional do século XXI tem foco na tecnologia digital, que passou a ocupar um lugar de destaque dentro e fora da sala de aula, ora aliada na construção do conhecimento, ora como desqualificação do trabalho docente e como parte do ensino aligeirado. “Não é um embate com os discentes e trabalhadores dessa modalidade, como muitas vezes é posto pelos sujeitos que cursam EaD, mas sim ao modelo proposto, a mercantilização e massificação da nossa formação profissional [...]” (ALMEIDA, 2016, p. 73).

Como já mencionado, a expansão da Universidade Pitágoras Unopar no Ensino a Distância se dá pela atuação da Kroton/Cogna. Com isso, procurou-se analisar a participação da Unopar dentro da Kroton, sobre que representatividade ela exerce na totalidade das matrículas em EaD da Kroton, o que pode ser observado na Tabela 13, a seguir.

Tabela 13 – Matrículas EaD – Kroton x Universidade Pitágoras Unopar (2011 a 2020)

ANO	TOTAL MATRÍCULAS EAD KROTON	TOTAL MATRÍCULAS EAD UNOPAR	T - EAD UNOPAR/ T - EAD KROTON (%)
2011	137.445	148.141	-
2012	240.543	191.951	79,7
2013	321.081	254.893	79,3
2014	507.673	310.855	61,2
2015	531.881	336.315	63,2
2016	464.786	355.329	76,4
2017	465.851	358.336	76,9
2018	457.239	329.284	72,0
2019	459.025	363.584	79,2

2020	540.626	395.414	73,1
TOTAL 2011-2020	3.988.705	2.895.961	72,6

Fonte: adaptado de Brasil, 2011, 2012, 2013b, 2014b, 2015, 2016b, 2017b, 2018, 2019, 2020c; Kroton, 2011b, 2012, 2013c, 2014c, 2015b, 2016b, 2017b, 2018a, 2019b, 2020b, 2021.

Em relação ao ano de 2011, não foram consideradas as matrículas da Universidade Pitágoras Unopar pertencentes à Kroton pelo fato de ter sido adquirida em dezembro de 2011. No entanto, percebe-se que, nesse mesmo ano, a instituição detinha mais matrículas a distância do que a Kroton.

Os dados revelam que a participação das matrículas em EaD da Unopar na Kroton é enorme, entre os anos de 2012 e 2020, representou 72,6%. Durante o período analisado, destacam-se, também, os anos 2012, 2013 e 2019, em que a Unopar era responsável por cerca de 79% no segmento EaD. Em 2020, representou, aproximadamente, 73%. Logo, a expansão do grupo Kroton/Cogna no ensino superior privado-mercantil brasileiro deve-se à aquisição da marca Unopar e à sua atuação majoritária no Ensino a Distância no país.

A Universidade Pitágoras Unopar possui tanta relevância nas atividades da Kroton/Cogna que, em 2020, ganhou o prêmio Top de Marcas da Kroton, como pode ser observado na Figura 11, a seguir.

Figura 11 – Prêmio Top de Marcas Unopar



Fonte: Cogna, 2020a, p. 24.

A Kroton/Cogna se candidata todo ano aos prêmios e aos reconhecimentos do mercado educacional⁹⁵. Dentre esses prêmios, ganhou o regional de atuação de marcas, sobretudo, a marca Unopar, como representatividade nas atividades da empresa/grupo.

⁹⁵ Ganhou também prêmios de inovação, sustentabilidade, mercado, empresa mais, entre outros. Para mais detalhes, ver relatório de sustentabilidade do ano de 2020 (COGNA, 2020a, p. 24).

É importante mencionar que o ano de 2020 ficou marcado pela pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), o que impactou as atividades do grupo, principalmente, na evasão dos alunos nos cursos superiores.

Por outro lado, a Kroton (vertical do Ensino Superior da Cogna) tem investido bastante na atualização do portfólio de cursos oferecidos e no seu canal de empregabilidade como forma de mitigar esses efeitos e garantir sólidos resultados de captação, como atestam os últimos processos realizados ao longo do ano, nos quais foram apresentados crescimento de volume no segmento EAD. (COGNA, 2020b, p. 35).

Em busca de driblar a crise do mercado provado pela pandemia, a Kroton/Cogna aderiu ao ensino remoto/ambiente virtual nas aulas de todos os cursos de graduação, usando modelos tanto síncronos quanto assíncronos. “Em relação aos nossos alunos de Ensino Superior EAD, a continuidade das atividades foi garantida com os tutores em regime de home office, atendendo aos alunos normalmente” (COGNA, 2020b, p. 16).

Além disso, a Kroton/Cogna utilizou estratégias para alavancar os cursos superiores e o Canal Conecta/empregabilidade. “Por meio do Canal Conecta, divulgamos vagas de voluntariado na área da saúde em mais de 20 instituições governamentais ou do terceiro setor em todo o Brasil, para mais de 46 mil estudantes dos anos finais de cursos dessa área” (COGNA, 2020b, p. 42).

Apesar de a Kroton/Cogna ter tido evasão de discentes nos cursos superiores, e do cancelamento do PEP em 2020, ela buscou outras maneiras para se manter no mercado, como o investimento expressivo nos cursos da Saúde, do EaD Premium, devido à crise sanitária que o país vivenciou a partir de 2020.

As crises econômica e sanitária vivenciadas no país, interferiram nas atividades das empresas, as quais mostraram uma rápida mudança de estratégias como forma de se manterem no mercado. Aqui, pode-se se fazer relação com os estudos de Harvey (2000), que o capitalismo é baseado na especulação em novos produtos, novas tecnologias, novos espaços e localizações, ou seja, para onde for o capitalismo, seu aparato ilusório, seus fetichismos de mercado não demoram a acompanhá-lo. E o objetivo continua o mesmo: lucrar (HARVEY, 2000).

Portanto, como já mencionado, as estratégias de *marketing* para a oferta dos cursos a distância que vêm sendo realizadas pela Unopar e pela Kroton/Cogna visam, sobretudo, persuadir a clientela a consumir esse modelo de formação pela via do EaD. O efeito dessa persuasão é o aumento das matrículas, principalmente, pelos estudantes trabalhadores que encontram na flexibilidade dessa modalidade a oportunidade para concluir um curso de nível

superior. Logo, os aumentos das matrículas nessa modalidade nos cursos superiores são constantes, bem como influenciam nos valores financeiros da empresa e na repartição de dividendos, uma vez que as atividades da Kroton/Cogna são negociadas na BM&FBovespa. Dessa forma, a próxima e última subseção demonstra esses valores financeiros.

4.5 Os valores financeiros da Kroton/Cogna de 2011 a 2020

Após a aquisição da Unopar, os resultados financeiros da Kroton foram satisfatórios aos administradores do grupo, bem como aos seus acionistas, sendo divulgado ao mercado um bom desempenho dos anos de 2011 e 2012:

Apresentamos um grande crescimento no nosso número de alunos e em receita líquida. De 2010 a 2012, a nossa base de alunos no Ensino Superior cresceu a uma taxa média composta anual de 140%, enquanto na Educação Básica, a taxa média composta anual foi de 4%. A nossa receita líquida consolidada cresceu a uma taxa média anual de 53% durante este mesmo período, apresentando uma taxa média anual de 62% no Ensino Superior, impactado principalmente pelas aquisições da Unopar e Uniasselvi, e 11% na Educação Básica. Se analisarmos o período de 2011 a 2012, a nossa receita líquida consolidada cresceu 91%, sendo 110% no Ensino Superior e 8% na Educação Básica. (KROTON, 2013b, p. 2).

Importante destacar que há outros tipos de indicadores financeiros⁹⁶, por meio dos relatórios anuais, no entanto, são valores divulgados referentes a todas as atividades realizadas pela *holding* Cogna/Kroton (educação básica, programas de livros didáticos etc.). Por ser delimitada ao nível de ensino superior, a pesquisa evidenciou apenas resultados financeiros referentes ao ensino superior, em especial, a receita líquida, que é apurada no exercício final do ano do grupo, podendo ser observada na Tabela 14, a seguir.

Tabela 14 – Receita líquida da Kroton/Cogna do ensino superior (presencial x EaD) no período de 2011 a 2020

ANO	RECEITA LÍQUIDA
2011	597,9 milhões
2012	1.257,5 bilhões
2013	1.753,7 bilhões
2014	3.583,8 bilhões
2015	5.081,8 bilhões
2016	5.055,3 bilhões
2017	5.384,0 bilhões
2018	5.317,7 bilhões

⁹⁶ Despesas financeiras; Imposto de Renda e Contribuição Social; tributos; receitas brutas e líquidas. Trata-se de resultados financeiros da educação básica que não se aplicam a esta pesquisa.

2019	3.854,0 bilhões
2020	5.597,8 bilhões
2011 – 2020Δ%	836,2

Fonte: adaptado de Kroton, 2013c, 2014c, 2015b, 2017b, 2019b; Cogna, 2020a, 2020b, 2021c, 2021d.

*valor nominal.

É importante mencionar que os valores financeiros da Kroton apresentados na Tabela 14 referem-se a todas as IES/marcas pertencentes ao grupo, que atuam no ensino superior no Brasil. Logo, não foi possível identificar a participação específica da Universidade Pitágoras Unopar com relação aos resultados das receitas financeiras na Kroton/Cogna.

A receita líquida da Kroton/Cogna obteve grande crescimento financeiro. Em 2011, era de, aproximadamente, R\$ 597,9 milhões, passando para o ano de 2020 com 5.597,8 bilhões, ou seja, uma evolução variável de 836,2% no período de 2011 a 2020.

Destaca-se o ano de 2017, em que a Kroton obteve uma receita líquida de R\$ 5.384,0 bilhões, e pressupõe-se que esse aumento tenha relação com o crescimento das matrículas em EAD, ocasionadas pelas flexibilizações que ocorreram nas políticas educacionais brasileiras, por meio do Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017a), que (des)regulamentou a expansão de polos a distância sem a avaliação do MEC em lócus.

Para Sguissardi (2016), a atuação dos grupos educacionais que negociam ações em Bolsa de Valores tem como objetivo a rentabilidade dos ativos financeiros, por meio da maximização do valor acionário da empresa. E o crescimento das receitas financeiras, como líquida, bruta, patrimônios e outras, é o resultado que revela o principal objetivo de manter a *holding* no mercado.

Com referência às receitas financeiras, elas são divididas entre receita líquida e bruta. De modo geral, as receitas financeiras da Kroton/Cogna aumentaram “[...] 95,7%, ou R\$ 29,7 milhões, passando de R\$ 31,0 milhões em [...] 2011, para R\$ 60,7 milhões em [...] 2012, devido ao maior recebimento de juros sobre atraso de mensalidades e **um maior montante médio de aplicação financeira**” (KROTON, 2014c, p. 18, grifo nosso).

Para Nakatani e Braga, as aplicações financeiras, quando negociadas por títulos em ações, podem ser compradas por grandes instituições financeiras, e “[...] o comprador desse título pode ter o interesse somente na sua valorização diária, vendendo-o no dia seguinte em busca de algo que prevê oferecer um maior rendimento” (NAKATANI; BRAGA, 2021, p. 99).

Nesse sentido, a Kroton/Cogna usa a educação superior, em especial, o ensino por meio de suas marcas/IES no setor educacional, para ganhar lucros e aplicá-los no mercado de ações posteriormente, a fim de se posicionar como grupo empresarial regido pelas Sociedades

Anônimas. Os valores financeiros da Kroton, que podem ser líquidos, brutos, entre outros, agem sob a égide do mercado financeiro em Bolsa de Valores.

Conforme a Kroton, a receita bruta do ensino superior, em 31 de dezembro em 2011, foi de R\$ 737,2 milhões, um aumento de 26,5% ou R\$ 154,6 milhões se comparado com o de 31 de dezembro de 2010. Isso se deu, principalmente, pelas aquisições realizadas no período e pelo aumento do número de alunos e das mensalidades. “O Ensino Superior correspondeu a 81,4% da receita líquida em 31 de dezembro de 2011, ante 79,9% em 31 de dezembro de 2010” (KROTON, 2013b, p. 20).

Os resultados das aplicações financeiras se dão, principalmente, pelo mercado de ações via Bolsa de Valores. Os acionistas que compram ações acreditam em sua valorização e, no final do ano, esperam pela repartição dos dividendos.

Quem comprou, por sua vez, espera que o valor desse título cresça. Por quê? Pode ser pelo simples fato de os mais variados títulos negociados na bolsa de valores também estarem em alta devido a uma nova guerra, um novo produto, um crescimento contínuo de economias centrais. Em qualquer caso, a alta dos preços dos papéis se mantém enquanto os possuidores desses títulos não cessem de receber os rendimentos prometidos ou enquanto a instituição responsável por honrar seus pagamentos mostre boa saúde financeira. (NAKATANI; BRAGA, 2021, p. 99-100, grifo nosso).

O destaque acima nos mostra que os acionistas que compram as ações no mercado de Bolsa de Valores apostam no crescimento desses títulos, ou seja, nos rendimentos lucrativos da empresa, como na Kroton/Cogna e em suas marcas, como a Universidade Pitágoras Unopar.

No ano de 2012, a Kroton (2014e) divulgou ao mercado que sua receita bruta do ensino superior foi de R\$ 1.557,4 bilhões, um aumento de 111,3% ou R\$ 820,2 milhões se comparado com o valor do final do ano de 2011, devido, principalmente, às aquisições realizadas da Unopar, da Uniasselvi e da Unirondon, e ao aumento do número de alunos pelas mensalidades.

Importante mencionar que essas três IES foram adquiridas, principalmente, pela relevância das marcas e pela atuação no mercado do Ensino a Distância no Brasil, uma vez que a Kroton/Cogna tinha como objetivo se expandir, e o EaD era um caminho mais curto para tal expansão (KROTON, 2014e). Não é à toa que, atualmente, sua grande participação e atuação no mercado educacional se dá pelo EaD, tanto em cursos de graduação quanto em cursos de pós-graduação.

Os aumentos das receitas financeiras se dão também pelos processos de F&A, pelo investimento de ações, e a Unopar representou mais de 70% desde 2012 nas matrículas da Kroton/Cogna. De certa forma, “contribuiu” não só para a sua colocação no *ranking* de maior

grupo educacional, mas também no montante de dinheiro que foi investido e negociado na BM&FBovespa. Conforme a Kroton:

Os nossos Diretores ressaltam que, em 31 de dezembro de 2012, a nossa conta caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de longo prazo era de R\$ 219,5 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2011 eram de R\$ 152,6 milhões. Esse acréscimo é decorrente principalmente do aumento de capital, outorgado em março de 2012, referente à **aquisição da Unopar**, além da geração de caixa da Companhia. De 31 de dezembro de 2011 a 31 de Dezembro de 2012, o nosso caixa passou de R\$ 44,7 milhões para R\$ 132,2 milhões, o que representa um incremento de R\$ 87,5 milhões na conta caixa e bancos. **Esse acréscimo ocorreu principalmente pela geração de caixa advinda de nossas operações de Ensino Superior tanto presencial quanto a distância.** (KROTON, 2013b, p. 3, grifo nosso).

O destaque acima evidencia a participação da Universidade Pitágoras Unopar na renda financeira. Em relação aos lucros, essa, por sua vez, pode estar dividida em diferentes setores: patrimônios físicos, como prédios, casas, pontos comerciais, que influenciam nos valores mobiliários pertencentes ao grupo; e aplicações financeiras em Bolsa de Valores, o que, conseqüentemente, gera a repartição de dividendos aos acionistas, nesse caso, a Kroton/Cogna.

Os lucros financeiros negociados em Bolsa de Valores se inseriram na educação devido às transformações do sistema capitalista, em sua forma mais precisa de financeirização do ensino superior privado-mercantil a distância, tendo em vista que a educação superior passou a ergue-se a “[...] um conjunto de relações financeiras que alimentam ganhos dos mais diversos capitalistas, registrados em seus balanços contábeis, permitindo que realizem gastos nos variados setores” (NAKATANI; BRAGA, 2021, p. 100).

Além das receitas financeiras, a Kroton/Cogna também possui despesas com vendas para manter as atividades da empresa e, entre as atividades de vendas, tem-se o *marketing*. O que pode ser observado na Tabela 15, a seguir.

Tabela 15 – Despesas com vendas – *marketing* e outras – Kroton/Cogna em reais – valor nominal

ANO	PRESENCIAL	EAD	TOTAL
2011*	-	-	23,5 mil
2012	-	-	138,5 milhões
2013	-	-	200,5 milhões
2014	193,7	149,9	343,6 milhões
2015	365,5	192,6	556,1 milhões
2016	456,1	191,2	647,3 milhões
2017	842,1	172,9	2.015 milhões
2018	1.958,4	148,4	2.106,8 bilhões
2019	1.076,0	155,6	1.231,6 bilhões
2020	-	-	2.293,4 bilhões
Δ%			9659,1

Fonte: adaptado de Kroton, 2012b, 2014a, 2015b, 2017b, 2019b; Cogna, 2020b, 2021c, 2021d.

*2011 a 2013, e 2020 a divulgação desses gastos não especificou o valor por modalidade de ensino, apenas o total.

Conforme a Cogna (2020b), esses valores referem-se às despesas com equipe comercial, propaganda, *marketing* e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). “Em 2020, esse grupo de despesas totalizou R\$ 2.293,4 milhões, 43,5% da receita líquida, aumento de 19,7 p.p. na comparação anual” (COGNA, 2020b, p. 38).

No ano de 2011, o gasto com as despesas com *marketing* era de, aproximadamente, 23 mil reais, em 2014, foi para 343 milhões, obtendo um aumento variável de, aproximadamente, 1.362%. Esse aumento em 2014 se deve à criação das plataformas digitais *Kroton Learning System 2.0* e Canal Conecta, que foram criadas no mesmo ano e possuem parcerias de várias empresas privadas (ver Figura 9).

Em 2016, essas despesas chegaram a, aproximadamente, 600 milhões, e pressupomos que seja pela criação da plataforma virtual “EaD Premium”, que a Kroton/Cogna divulgou ao mercado, acerca dos cursos da área da Saúde e das Engenharias. Isso mostra que o capital investido em equipe comercial, propaganda, publicidade e *marketing* teve grandes investimentos no grupo Kroton/Cogna de 2011 a 2020, equivalente a um aumento de 9.659%.

A comprovação das despesas é importante para o grupo pela divulgação nos relatórios de gestão, pois estes devem estar abertos para os acionistas do grupo, conforme a Lei das Sociedades Anônimas.

Portanto, a configuração da Universidade Pitágoras Unopar enquanto instituição privado-mercantil faz parte de um cenário que põe o direito social da educação enquanto ensino nas mãos da empresa Kroton/Cogna, cujas atividades são de caráter mercantil, com foco no lucro, e cuja preocupação não é propriamente o ensino, mas o crescimento em valores financeiros que serão vendidos e comprados no mercado de ações via Bolsa de Valores e, posteriormente, repartidos aos acionistas que apostaram suas ações nas atividades do grupo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A financeirização e a expansão do ensino superior privado via cursos na modalidade a distância realizados pela Unopar, pertencente à *holding* Cogna/Kroton, foram os objetos de estudo desta pesquisa. O crescimento da oferta de cursos superiores a distância, principalmente a partir de 2012, com a mudança da legislação e com a crise sanitária mundial, foi a principal estratégia utilizada pelos grupos financeirizados para recuperação das crises e expansão no mercado do ensino superior privado brasileiro.

Para encerrar este trabalho de investigação, buscaremos retomar os objetivos norteadores da pesquisa, os principais resultados, bem como as limitações e questões levantadas e não desenvolvidas, mas que poderão ser objeto de pesquisas futuras.

A investigação teve como objetivo geral investigar como a financeirização do ensino superior privado-mercantil contribuiu para a expansão do Ensino a Distância na Universidade Pitágoras Unopar e do grupo Kroton/Cogna, no período de 2011 a 2020.

A dissertação desenvolveu como objetivos específicos: a) investigar os mecanismos regulatórios que colaboraram para o aprofundamento da financeirização do ensino superior privado-mercantil a distância no contexto do capital financeiro e da Reforma do Estado no Brasil; b) investigar a constituição da Universidade Pitágoras Unopar e a sua relação com grupo Kroton/Cogna; c) analisar como a marca Unopar participa da expansão do Ensino a Distância da Kroton e contribui para a valorizar suas ações no mercado de capitais. Relacionados a esses objetivos, tivemos como categorias centrais do estudo: financeirização, expansão, Ensino a Distância e ensino superior privado-mercantil.

A pesquisa buscou desenvolver os objetivos propostos a partir dos seguintes movimentos: o processo de financeirização do capital e do ensino superior privado-mercantil, e sua influência na expansão do Ensino a Distância no Brasil; a configuração do ensino superior privado-mercantil a distância no Brasil e a expansão da Universidade Pitágoras Unopar pela sua controladora Kroton/Cogna; e a constituição da Universidade Pitágoras Unopar no ensino superior a distância no Brasil, no período de 2011 a 2020.

A financeirização do capital sob a lógica da política neoliberal adentrou no ensino superior brasileiro pela forma com que o sistema capitalista busca constantemente ganhar mercado. A política neoliberal ocorreu no Brasil especialmente por meio da Reforma do Estado da década de 1990 e obteve forte influência dos Organismos Internacionais por fazer parte de um projeto econômico inserido em um contexto mundial dos negócios que visam redefinir o Estado sob parâmetros de privatizações e desregulamentações. Esse cenário influenciou o

processo de financeirização do ensino superior privado-mercantil no Brasil que se materializou a partir de 2007, quando os grupos educacionais Anhanguera Educacional S.A., Estácio Participações e Kroton Educacional e o SEB abriram seu capital na BM&FBovespa e passaram a atuar no ensino superior privado. A inserção de grupos financeirizados no ensino superior brasileiro se tornou possível pela promulgação da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que permitiu a inserção das IES privado-mercantis, como a Kroton/Cogna e suas marcas/IES, como a Universidade Pitágoras Unopar.

A LDBEN constituiu o marco regulatório do Ensino a Distância, que colaborou para a expansão do setor privado-mercantil no Brasil, em especial o Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017a), o qual regulamentou o Art. 80 da LDBEN, que dispõe sobre a modalidade EAD (BRASIL, 1996). O marco regulatório do Estado brasileiro foi propulsor da entrada dos grupos educacionais no Brasil, uma vez que o Estado é um dos principais condutores da inserção da financeirização no país, pela forte relação com os interesses do setor privado, sobretudo pelos grupos listados na BM&FBovespa.

O Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017a) flexibilizou a inserção do Ensino a Distância nas IES privado-mercantis com mais facilidade, seja pela oferta de cursos superiores, seja, em especial, pela abertura de polos a distância sem a exigência de fiscalização em lócus. Além disso, tornou menos rígida a avaliação do MEC quanto aos cursos a distância, que passou a ser realizada somente na sede da instituição credenciada, sem a necessidade de avaliação dos polos. Isso mostra a fragilidade de supervisão por parte do Estado brasileiro diante dessas políticas, que beneficiou a expansão do setor privado-mercantil e, conseqüentemente, favoreceu o grande crescimento de matrículas a distância no Brasil. Por exemplo, no ano de 2020, a Kroton/Cogna e suas marcas, em especial a Universidade Pitágoras Unopar, obtiveram mais 400 mil matrículas, aproximadamente 395 mil a distância.

Acerca do segundo objetivo específico, a pesquisa verificou que a Universidade Pitágoras Unopar está diretamente relacionada ao grupo Kroton/Cogna desde o ano de 2011, quando foi adquirida por R\$ 1,3 bilhão, com o objetivo de expansão da *holding* no mercado educacional a distância. Afinal, o EAD é o caminho mais curto para consolidação de matrículas e, conseqüentemente, gera mais lucros, o que favorece a compra e venda de ações em bolsa de valores. A aquisição revelou que as operações são regulamentadas pela Lei das Sociedades Anônimas – Lei nº 6.404/1976 (BRASIL, 1976) – e que o valor pago não caracteriza apenas “dinheiro”, mas ações no mercado, como *units* ou *quotas*. Todas elas possuem valor no mercado da bolsa de valores. Essa aquisição foi considerada a maior transação do mercado educacional

e gerou um aumento nas ações, bem como movimentou novas transações de Fusões e Aquisições no país.

Após a aquisição da Universidade Pitágoras Unopar, a Kroton/Cogna se tornou a sexta maior companhia do setor no mundo em termos de capitalização de mercado e se configura líder nas matrículas a distância no ensino superior no Brasil. A Kroton/Cogna realizou outras aquisições e fusões de IES, com destaque para a fusão com a Anhanguera em 2014, que obteve implicações com a Universidade Pitágoras Unopar. Em 2013, foi anunciada a fusão, mas o CADE interrompeu o processo por identificar risco de monopólio da Kroton no setor educacional a distância no Brasil, pois a Kroton/Cogna detinha muitas marcas/IES, em especial duas que eram atuantes fortemente no mercado a distância: a Unopar e a Uniasselvi. Para a concretização da fusão com a Anhanguera, o CADE impôs como condição a venda de uma dessas IES. Assim, a Kroton/Cogna optou pela permanência da Unopar e vendeu a Uniasselvi.

É importante enfatizar que, desde 2009, a Universidade Pitágoras Unopar se constitui como IES principal no Ensino a Distância, ocupando a liderança entre as 20 maiores IES privadas que detinham mais matrículas EAD. Esse fato chamou a atenção do grupo Kroton/Cogna para a compra da instituição e a sua permanência. Por ser uma marca mais antiga e reconhecida no mercado a distância, a Universidade Pitágoras Unopar possui grande importância para as atividades do grupo Kroton/Cogna, em especial para a expansão do Ensino a Distância, e, conseqüentemente, para as ações investidas em bolsa de valores.

Com isso, alcançamos o terceiro objetivo da pesquisa, que foi analisar como a Universidade Pitágoras Unopar participa da expansão do Ensino a Distância na Kroton/Cogna. Isso ocorre pelas seguintes identificações: a Universidade Pitágoras Unopar e, predominantemente, a marca Unopar na Kroton/Cogna possuem forte participação nas atividades do grupo, bem como na criação de IES: foram criadas quatro IES em 2019, mais quatro em 2020, e sete mudaram de nome em 2020 para incluir a marca Unopar. Em outras palavras, a Kroton/Cogna possui nove IES com a marca Unopar, utilizando o mesmo *site* com oferta de cursos superiores a distância e os mesmos polos EAD, e atendendo todas as IES pela marca Unopar. Isso evidencia o crescimento da própria IES no país, que obteve uma expansão das unidades de ensino: entre o período de 2011 a 2020, foram criados 1.179 polos EAD no total, com o destaque para a Região Nordeste (33%). Esses dados condizem com os relatórios da Kroton, ao mencionar que priorizam aquisições de IES localizadas nas regiões de maior crescimento do PIB do Brasil, como Centro-Oeste, Norte e Nordeste, bem como onde as marcas/IES são conhecidas (KROTON, 2014a).

No período de 2011 a 2020, a Universidade Pitágoras Unopar obteve um grande crescimento das matrículas EAD de aproximadamente 166,9%, enquanto o presencial obteve apenas 9%. Em relação às matrículas por grau acadêmico, destacam-se os cursos de licenciaturas (250%), seguidos dos cursos tecnológicos (149%) e, por último, os cursos de bacharelados (113,9%). No ano de 2020, a Unopar obteve mais de 400 mil matrículas nos cursos superiores, sendo 395 mil EAD, e cerca de 38,33% detinham algum tipo financiamento estudantil. Quanto ao período analisado da pesquisa (2011 a 2020), o FIES representou cerca de aproximadamente 72,61%, e o ProUni integral, 18,57%. Os tipos de ingressos mais procurados pelos alunos da Universidade Pitágoras Unopar são o vestibular tradicional (presencial ou *on-line*) seguido do ENEM, por serem os principais meios de acesso ao possível benefício dos programas FIES e PROUNI.

O estudo identificou que a atuação da Universidade Pitágoras Unopar no mercado educacional a distância é grande: desde 2011, possui uma participação das matrículas EAD no Brasil de 14,91% e nas IES privadas, de 18,17%. Os anos que mais se destacam são 2014 e 2015, período no qual a Universidade Pitágoras Unopar foi responsável por 25% do total de matrículas EAD no Brasil e 25,85% do total de matrículas EAD entre as IES privadas. Em 2020, houve uma diminuição de sua participação (23%), o que não significa sua redução no mercado EAD, e sim a expansão de outras IES privadas no Brasil, que se consolidaram devido às flexibilizações de leis educacionais.

A pesquisa também revelou que a participação das matrículas EAD da Universidade Pitágoras Unopar na Kroton/Cogna é significativa: nos anos de 2012, 2013 e 2019, representou cerca de 79% no segmento EAD e, em 2020, aproximadamente 73%. Portanto, a Universidade Pitágoras Unopar é uma das principais marcas atuantes do grupo Kroton/Cogna, devido à sua participação majoritária nas matrículas EAD.

Além disso, o estudo evidenciou que a Kroton/Cogna, junto com suas marcas/IES, sobretudo a Universidade Pitágoras Unopar, alavancou as estratégias de *marketing* para expansão no mercado educacional, com o início de plataformas digitais a partir de 2014, a criação das plataformas *Kroton Learning System 2.0* e o Canal Conecta, que possuem parcerias de várias empresas privadas (ver Figura 9). Em 2016, em busca de se expandir cada vez mais, o grupo criou o EAD Premium, que são ofertas de cursos da área da saúde com disciplinas consideradas teóricas a distância e as aulas práticas presenciais (KROTON, 2016a).

As estratégias de *marketing* utilizadas na Kroton/Cogna e na Universidade Pitágoras Unopar revelam que a publicidade e a propaganda são os centros de persuasão na busca de atrair

os alunos/clientes para o consumo de cursos EAD, com diversificações nas formas de ingresso e tipos de financiamentos oferecidos pela instituição.

Diante de todo esse processo, as receitas financeiras da Kroton/Cogna tiveram grande evolução de aproximadamente 836% no período de 2011 a 2020. A Universidade Pitágoras Unopar, por ser marca pertencente ao grupo, faz parte desse montante de dinheiro investido em bolsa de valores. Isso evidencia que as IES privado-mercantis atuam sob a égide de aumentar o lucro, neste caso, a receita líquida, a qual, posteriormente, poderá ser investida na especulação financeira, nos títulos de ações na bolsa de valores, e seguirá para a repartição de dividendos aos acionistas. Logo, essa lógica financeira e especulativa são bases do processo de financeirização no ensino superior privado-mercantil.

A Universidade Pitágoras Unopar é uma das principais IES atuantes no Ensino a Distância do ensino superior no Brasil, tendo em vista sua constituição no mercado: é líder nas matrículas EAD entre as 20 maiores IES privadas no país, ocupando o primeiro lugar no *ranking* desde 2009 a 2019. Apenas no ano de 2020, a IES ocupou o segundo lugar. Isso demonstra que o mercado a distância possui forte competitividade entre os grupos educacionais brasileiros, o que serve para futuras pesquisas inclusive, com foco em outros grupos educacionais, como o grupo Vitru, que se posicionou em primeiro lugar, em 2020, no *ranking* das 20 maiores instituições em número de matrículas a distância do ensino superior no Brasil, por meio de sua marca Uniasselvi, com aproximadamente 400 mil matrículas EAD.

É importante lembrar que a Uniasselvi era marca pertencente ao grupo Kroton/Cogna até o ano de 2016 e foi vendida para Treviso Empreendimentos e Participações S.A. – subsidiária do grupo educacional Vitru⁹⁷. Esse grupo foi fundado em 2014, e a Uniasselvi foi a primeira instituição adquirida por ele. Em 2022, o grupo adquiriu a Unicesumar, que também atua fortemente no mercado EAD. Em 2020, nesse *ranking* de matrículas, a Unicesumar ocupou a sexta posição, com aproximadamente 190 mil matrículas EAD.

Vale destacar que a Uniasselvi só foi vendida para a Vitru em 2016 pela aprovação do CADE na fusão entre Kroton e Anhanguera. Para que a fusão fosse realizada, a Kroton deveria optar pela Unopar ou Uniasselvi. Logo, a Uniasselvi, que era marca pertencente à Kroton/Cogna, passou a ser concorrente no mercado a distância, disputando posições no *ranking* de matrículas EAD.

Apesar de ter sido criada em 2014, a Vitru só passou a atuar com aquisições de outras IES a partir de 2016. Em 2020, abriu seu capital na bolsa de valores dos Estados Unidos, na

⁹⁷ Até o presente momento da pesquisa, a Vitru é uma das principais IES privadas do ensino superior a distância no Brasil e referência nacional no ensino presencial do curso de Medicina (VITRU, 2020).

National Association of Securities Dealers Automated Quotations (Associação Nacional de Corretores de Títulos de Cotações Automáticas- Nasdaq), e já possui duas IES que são fortes no Ensino a Distância: Uniasselvi e Unicesumar. Juntas, essas IES possuem mais de 700 mil matrículas, presenciais e a distância, com mais de 1.900 polos EAD distribuídos por todo o território nacional.

Para chegar à conclusão da pesquisa, tivemos limitações na busca de dados sobre a Universidade Pitágoras Unopar. Os dados coletados sobre ingresso, matrículas com financiamentos, matrículas presenciais e a distância, dentre outros dados são disponibilizados pelos microdados do Censo da Educação Superior (INEP). Em 2020, as regras de coleta pelo SPSS desses dados mudaram, o que dificultou a reunião de informações referentes a esse ano.

Em relação aos valores financeiros, entendemos que estes são obrigatoriamente divulgados pelos grupos educacionais listados na BM&FBovespa, mas nos limitam a identificar a profundidade de investimentos que esse setor fez no ensino superior privado a distância. Esses valores financeiros, como a receita líquida, limitam-nos a identificar a profundidade dos lucros adquiridos pelos grupos educacionais de capital aberto no mercado de ações, porque sua linguagem é especificamente voltada aos investidores acionistas.

Outra limitação da pesquisa é a falta de transparência dos valores financeiros de cada marca/IES da Kroton/Cogna, que divulga os lucros referentes a todas as IES juntas. Isso nos dificultou a identificar a participação financeira específica da Universidade Pitágoras Unopar quanto aos resultados das receitas na Kroton/Cogna.

Nesse sentido, consideramos importante a necessidade de aprofundamento de estudos futuros relacionados às seguintes questões que surgiram ao longo do desenvolvimento desta pesquisa e não puderam ser desenvolvidas: como ocorrem a atuação e a expansão da Vitru no ensino superior privado brasileiro, especialmente por sua liderança nas matrículas EAD e por ser um grupo listado na bolsa de valores estrangeira da Nasdaq?

Outra questão relevante refere-se ao quadro docente da Universidade Pitágoras encontrada no estudo. Quais as implicações da precarização do trabalhador docente que atua na Universidade Pitágoras Unopar, levando em consideração a relação do elevado quantitativo de alunos matriculados para poucos docentes, sobretudo na modalidade a distância, em que o professor é o tutor *on-line*?

Outro aspecto que merece atenção diz respeito ao montante de investimento em *marketing* extensivo, com a equipe de propaganda e publicidade do grupo Kroton/Cogna e suas marcas/IES, que destaca as tecnologias digitais como ferramentas primordiais para o fortalecimento do Ensino a Distância. Diante disso, surge o questionamento: quais as

consequências do uso de plataformas digitais para o processo de formação de nível superior, que tende a priorizar o ensino virtual com parceria de empresas privadas que vendem as chamadas “soluções digitais”, as quais dão início ao capitalismo de plataforma?

Por fim, entendemos que o processo de financeirização no ensino superior privado-mercantil atende aos interesses dos detentores do capital, os quais criam necessidades para reprodução do sistema capitalista em busca de se expandir e ganhar mercado, e adentrou no ensino superior brasileiro, utilizando a educação como mercadoria por meio de vendas de cursos superiores.

Como instituição privado-mercantil, a Universidade Pitágoras Unopar insere-se no processo de mercantilização e financeirização do ensino superior, cujo objetivo é se expandir por meio de cursos a distância em busca da maximização do valor acionário das IES administradas pela Kroton/Cogna. Com isso, notamos que a marca Unopar, por ser consolidada e reconhecida no mercado, configura-se como a maior instituição a distância no Brasil, favorecendo a expansão do grupo Kroton/Cogna e, conseqüentemente, o aumento dos lucros para seus acionistas.

Nesse cenário de competição do ensino superior, com concorrência entre grupos listados na BM&FBovespa, percebemos que ganhar mercado é mais importante do que a educação. Os grupos, em especial a Kroton/Cogna e a Universidade Pitágoras Unopar, estão poucos preocupados com a função social da educação e deixam claro seu real objetivo nas demonstrações financeiras. A modalidade de EAD foi empregada na educação como forma de democratizar o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, mas, na essência, atendeu aos grandes conglomerados educacionais, que a utilizam para captar alunos com *marketing* de menor duração e menor preço, e o discurso de qualificação para o mercado de trabalho. Isso beneficia a expansão do setor privado-mercantil, e não a formação da classe trabalhadora.

A educação foi conquistada por movimentos que a defendem como princípio básico da vida e indispensável a ela, direito obrigatório, público e democrático dos sujeitos. Entretanto, o ensino superior vem se transformando em mercadoria para atender à lógica do sistema capitalista, que utiliza a educação para obter lucros, sob o discurso de modernização e avanço para o desenvolvimento intelectual, bem como recursos públicos para isentar instituições de caráter mercantil por meio dos programas ProUni e Fies, colocando em contradição os princípios básicos educacionais que visam à formação e à emancipação humana.

O movimento de mercantilização e financeirização no ensino superior privado-mercantil continua em ritmo acelerado devido à flexibilização de leis que permitem a atuação desses grupos privados no setor educacional, as quais são mediadas pelo Estado brasileiro. Disso

resulta a necessidade de pesquisas científicas que revelem as inadmissíveis formas com que o sistema capitalista vem ganhando força na destruição dos direitos sociais públicos, consolidando cada vez mais o setor privado na educação. O mais inaceitável é utilizar recursos públicos, por meio dos programas ProUni e Fies, para lucrar e investir em ações na bolsa de valores e na repartição de dividendos aos acionistas com recursos de jovens trabalhadores.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para os demais estudos que não compactuam com o processo de expansão do ensino superior via privatização, sobretudo pela forma como a modalidade a distância vem sendo utilizada no Brasil pelas IES financeirizadas, e que são compromissados a defender uma educação pública, laica e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvana Santos. **A expansão do ensino superior privado nos governos FHC e Lula: uma estratégia para efetivar o direito de acesso à educação.** 2015. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- ANDRADE, Lucas Bressan de. **Financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público.** 2018. 152f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- ARRUDA, Jerillee Silva de. **Fies e a oligopolização do ensino superior privado- mercantil no Brasil: nova forma de expropriação da classe trabalhadora?** 2019. 242f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia** (El Desarrollo en la práctica). Washington, DC: BIRD/Banco Mundial. 1995.
- BARBOSA, Stefane. **Políticas de expansão do ensino superior privado no brasil - 1990/2010.** 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa *et al.* (org.) **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público.** São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BIAZON, Victor Vinicius. **A comunicação de mercado no contexto da indústria do ensino superior privado no brasil e a mercantilização de um sonho: Estudo do grupo Kroton educacional.** 2017. 249 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2017.
- BM&BOVESPA-B3. **Ações.** Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes.htm Acesso em: 13 jan. 2022.
- BM&BOVESPA-B3. **Units.** Disponível em: < https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/units/ > Acesso em: 13 jan. 2022.
- BOTREL, Sérgio. **Fusões e aquisições.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988>. Acesso em: 16 out. 2021.
- BRASIL. Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2494.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 126, de 3 de julho de 1997. Credencia a Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1997c. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/busca/search?keyword=Decreto+de+3+de+julho+de+1997&f1-tipoDocumento=> Acesso em: 7 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1997a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1997b. Disponível em: http://www.planaltogov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2011**: Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2012**: Brasília: Inep, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2013**: Brasília: Inep, 2013b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2014**: Brasília: Inep, 2014b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2015**: Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2016**: Brasília: Inep, 2016b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2017**: Brasília: Inep, 2017b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2018**: Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do censo da educação superior 2018**: Brasília: Inep, 2018b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2019**: Brasília: Inep, 2019e. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do censo da educação superior 2020**. Brasília: Inep, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis>. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas estatísticas do censo da educação superior 2020**: Brasília: Inep, 2020b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do censo da educação superior 2020**: Brasília: Inep, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses estatísticas do censo da educação superior 1997 – 2020**: Brasília: Inep, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades Anônimas por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112202.htm. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.868, de 3 de setembro de 2019. Altera as Leis nos 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13868.htm. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)**. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília, DF: MARE, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf> Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Portaria nº 07, de 14 de janeiro de 2013. Transferência de mantenedora da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), União Norte do Paraná Educacional S/A, para a Editora e Distribuidora Educacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013a. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/regulacao/1/co_dado_legal/103320/co_ies/138/arquivo/100309_448.pdf/co_modulo/14. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Portaria de nº 422, de 02 de setembro de 2016. Deferiu o pedido de alteração da denominação da Universidade Norte do Paraná Unopar, para Universidade Pitágoras Unopar. 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016a. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/cadastro/1/co_dado_legal/164029/co_ies/138/arquivo/60863.pdf/co_modulo/33. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. Portaria de nº 1.929, de 5 de novembro 2019. Credenciamento da Faculdade de Engenharia Unopar de Palmas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019b. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/regulacao/1/co_dado_legal/241968/co_ies/13099/arquivo/458720_448.pdf/co_modulo/1. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Portaria de nº 469, de 27 de fevereiro 2019. Credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Sete Lagoas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019c. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/regulacao/1/co_dado_legal/228499/co_ies/12236/arquivo/412034_448.pdf/co_modulo/1. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Portaria de nº 102, de 23 de janeiro 2020. Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Quixeramobim. 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020d. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/regulacao/1/co_dado_legal/246034/co_ies/12710/arquivo/471699_448.pdf/co_modulo/1. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Portaria de nº 622, de 19 de março 2019. Credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Petrolina. 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019d. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/regulacao/1/co_dado_legal/229343/co_ies/12158/arquivo/414660_448.pdf/co_modulo/1. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Portaria de nº 80, de 16 de janeiro 2020. Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Itajubá. 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020g. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/regulacao/1/co_dado_legal/245757/co_ies/12707/arquivo/469379_448.pdf/co_modulo/1. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Portaria de nº 341, de 16 de março 2020. Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Chapecó. 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020i. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/regulacao/1/co_dado_legal/249831/co_ies/12702/arquivo/482039_448.pdf/co_modulo/1. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Portaria de nº 255, de 6 de fevereiro 2020. Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Canindé. 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020k. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/regulacao/1/co_dado_legal/247129/co_ies/12715/arquivo/473931_448.pdf/co_modulo/1. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Portaria de nº 61, de 14 de janeiro 2020. Credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Santa Cruz. 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020m. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/regulacao/1/co_dado_legal/220147/co_ies/12168/arquivo/399397_448.pdf/co_modulo/1. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Portaria de nº 367, de 19 maio de 2022. Descredenciamento Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Santa Cruz do Sul. **Diário Oficial da União**, Brasília. 2022b. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/cadastro/1/co_dado_legal/313883/co_ies/12168/arquivo/Descredenciamento_1653392883.pdf/co_modulo/81. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Projeto de lei- Nº 258 de 2009. Institui a Comenda Ouro Verde para Unopar. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009. Disponível em: https://www.cml.pr.gov.br/docsweb/2009/pareceres/PL002582009_PL258Edu.doc. Acesso em: 23 mai. 2021.

BRASIL. Resolução 001/2020. Deferiu o pedido de alteração da Faculdade de Ciências Jurídicas de Sete Lagoas, para Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Sete Lagoas. **Sistema e-MEC**. 2020c. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/regulacao/1/co_dado_legal/228499/co_ies/12236/arquivo/412034_448.pdf/co_modulo/1. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Resolução 001/2020. Deferiu o pedido de alteração da Faculdade Pitágoras de Quixeramobim, para Faculdade Pitágoras Unopar de Quixeramobim. **Sistema e-MEC**. 2020e. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/cadastro/1/co_dado_legal/252349/co_ies/12710/arquivo/158817330475.pdf/co_modulo/33. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Resolução 001/2020. Deferiu o pedido de alteração da Faculdade de Ciências Jurídicas de Petrolina, para Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Petrolina. **Sistema e-MEC**. 2020f. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/cadastro/1/co_dado_legal/252348/co_ies/12158/arquivo/158817020246.pdf/co_modulo/33. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Resolução 001/2020. Deferiu o pedido de alteração da Faculdade Pitágoras de Itajubá, para Faculdade Pitágoras Unopar de Itajubá. **Sistema e-MEC**. 2020h. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/consulta->

curso/download/cadastro/1/co_dado_legal/252346/co_ies/12707/arquivo/158817262292.pdf/co_modulo/33. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Resolução 001/2020. Deferiu o pedido de alteração da Faculdade Pitágoras de Chapecó, para Faculdade Pitágoras Unopar de Chapecó. **Sistema e-MEC**. 2020j. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/cadastro/1/co_dado_legal/252347/co_ies/12702/arquivo/158817367453.pdf/co_modulo/33. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Resolução 001/2020. Deferiu o pedido de alteração da Faculdade Pitágoras de Canindé, para Faculdade Pitágoras Unopar de Canindé. **Sistema e-MEC**. 2020. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/cadastro/1/co_dado_legal/252351/co_ies/12715/arquivo/158817230191.pdf/co_modulo/33. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Resolução 001/2020. Deferiu o pedido de alteração da Faculdade de Ciências Jurídicas de Santa Cruz, para Faculdade Unopar de Ciências Jurídicas de Santa Cruz do Sul. **Sistema e-MEC**. 2020n. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/cadastro/1/co_dado_legal/252354/co_ies/12168/arquivo/158817052169.pdf/co_modulo/33. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Resolução de nº 1064, de 14 de outubro de 2021. Deferiu o pedido de alteração da Universidade Pitágoras Unopar, para Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. **Sistema e-MEC**. 2021. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-curso/download/cadastro/1/co_dado_legal/301521/co_ies/138/arquivo/163473868086.pdf/co_modulo/33. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. **Sistema e-MEC**. Criação de polos a distância Unopar. 2011-2020. 2022c. Acesso em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRITO, Ana Paula Batista. **O fórum das entidades representativas do ensino superior particular: um novo intelectual orgânico de base coletiva**. 2019. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

CABRAL, Adriel de Moura. **Constituição, consolidação, regulamentação e expansão da educação a distância (EaD) no ensino superior privado brasileiro (2005-2017)**. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2020.

CADE. **Conselho administrativo de defesa econômica**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cade/pt-br/pagina-inicial>. Acesso em: 07 mai. 2021.

CALEFFI, Paula; MATHIAS, Alexandre J. L. **Universidade S.A: as companhias de capital aberto da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

CAMPOS, Maria Malta. Para que serve a pesquisa em educação?. **Cadernos de pesquisa**, v. 39, p. 269-283, jan./abr. 2009.

CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 20 jul. 2020.

CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Mauricio. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 24, p. 41-65, 2009.

CARVALHO, Cristina H. A. de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, p.761-776, set. 2013.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Educação superior privada no Brasil: concentração de mercado e financeirização em simbiose. *In*: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso (org.). **Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise**. Campinas: Mercado das Letras, 2017, p. 99-118.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do Ensino Superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Financeirização e expansão do ensino superior privado-mercantil no Brasil. *In*: CONFERÊNCIA FORGES, 5., 2015, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. Eixo 3: A tecnologia e a inovação – redes de cooperação. Disponível em: http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/8-Vera-Jacob-Chaves_Financeirizac_a_o-e-Expansao-do-Ensino-Superior-privado-mercantil.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. O ensino superior privado – mercantil em tempos de economia financeira. *In*: CASSIO, Fernando (org.) **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. Boitempo, 2019. p. 69-72.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Política de gestão e financiamento da expansão das universidades federais via precarização do trabalho docente. *In*: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (org.). **Educação superior no Brasil e diversidade regional**. Belém: Edufpa, 2008. Cap. 3. p. 67-88.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; KATO, Fabíola Bouth Grello. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 08, jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/70063>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 40, n. 01, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37668/21760>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; KATO, Fabíola Bouth Grello. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 08, jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/70063>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CHESSNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COGNA EDUCAÇÃO. **História**. 2021a. Disponível em: <http://www.cogna.com.br/#lp-pom-block-30> Acesso em: 20 jul. 2021.

COGNA EDUCAÇÃO. **Relatório de sustentabilidade**. 2020a. Disponível em: https://www.esgcogna.com.br/wp-content/uploads/2022/05/relatorio_sustentabilidade_cogna_2020.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

COGNA EDUCAÇÃO. **Relatório – formulário de referência**. 2020b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1AhIQ9CBkXq2Q_rBbs4Gyi7-k4K7oksX1/view?usp=sharing. Acesso em: 30 ago. 2022.

COGNA EDUCAÇÃO. **Lista de mantenedora e mantidas**. 2021b. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/a-kroton/lista-de-mantenedoras-e-mantidas/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

COGNA EDUCAÇÃO. **Release do 4T21**. 2021c. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/e1110a12-6e58-4cb0-be24-ed1d5f18049a/879373e0-fd32-016e-18bc-79b1a57d9d6e?origin=2>. Acesso em: 30 ago. 2022.

COGNA EDUCAÇÃO. **Relatório – formulário de referência**. 2021d. Disponível em: <https://www.dex.co/Arquivos/Download/5145-Formulario-de-Referencia-Dexco-2021-v11.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

COSTA, Fábio Luciano Oliveira. **Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Maria Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEO, Anderson. FIESP: Forma de ser de uma entidade burguesa de caráter prussiano-colonial. **Revista Aurora-Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP-FFC-Versão Impressa**, p. 61-74, 2010.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

GARCIA, Bruno Eduardo Slongo. **Mudança institucional e formação do oligopólio: análise do campo da educação superior a distância no Brasil**. 2019. 174f. Dissertação (Mestrado em contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GONÇALVES, Cléber dos Santos. **Discursos publicitários de IES privadas do Estado do Paraná sobre Ead:** Um estudo a respeito das regularidades discursivas a partir das prerrogativas geradas pelas políticas públicas Brasileiras para oferta e expansão da modalidade. 2019. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 17ª edição. Edições Loyola: São Paulo, 2000.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica:** Marx e o capital no século XXI 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

HOPER EDUCAÇÃO. **Webinar – O censo da educação superior 2020 e a estabilidade no mercado financeiro.** Disponível em: https://3af732ee-100e-4457-9aafd3efd60d40f3.usrfiles.com/ugd/3af732_f641e3dc580c420c9fd850c2599e7699.pdf. Acesso em: 30 fev. 2022.

INFOMONEY. **Mercado de ações na bolsa de valores.** Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/mercado-de-acoes/#guia-o-que-e-mercado-de-acoes>. Acesso em: 16 fev. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Relatório da Unopar realizada em 14 de dezembro de 2011.** 2011a. Disponível em: <http://mzweb.com.br/kroton2010/web/arquivos/Unopar%20Presentation%20Analistas%20Port%20Call.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Resultados 4T11.** 2011b. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmDownloadDocumento.aspx?Tela=ext&numProtocolo=326860&descTipo=IPE&CodigoInstituicao=1>. Acesso em: 20 jul. 2020.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Ata da assembleia geral extraordinária realizada em 28 de setembro de 2012.** Disponível em: http://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/arquivos/Ata_AGE__incorpora%E7%E3o_28.09.2012.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Associação Anhanguera e Kroton.** 2013a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1J9APspwigpo3SQLIw2mLJaPP9jdoL6Hr/view?usp=sharing>. Acesso em: 12 jul. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Administração de relatórios.** 2013b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1vImoFnEw3G1bqnqF2bKsmswO9FTEBhgl/view?usp=sharing>. Acesso em: 12 jul. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Fato relevante sobre a andamento do processo de aprovação do cade.** 2013c. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1sl_MThjIgJgBBHuo5f6ZlZyYcIgEg4HI/view?usp=sharing. Acesso em: 12 jul. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Relatório sobre o processo e aprovação da fusão Anhanguera pelo cade**. 2013d. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/arquivos/fato-relevante-andamento-do-processo-de-aprovacao-pelo-cade/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Formulário de referência**. 2014a. Disponível em: <https://www.grupoccr.com.br/ri2014/en/pdf/formulario-de-referencia.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Propostas de administração Anhanguera**. 2014b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_sWYWsQ4I6DhINhottBgEPHjL_E1mTnY/view?usp=sharing. Acesso em: 12 jul. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Propostas de administração**. 2014c. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-0UBVkcPNOe96SvO3qpZU_4zp7S_uBns/view?usp=sharing. Acesso em: 12 jul. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Parecer do processo de fusão Anhanguera e Kroton**. 2014d. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JN3jbnJH0neFn3cCuzmLRCSALhPa0Cx8/view?usp=sharing>. Acesso em: 12 jul. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Protocolo de fusão Anhanguera**. 2014e. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1z3d1WweKc5iBCu5Cy-wjEOQaDHo-O25B/view?usp=sharing>. Acesso em: 12 jul. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Relatório de sustentabilidade**. 2015a. Disponível em: <https://www.esgcogna.com.br/relatorios/relatorios-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Relatório – formulário de referência**. 2015b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1LM2n15nAR28fe_T3DmkLv7ZjA6qcou_V/view?usp=sharing. Acesso em: 22 ago. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Relatório de sustentabilidade**. 2016. Disponível em: <https://www.esgcogna.com.br/relatorios/relatorios-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Relatório de sustentabilidade**. 2017a. Disponível em: http://ri.kroton.com.br/wp-content/uploads/sites/44/2018/02/KROTON_FRE_2017_V16_PORT_.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Relatório – formulário de referência**. 2017b. Disponível em: http://ri.kroton.com.br/wp-content/uploads/sites/44/2018/02/KROTON_FRE_2017_V16_PORT_.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Relatório de sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <https://www.esgcogna.com.br/wp->

content/uploads/2022/05/relatorio_sustentabilidade_cogna_2018.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Relatório de sustentabilidade**. 2019a. Disponível em: https://www.esgcogna.com.br/wp-content/uploads/2022/05/relatorio_sustentabilidade_cogna_2019.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

KROTON EDUCACIONAL S.A. **Relatório – formulário de referência**. 2019b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EcheVNXB3bZmh67SNLnGm4MSSr3H9Y8g/view?usp=sharing>. Acesso em: 22 ago. 2022.

KPMG. **Pesquisa de Fusões e aquisições 2007 - 4º trimestre**. Disponível em: http://www.kpmg.com.br/publicacoes/fusoes_aquisicoes/2007/fusoes_4otrim_2007.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

KPMG. **Pesquisa de Fusões e aquisições 2009 - 4º trimestre**. Disponível em: https://www.kpmg.de/docs/Fusoes_Aquisicoes_4_trim_2009.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

KPMG. **Pesquisa de Fusões e aquisições 2010 - 4º trimestre**. Disponível em: http://www.kpmg.com.br/publicacoes/fusoes_aquisicoes/2010/FA_4otrim_2010.pdf Acesso em: 25 set. 2020.

KPMG. **Pesquisa de Fusões e aquisições 2014 - 4º trimestre**. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/04/fusoes-e-aquisicoes-4o-trim-2014.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

KPMG. **Pesquisa de Fusões e aquisições 2016 - 4º trimestre**. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2017/03/br-fusoes-aquisicoes-4o-trim-2016.pdf>. Acesso em: 26 fev. 25 set. 2020.

KPMG. **Pesquisa de Fusões e aquisições 2017 - 4º trimestre**. Disponível em: <https://home.kpmg.com/br/pt/home/insights/2018/01/fusoes-e-aquisicoes-4o-trimestre-2017.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

KPMG. **Pesquisa de Fusões e aquisições 2018 - 4º trimestre**. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2019/02/br-fus%C3%B5es-eaquisi%C3%A7%C3%B5es-4-trim-2018.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

KPMG. **Pesquisa de Fusões e aquisições 2019 - 2º trimestre**. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2019/10/br-fa-2tri.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

KPMG. **Pesquisa de Fusões e aquisições 2020 - 4º trimestre**. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2021/05/Fus%C3%B5es-e-Aquisicoes-2020%E2%80%934o-trimestre.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da econômica política, livro primeiro. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 19.ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica econômica política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume IV. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C de S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Cap. 1. p. 8-25.

MONTEIRO, Sandy Bouth Sanches. **O ensino superior privado-mercantil a distância**: o caso da Laureate Brasil. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Feral do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/sandy.pdf>. Acesso em: 25 jan 2021.

MUGNOL, Marcio. **Educação superior a distância no Brasil**: o percurso das políticas regulatórias. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

NAKATANI, Paulo. As formas concretas e derivadas do capital portador de juros. In: MELLO, Gustavo M. de Cavalcante; NAKATANI, Paulo (org.). **Introdução à crítica da financeirização marx e o moderno sistema de crédito**. São Paulo: Expressão Popular. 1ª ed. 2021, p. 105-124.

NAKATANI, Paulo; BRAGA, Henrique P. O sistema de crédito moderno. In: MELLO, Gustavo M. de Cavalcante; NAKATANI, Paulo (org.). **Introdução à crítica da financeirização marx e o moderno sistema de crédito**. São Paulo: Expressão Popular. 1ª ed. 2021, p. 89-104.

NASCIMENTO, Ilma Viera; MELO, Maria Alice. A expansão da educação superior no Maranhão: cenário atual e tendências. In: CABRAL NETO, A.; NASCIMENTO, IV do; CHAVES, V.L.J (Org.). **Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas**. São Paulo: Xamã, p. 65-69, 2011.

NETO, Antônio Cabral; CASTRO, Alda Araújo. A supremacia da iniciativa privada na expansão do ensino superior: realidade brasileira e repercussões no RN. In: CABRAL NETO, A.; NASCIMENTO, I.V. do; CHAVES, V.L.J. (Org.). **Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas**. São Paulo: Xamã, p. 15-38, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: **Uma introdução crítica**. 6ª edição. São Paulo. Cortez, 2010.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2ª. reimpressão, 2008, p. 67-107.

PIMENTEL, Fernanda Cruvinel. **Tendências ideológicas dos cursos de licenciatura em educação física a distância**. 2017. 139f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PEREIRA, Lennon Martins. **Expansão dos cursos superiores de tecnologia na Universidade Estácio de Sá e a mercantilização do ensino a distância**. 173f. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

REIS, Tayanne de Fátima Almeida Tabosa dos Reis. **Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de ensino superior no Brasil: o caso da Kroton**. 2019. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

REKSUA, Juliana. **A expansão do ensino superior brasileiro e seus programas de financiamento: entre a democratização e a mercantilização do ensino**. 2019. 73 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

SABADINI, Mauricio de Souza; CAMPOS, Fábio. Imperialismo e capital financeiro. In: MELLO, Gustavo M. de Cavalcante; NAKATANI, Paulo (org.). **Introdução à crítica da financeirização Marx e o moderno sistema de crédito**. São Paulo: Expressão Popular. 1ª ed. 2021, p. 31-52.

SANTIAGO, Kelly Cristina dos Anjos. **Novo marco regulatório brasileiro para a educação a distância: relações entre Estado, democracia e mercantilização**. 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Aline Veiga dos. **A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)**. 2018. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, Aline Veiga dos; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; PAIXÃO, Divaneide Lira Lima. O jogo político do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)(2010-2016). **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/JkvCB6hKBXkSxLQjqDNnzHM/?lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2021.

SANTOS, Catarina de Almeida. Educação a distância: tensões entre expansão e qualidade. In: CASSIO, Fernando (org.) **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. Boitempo, 2019b. p. 53-58.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Dinâmicas de crescimento do setor privado de educação superior na atualidade. In: CHAVES, Vera J.; MAUÉS, Olgaíses C.; HAGE, Salomão M. (org.). **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil**. São Paulo: Mercado de Letras, 2016. p. 119-146.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Expansão e financiamento da educação superior privada em Minas Gerais. In: CHAVES, Vera Lúcia J.; AMARAL, Nelson Cardoso. (org.) **Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise**. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2017, p. 79-110.

SANTOS, Maria Caroline Cavalcante dos. **Mercantilização do ensino superior: um estudo de caso em uma instituição de ensino superior da rede privada acerca da formação de**

professores no município de castanhal/Pa. 2019a. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade do Estado do Pará, Igarapé-Açu, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SEBIM, Charlini Contarato. **A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no Estado do Espírito Santo**. 2014. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no ensino superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. 2020. 438 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SEKI, Allan Kenji. Apontamentos sobre a financeirização do ensino superior no Brasil (1990-2018). **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 48-71, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43866/24602>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 991-1022, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9QPgLZg9NZdCt7vVwBCCyqj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 867-889, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHV7s7q5gHBRkDSLrGXr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil- Refém do mercado ou quando a face privado-mercantil se sobrepõe à face pública do Estado. In: CHAVES, Vera. J.; MAUÉS, Olgaíses C.; HAGE, Salomão M. **Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil**. São Paulo: Mercado de Letras, 2016. p. 17-56.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação Superior no Brasil 2002-2012**. Nova versão 2020.

SILVA, Adailton soares da. **Experiência de docentes e discentes sobre a formação profissional em serviço social na modalidade E@D na Unopar do território de cidadania de Itaparica**. 196 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SILVA, Édard Jessie D. M. da. **Ensino a distância no Brasil e sua vinculação à lógica de mercado: um estudo sobre a universidade norte do Paraná.** 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

SILVA, Maria Abádia da “A qualidade social da educação pública”. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/> Acesso em: 27 abr. 2021.

SILVA, Rodrigo Medeiros da. **O processo de mercantilização de novo tipo do ensino superior brasileiro: Uma proposta de análise crítica sobre a expansão da Kroton Educacional.** 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Rosane de Oliveira. **Financeirização da economia e mercantilização do ensino superior no Brasil: O caso do grupo Kroton (2003-2018).** 2020. 112f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SIQUEIRA, Christiane Sarate. **A evasão no curso de administração na modalidade ead: polo da universidade unopar de petrópolis – RJ.** 2017. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2017.

SOARES, Carla Fernanda Zanata. **Financeirização da educação superior brasileira: o caso do grupo Kroton.** 2018. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018.

SOUSA, José Augusto Ewerton de. **Financeirização da educação superior privado-mercantil e sua (não) legalidade.** 2018. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SOUSA, Leila Maria Costa. **Financeirização da educação superior privado mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações SA.** 120 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUSA, Leila Maria Costa; KATO, Fabíola B. G; PEREIRA, Lennon M. O ensino superior no Brasil e sua inserção no regime de financeirização do capital. In: BRITO, Ana Paula B.; VALE, Cássio; SOUSA, Leila M. C. (org). **Políticas públicas educacionais e a mercantilização da educação no Brasil.** 1.ed. Curitiba: CRV, 2019. p. 109-120.

SOUZA, Reinaldo Antônio do Amor Divino de. **Movimento Estudantil (ME) na Universidade da Amazônia (UNAMA)/Ser Educacional S.A: do auge ao declínio.** 227f. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUZA, Samantha Castro Vieira de. **PRONATEC e a (con)formação da classe trabalhadora em tempos neoliberais.** 2017. 237f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SOUZA, Samantha Castro Vieira de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Empresas de capital estrangeiro no ensino superior privado-mercantil no Brasil: O caso da wyden educacional. In: CHAVES, Vera L. J.; SILVA, Lúcia I. C. (Org.). **A produção do conhecimento em**

educação na Amazônia: políticas formação e cultura. 1ed. Campinas, São Paulo: Mercado de letras, 2020. p. 55-78.

SOUZA, Samantha Castro Vieira de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Financiamento Estudantil Público e a Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil: o caso da rede wyden Educacional. **FINEDUCA**-Revista de Financiamento da Educação, v. 11, n. 22, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/111935/64895>. Acesso em: 12 mai. 2022.

TAVARES, Pedro Henrique de Sousa. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?**. 124f. 2014, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TAVARES, Pedro Henrique de Sousa. **Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional.** 2019. 175f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TEIXIERA, Adriano L. A.; GOMES, Helder. O capital em movimento: dos ciclos às formas autonomizadas do capital. In: MELLO, Gustavo M. de Cavalcante; NAKATANI, Paulo (Org.). **Introdução à crítica da financeirização marx e o moderno sistema de crédito.** São Paulo: Expressão Popular. 1ª ed. 2021, p. 53-68.

TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Cartilha sobre a educação brasileira na bolsa de valores: as oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional.** 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/> Acesso em: 20 jul. 2021.

UNICSUL. **Histórico.** 2020. Disponível em: <https://www.cruzeirosul.edu.br/a-cruzeiro-dosul/#nossahistoria>. Acesso em: 25 jan 2022.

UNINOVE. **Histórico.**2020. Disponível em: <https://www.uninove.br/avaliacao-institucional> Acesso em: 25 jan 2022.

UNIP. **Histórico.** 2020. Disponível em: <https://www.unip.br/universidade/historico.aspx> Acesso em: 25 jan 2022.

UNIT. **Histórico.** 2020. Disponível em: <https://www.unit.br/> Acesso em: 25 jan. 2022.

UNOPAR. **Estatuto Social.** 2016. Disponível em:<https://docplayer.com.br/55258785-Universidade-pitagoras-unopar-estatuto-londrina-pr.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

UNOPAR. **Nossa história.** 2020a. Disponível em: <https://www.unopar.com.br/institucional/nossa-historia/>. Acesso em: 15 jul 2020.

UNOPAR. **Nossos cursos.** 2020b. Disponível em: <https://www.unopar.com.br/cursos/> Acesso em: 13 ago. 2021.

UNOPAR. **Motivos para escolher a Unopar.** 2020c. Disponível em: <https://www.unopar.com.br/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

UNOPAR. **Diferenciais da Unopar**. 2020d. Disponível em:
<https://querobolsa.com.br/unopar>. Acesso em: 12 dez. 2020.

UNOPAR. **Formas de ingresso e tipos de financiamento**. 2020e. Disponível em:
<https://www.unopar.com.br/institucional/enem/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

UNOPAR. **Ingressar com a nota do Enem**. 2020f. Disponível em:
<https://www.unopar.com.br/institucional/enem/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

VALE S.A. **História**. 2020. Disponível em:
<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx> Acesso em: 13 mar. 2021.

VALE, Andréa Araújo do Vale; CARVALHO, Cristina Helena Almeida; CHAVES, Vera L. J. Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. In: CABRITO, Belmiro; CASTRO, Alda; CERDEIRA, Luísa; CHAVES, Vera L. J. (org.). **Os desafios da expansão em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização**. Lisboa (PT): Educa, 2014, p. 199-220.

ANEXOS

ANEXO A – Quadro da revisão de literatura das produções sobre Financeirização da Educação e do Ensino Superior Privado 2011-2020

ANO	TÍTULO	AUTOR/AUTORA	PALAVRAS-CHAVE	GRAU ACADÊMICO	IES
2014	A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no estado do Espírito Santos	Charlini Contarato Sebim	Trabalho. Trabalho docente. Educação superior. Capital fictício. Governança corporativa.	Doutorado em Educação	UFES
	Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?	Pedro Henrique de Sousa Tavares	Ensino superior; instituições privadas; mercantilização; fundos de investimentos; ProUni; FIES.	Mestrado em Educação	UFRJ
2016	Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais.	João Ribeiro dos Santos Filho	Financiamento. Fundo Público. Educação Superior Privada. Mercantilização. Financeirização.	Doutorado em Educação	UFPA
	Financeirização do capital no Ensino Superior Privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012).	Fábio Luciano Oliveira Costa	Educação; Ensino Superior Privado; Financeirização do Capital; Mercadoria; Lucro.	Doutorado em Educação	USP
2017	O Processo de Mercantilização de novo tipo do Ensino Superior Brasileiro: Uma proposta de análise crítica sobre a expansão da Kroton Educacional.	Rodrigo Medeiros da Silva	Financeirização da Educação; Ensino Superior; Kroton; ProUni; FIES.	Mestrado em Educação	UFRJ
2018	Financeirização da Educação Superior Privado-Mercantil e sua (Não) Legalidade'	Jose Augusto Ewerton de Sousa	Financeirização; Regulamentação; Mercantilização; Educação superior.	Mestrado em Educação	UFPA
	Financeirização da Educação Superior Brasileira: o caso do grupo Kroton.	Carla Fernanda Zanata Soares	Educação Superior; Política educacional; Financeirização; Grupo Kroton.	Mestrado em Educação	UFSC
	Financeirização na Educação Superior Privada Brasileira: Permanência por Endividamento, Expansão por Benefício Público.	Lucas Bressan de Andrade	Financeirização; política social; Brasil; educação superior; FIES; PROUNI.	Mestrado em Desenvolvimento Econômico	UNICAMP
	A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	Aline Veiga dos Santos	Fies. Ensino Superior. Rede de Governança. Privatização e Financeirização. Kroton.	Doutorado em Educação	UCB

2019	Financeirização da Educação Superior Privado-Mercantil: Implicações Sobre o Financiamento Estudantil da Estácio Participações S.A'	Leila Maria Costa Sousa	Financiamento estudantil privado/próprio; Financeirização; Expansão privado-mercantil; Ensino superior	Mestrado em Educação	UFPA
	Movimento Estudantil (ME) na Universidade da Amazônia (UNAMA)/Ser Educacional S.A: do auge ao declínio	Reinaldo Antônio do Amor Divino de Souza	Movimento Estudantil, Diretório Central dos Estudantes, Universidade da Amazônia, Grupo Ser Educacional, Financeirização e Mercantilização.	Mestrado em Educação	UFPA
	Financiamento Estudantil nas Instituições Privado-Mercantis de Ensino Superior no Brasil: o caso da Kroton Educacional'	Tayanne de Fatima Almeida Tabosa dos Reis	Financiamento estudantil. Crédito universitário. Fies. Financeirização. Expansão privado-mercantil	Mestrado em Educação	UFPA
	Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional	Pedro Henrique de Sousa Tavares	Ensino superior; instituições privadas; Kroton Educacional; mercantilização; fundos de investimentos; ProUni; FIES.	Doutorado em Educação	UFRJ
	A expansão do Ensino Superior Brasileiro e seus programas de financiamento: entre a democratização e a mercantilização do ensino	Juliana Reksua	Educação Superior. Financiamento. Democratização. Mercantilização.	Mestrado em Economia	UNIFESP
2020	Determinações do capital financeiro no ensino superior brasileiro: expansão privada e formação dos oligopólios de ensino (1990-2018)	Allan Kenji Seki	Financeirização do Ensino Superior; Ensino Superior Privado; Privatização da Educação; Política Educacional	Doutorado em Educação	UFSC
	Financeirização da Economia e Mercantilização do Ensino Superior no Brasil: O caso do grupo Kroton (2003-2018)	Rosane de Oliveira e Silva	Financeirização da economia; Mercantilização do ensino superior; FIES; PROUNI; Grupo Kroton Educacional.	Mestrado em História Social	UERJ
	Modelo de gestão da UNAMA com a sua aquisição pelo Grupo Ser Educacional S.A. (2014-2018).	Tarcisio da Silva Cordeiro	Governança Corporativa. Gestão. Institucional. Financeirização.	Mestrado em Educação	UFPA

Fonte: CAPES. Elaboração própria (2020).

ANEXO B – Quadro da revisão de literatura das produções sobre Ensino a distância na Unopar

ANO	TÍTULO	AUTOR (A)	PALAVRAS-CHAVE	GRAU ACADÊMICO	IES
2013	Experiências de docentes e discentes sobre a formação profissional em serviço social na modalidade E@D na Unopar do território de cidadania de Itaparica.	Adailton Soares da Silva	Ensino superior de Itaparica (BA). Ensino a distância (EaD). Serviço social. Semiárido Itaparica (BA)	Mestrado em Educação	UFS
2016	Condições de ensino e trabalho na modalidade de ensino à distância nos cursos de graduação em serviço social na cidade de Mossoró/RN.	Luiz Júnio de Santiago Almeida	Ensino à Distância. Condições de Ensino. Condições de Trabalho.	Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais	UERN
2017	A evasão no curso de administração na modalidade EAD: Polo da Universidade UNOPAR de Petrópolis – RJ.	Christiane Sarate Siqueira	Educação à Distância. Evasão. Administração.	Mestrado em Educação	UCP
	Tendências ideológicas dos cursos de licenciatura em Educação Física a distância.	Fernanda Cruvinel Pimentel	Ideologia; Educação a distância; Educação Física;	Doutorado em Educação	UNB
	A comunicação de mercado no contexto da indústria do ensino superior privado no Brasil e a mercantilização de um sonho: Estudo do Grupo Kroton Educacional.	Victor Vinicius Biazon	Comunicação com mercado; consumo da educação; industrialização do ensino superior privado.	Doutorado em Comunicação Social	UMSP
2019	Ensino a Distância no Brasil e sua vinculação à Lógica de Mercado: Um estudo sobre a Universidade Norte do Paraná –Unopar.	Édar Jessie Dias Mendes da Silva	Educação Superior, Ensino a Distância e Mercantilização.	Mestrado em Serviço Social	PUC
	Discursos publicitários de IES privadas do Estado do Paraná sobre Ead: Um estudo a respeito das regularidades discursivas a partir das prerrogativas geradas pelas políticas públicas Brasileiras para oferta e expansão da modalidade.	Cléber dos Santos Gonçalves	Educação a Distância; Políticas Públicas; Publicidade; Análise do Discurso; Educação Superior.	Mestrado em Educação	UEM

Fonte: CAPES. Elaboração própria (2020).

ANEXO C – Quadro da revisão de literatura das produções sobre Expansão Privado-Mercantil

ANO	TÍTULO	AUTOR (A)	PALAVRAS-CHAVES	GRAU ACADÊMICO	IES
2013	Políticas de Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil - 1990/2010	Stefane Barbosa	Expansão do Ensino Superior; Políticas de Democratização do Acesso; Sistema de Avaliação.	Mestrado em Educação	PUC-GO
2015	A Expansão do Ensino Superior Privado nos Governos FHC e LULA: uma estratégia para efetivar o direito de acesso à educação	Silvana Santos Almeida	Direito a educação; Ensino privado; Universidade; Expansão do ensino superior; Política educacional.	Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade	UFBA
2019*	FIES e a Oligopolização do Ensino Superior Privado-Mercantil no Brasil: Nova Forma de Expropriação da Classe Trabalhadora?	Jerillee Silva de Arruda	Estado. Capitalismo Dependente. Educação Superior Privada. Fies. Oligopolização. Kroton Educacional.	Mestrado em Serviço Social	UFF
2020*	O Ensino Superior Privado-Mercantil a Distância: O caso da Laureate Brasil	Sandy Bouth Sanches Monteiro	Ensino Superior; Privado-Mercantil; Laureate International Universities; Ensino a Distância; Cursos Tecnológicos.	Mestrado em Educação	UFPA

Fonte: CAPES. Elaboração própria (2020).

*Nesses anos aparecem produções que se repetiram na 1ª busca.